

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
INFORMAÇÃO

BRASIL MULHER:
JOANA LOPES E A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA
Dissertação de Mestrado

Karen Silvia Debértolis

Porto Alegre
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

**BRASIL MULHER:
JOANA LOPES E A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA**

Karen Silvia Debértolis

Dissertação de Mestrado apresentada como
requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Informação

Orientadora :
Profa. Dra. Christa Berger

Porto Alegre
2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação “BRASIL MULHER: JOANA LOPES E A IMPRENSA ALTERNATIVA FEMINISTA”, elaborada por Karen Silvia Debértolis, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação e Informação.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Dulcília Schroeder Buitoni (ECA/USP)

Profa. Dra. Ana Maria Colling (PPGCS-UNIJUÍ)

Prof. Dr. Francisco Rüdiger (PPGCOM/UFGRS – FAMECOS/PUCRS)

Dedicatória

À minha mãe Iva Ghisleni Debértolis
pela sua coragem frente à vida
e por me incentivar sempre
a ir em busca de meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela concessão da bolsa que foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, à minha orientadora Profa. Dra. Christa Berger por acreditar nesta pesquisa e pela sua sensibilidade e seu carinho de sempre, à Fernanda Magalhães (fotografias de Joana Lopes) pelo apoio incondicional em todos os momentos, especialmente, os mais difíceis, à Dulce Debértolis da Mota e às “crianças” Núria, Ariane, Náira e Bolívar que acompanharam as dores e as delícias destes dois anos, à Cláudia Rejane do Carmo pelas contribuições e pela amizade, à Ivana Debértolis pelo apoio logístico em São Paulo, à Claudete Debértolis Ribeiro (revisão), ao Nenê Jeolás (digitalização de imagens do jornal Brasil Mulher), à Terezinha Vilela de Magalhães (abstract e traduções), à Elizabeth Yunomae (arte da capa), à Neide M. Zaninelli (revisão bibliográfica), à Josi Galvão (formatação) e aos amigos da turma de 2000 do PPGCOM.

RESUMO

Esta dissertação enfoca o jornal Brasil Mulher resgatando a trajetória do tablóide a partir da ótica de sua fundadora, Joana Lopes, e da análise descritiva das vinte edições publicadas entre 1975 e 1980. Analisa como o Brasil Mulher contribuiu para a constituição da imprensa alternativa feminista e a luta das mulheres pelas causas feministas e contra a ditadura militar.

A pesquisa insere-se nos estudos feministas e no método histórico, especificamente, na perspectiva da história das mulheres e da história oral. Mostra como o jornal é primordialmente feminista antes de alternativo, sua representatividade como registro de um período marcante do país, as ingerências políticas que levaram a rupturas internas e a recorrência hoje de temas abordados pelo jornal. Enfatiza ainda o papel da mídia na contemporaneidade para manter a estrutura do sistema patriarcal.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the newspaper *Brasil Mulher* analyzing its trajectory from the point of view of its founder, Joana Lopes, and of the descriptive analysis of the twenty issues published between 1975 and 1980. It analyzes how *Brasil Mulher* contributed to the constitution of the feminist alternative press and the women's fight for the feminist causes and against military dictatorship.

This research is encompassed in feminist studies and in the historical method, especially in the perspective of women's history and oral history. It shows how the newspaper is primarily feminist before being alternative, its representativeness as a record of an important period of the country, the political interference that led to internal breakup and the present-day recurrence of themes discussed by the newspaper. It also emphasizes the role of the media in contemporaneity to perpetuate the structure of the patriarchal system.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Objetivos.....	6
1.2. Percursos teórico – metodológicos.....	7
2. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FEMINISTA.....	14
2.1. O movimento feminista no Brasil.....	19
2.2. Imprensa feminista: reflexão da prática teórica.....	25
2.3. A consolidação da imprensa alternativa feminista.....	29
3. JOANA LOPES E O BRASIL MULHER.....	34
3.1. A militante, a artista e a jornalista – trajetória de vida.....	34
3.2. A resistência através do jornalismo e o Brasil Mulher.....	44
4. BRASIL MULHER: JORNALISMO NA ÓTICA FEMINISTA.....	56
4.1. Primeira fase – as origens e os confrontos.....	59
4.2. Segunda fase – as ingerências políticas e o fim de um ciclo.....	94
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
BIBLIOGRAFIA.....	118
ANEXOS.....	124
Anexo 1 - Editorial, Brasil Mulher n. 0, p.2.....	125
Anexo 2 - Questão só de peso e de medida, Brasil Mulher n. 0, p.14.....	126
Anexo 3 - Carta, Brasil Mulher n. 0, p.15.....	127
Anexo 4 - Precisa-se: Maria Salário Mínimo, Brasil Mulher n.1 , p.8.....	128
Anexo 5 - Precisa-se: Maria Salário Mínimo, Brasil Mulher n.1 , p.9.....	129
Anexo 6 - Você, mulher, Brasil Mulher n.2, p.8.....	130
Anexo 7 - Você, mulher, Brasil Mulher n.2, p.9.....	131

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Capa Brasil Mulher, n.0.....	59
Figura 2: Capa Brasil Mulher, n.1.....	69
Figura 3: Capa Brasil Mulher, n.2.....	75
Figura 4: Capa Brasil Mulher, n.3.....	78
Figura 5: Capa Brasil Mulher, n.4.....	80
Figura 6: Capa Brasil Mulher, n.5.....	83
Figura 7: Capa Brasil Mulher, n.6.....	85
Figura 8: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, abril de 1977.....	87
Figura 9: Capa Brasil Mulher, n.7.....	89
Figura 10: Capa Brasil Mulher, n.8.....	92
Figura 11: Capa Brasil Mulher, n.9.....	94
Figura 12: Capa Brasil Mulher, n.10.....	97
Figura 13: Capa Brasil Mulher, n.11.....	100
Figura 14: Capa Brasil Mulher, n.12.....	102
Figura 15: Capa Brasil Mulher, n.13.....	104
Figura 16: Capa Brasil Mulher, n.14.....	106
Figura 17: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, março de 1979.....	107
Figura 18: Capa Brasil Mulher, n.15.....	108
Figura 19: Capa Brasil Mulher, n.16.....	109
Figura 20: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, 8 de março de 1980.....	111

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 60 e 70 foram marcadas por intensa agitação cultural e política em todo o mundo fazendo emergir os questionamentos sobre a estrutura da sociedade, o modelo econômico capitalista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, do casamento como instituição e dos relacionamentos entre os indivíduos. Esta “revolução cultural”¹ trouxe para a cena pública a questão das chamadas “minorias”² – mulheres, negros, homossexuais. Os debates levaram a mudanças de paradigmas que contribuíram para o “descentramento do sujeito cartesiano”³.

O movimento feminista é uma das frentes que, a partir da discussão sobre questões específicas como a sexualidade feminina, os direitos reprodutivos, a submissão da mulher e sua exclusão da esfera pública, vem colaborar para o estabelecimento de novos referenciais teóricos. Para Stuart Hall o movimento feminista representa um dos cinco avanços⁴ ocorridos na teoria social e nas ciências humanas na segunda metade do século XX.

¹ Revolução Cultural é entendida aqui como o conjunto das mudanças resultantes da ação dos atores sociais nas décadas de 60/70. “A melhor abordagem dessa revolução cultural é portanto através da família e da casa, isto é, através da estrutura das relações entre os sexos e as gerações” (Hobsbawm, 2001, p. 314).

² Tomo como referência o conceito de minoria expresso por Muniz Sodré durante palestra de abertura do Grupo de Trabalho Comunicação e Cultura das Minorias no Intercom 2001, em que ele considera que minoria “implica tomada de posição grupal no interior de um conflito”. Para ele minoria também se refere a um “lugar”, a um “território”, um “campo de fluxos”, onde se “polariza diferenças e orienta identificações”. “Conceito de minoria é conceito de lugar que se animam fluxos de conflitos e relações de poder” e “é dispositivo simbólico na luta contra hegemônica” (Sodré, 2001, anotações).

³ O conceito de sujeito cartesiano provém das idéias de René Descartes – filósofo do século XVII – que considerava o indivíduo um ser indivizível e único. “Descartes postulou duas substâncias distintas – a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele refocalizou, assim, aquele grande dualismo entre ‘mente’ e a ‘matéria’ que tem afligido a Filosofia desde então. As coisas devem ser explicadas, ele acreditava, por uma redução aos seus elementos essenciais à quantidade mínima de elementos e, em última análise, aos seus elementos irredutíveis. No centro da ‘mente’ ele colocou o sujeito individual, constituído por sua capacidade para raciocinar e pensar. ‘Cogito, ergo sum’ era a palavra de ordem de Descartes: ‘Penso, logo existo’. Desde, então, esta concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento, tem sido conhecida como o ‘sujeito cartesiano’ ” (HALL, 1999, p.27).

⁴ Hall considera que a releitura na década de 60 das idéias de Marx; o avanço no campo da psicanálise, que levou ao desenvolvimento de outras linhas de pensamento como a de Jacques Lacan, impulsionado pela descoberta do inconsciente por Freud; as idéias do lingüista Ferdinand de Saussure e a teoria desenvolvida por Michael Foucault sobre o sujeito e o poder também contribuíram para uma ruptura e um impacto sobre as ciências humanas e a teoria social na pós modernidade (HALL, 1999, p.34-46).

Na visão de Hall o feminismo foi fundamental para o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico (HALL,1999, p.34). O autor considera que o feminismo por questionar a distinção até então naturalizada entre “dentro” e “fora”, ou seja, “privado” e “público”⁵ politizou a discussão sobre o âmbito doméstico trazendo para a arena social questões relativas à família, à sexualidade, à divisão doméstica do trabalho etc. Além disso, salienta que o conceito de gênero⁶ tornou política a reflexão sobre “a subjetividade, a identidade e o processo de identificação” e trouxe à cena a questão da diferença sexual. (HALL, 1999, p.45-46).

As idéias defendidas pelas feministas contribuíram de maneira significativa para as mudanças e reflexões em relação à mulher na sociedade ao longo do século XX. Estas transformações influenciam ainda a vida de todas nós mulheres.

O feminismo, como um movimento “organizado” no mundo inteiro a partir da década de 60, é certamente um reflexo de um processo histórico marcado pela luta das mulheres que questionavam e desafiavam a sociedade estruturada a partir da perspectiva masculina. Desde Christine de Pisan, autora do primeiro tratado feminista de que se tem conhecimento no século XIV, até a repercussão mundial das idéias de Simone de Beauvoir, expressas em seu livro “O segundo sexo” no final da década de 40, vai se gestando o

⁵ Hannah Arendt, em seu livro *A Condição Humana*, discute a dicotomia entre as esferas pública e privada a partir de um ponto de vista que considero pertinente às reflexões propostas pelo movimento feminista a partir da década de 60: “A distinção entre as esferas pública e privada, encarado do ponto de vista da privacidade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado. Somente a era moderna, em sua rebelião contra a sociedade, descobriu quão rica e variada pode ser a esfera do oculto nas condições de intimidade; mas é impressionante que, desde os primórdios da história até o nosso tempo, o que precisou ser escondido na privacidade tenha sido sempre a parte corporal da existência humana tudo o que é ligado à necessidade do próprio processo vital e que, antes da era moderna, abrangia todas as atividades a serviço da subsistência do indivíduo e da sobrevivência da espécie. Mantidos fora da vista eram trabalhadores que ‘com o seu corpo cuidavam das necessidades (físicas) da vida’, e as mulheres que, com seu corpo, garantem a sobrevivência física da espécie. Mulheres e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias – não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era ‘laboriosa’, dedicada a funções corporais” (ARENDDT, 1997, p.82-83).

⁶ Segundo a historiadora Joan Scott, que sistematizou o conceito nos anos 80, no século XX, o termo “gênero” surgiu quando as feministas americanas buscavam enfatizar o caráter social da distinção sexual rejeitando o “determinismo biológico implícito” nos termos sexo e diferença sexual (SCOTT, 1995, p.72). “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. (...) Portanto, gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social deveria derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos” (SCOTT,1998, p.115).

pensamento feminista. Questionando a sociedade patriarcal⁷, as feministas das décadas de 60 e 70, as quais foram leitoras de Beauvoir e da americana Betty Friedan⁸, apontaram para um novo paradigma que divergia da ordem social dominante.

“Ao lado de outros movimentos sociais dos anos sessenta e setenta, como o movimento negro, especialmente o norte americano, o feminismo adquire uma enorme importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo profundamente hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente” (RAGO, 1995/1996, p.12).

Esta reflexão que marcou o movimento feminista vai repercutir no Brasil, especialmente a partir da década de 70, inserido num contexto político de exceção. Articulando-se no silêncio dos conchavos, as forças políticas conservadoras surpreendem o país, em 1964, estancando a caminhada rumo à democracia. O golpe militar impetrado com a complacência da direita conservadora impôs ao país um regime de exceção, draconiano, que deixou marcas inesquecíveis. O movimento feminista no Brasil se estrutura, portanto, neste contexto, enfrentando um desafio duplo: fomentar a reflexão sobre as questões específicas das mulheres e opor-se ao regime ditatorial que fere as liberdades democráticas e de expressão. Neste sentido, os jornais produzidos ao longo dos anos 70 e 80 foram significativos como instrumentos de provocação, discussão, reflexão e registro histórico daquele momento singular.

O interesse pessoal pela temática feminista surge justamente a partir da constatação desta correlação de forças presentes e decisivas na trajetória do movimento feminista brasileiro. Em 1991, quando fazia pesquisas sobre o jornal alternativo estudantil Poeira, editado pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Londrina, na década de 70 até meados dos anos 80, para o meu trabalho de conclusão de curso em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, deparei-me com as primeiras informações sobre o jornal Brasil Mulher.

Através das referências ao jornal, que foi criado em Londrina no ano de 1975, por meio das entrevistas realizadas, tomei conhecimento de inúmeras histórias sobre a jornalista Joana Lopes, fundadora do Brasil Mulher e integrante do grupo de feministas que se

⁷ O termo patriarcado, segundo Andrea Nye, foi formulado pelas feministas radicais a partir das idéias de Simone de Beauvoir expostas no livro “O Segundo Sexo” do final da década de 40. “O modo de Beauvoir ver as mulheres sempre como escravas e os homens sempre como senhores foi herdado por várias gerações de feministas inglesas e norte-americanas. Foi cunhado um nome para denotar a dominação universal das mulheres pelos homens – patriarcado” (NYE, 1995, p. 119).

⁸ Betty Friedan lança nos Estados Unidos em 1963 o livro “A Mística Feminina” em que discute sobre o “mal que não tem nome”. O livro é uma análise crítica de como a psicanálise e a mídia moldam a identidade de gênero feminina.

organizou em torno da Sociedade Brasil Mulher. Ao longo destes últimos anos, ao acaso, através de uma fonte, às vezes, inesperada, outros dados sobre o jornal e sobre a sua idealizadora chegavam até mim. O que era apenas um projeto na gaveta tornou-se realidade quando fui aprovada no mestrado em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ainda em 1999, quando elaborava o anteprojeto para a seleção do mestrado, iniciei o contato com a jornalista Joana Lopes, realizando uma breve entrevista para checar informações. Este contato contribuiu significativamente para garantir a viabilidade do projeto devido à receptividade de Joana à idéia.

O levantamento bibliográfico e de dados sobre o jornal Brasil Mulher realizados nestes dois anos de trabalho foi imprescindível para a elaboração do roteiro das entrevistas com Joana. Destaco outras duas atividades importantes que me auxiliaram na construção teórica deste projeto. Uma delas foi a disciplina “Gênero e a lógica da diferença : construindo o social e os sujeitos” oferecida pelos programas de Pós Graduação de Enfermagem, Educação e Psicologia da UFRGS a qual cursei no segundo semestre de 2000 e que me possibilitou entrar em contato, de forma mais sistematizada com a teoria feminista e a discussão sobre gênero.

Em paralelo à esta disciplina, considero também fundamental ter a oportunidade de ministrar o Seminário “Gênero e análise crítica da mídia”, em conjunto com Cláudia Rejane do Carmo e sob coordenação de minha orientadora professora Dra. Christa Berger, para os alunos de graduação dos cursos de Relações Públicas, Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Através do programa proposto e das aulas ministradas, pude amadurecer e formatar a elaboração teórica e metodológica do projeto. Os conteúdos do seminário foram baseados, em grande parte, na bibliografia desta dissertação.

A partir de 2001 iniciei a pesquisa empírica através de um levantamento das “pistas” do objeto. A intenção foi buscar informações por meio das quais pudesse fazer um mapeamento do percurso de Joana em Londrina durante os anos de 1971 a 1978. Em 1971, Joana Lopes, que além de desenvolver seu trabalho artístico e como educadora, militava na resistência contra a ditadura militar, transferiu-se de São Paulo para a cidade de Londrina, no Paraná.

Para tentar refazer este percurso, realizei uma pesquisa no Centro de Documentação e Preservação Histórica da Universidade Estadual de Londrina, através de leituras da página Arte e Comunicação, de 1973 a 1978, e dos suplementos Folha Documento

editados por Joana Lopes, além de matérias de sua autoria publicadas no jornal Folha de Londrina em outras editorias.

Também foram feitas leituras de outros jornais alternativos contemporâneos do Brasil Mulher, especialmente os jornais Movimento e Opinião, com o objetivo de localizar matérias publicadas sobre a questão da mulher no início da década de 70, principalmente no ano de 1975, instituído como o Ano Internacional da Mulher, e sobre o jornal Brasil Mulher.

Realizei ainda uma pesquisa no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP onde localizei a coleção completa – no total 20 números – do jornal Brasil Mulher. Também encontrei no Centro de Documentação e Informação Científica “Professor Casemiro dos Reis Filho” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo uma coleção incompleta da publicação. Nestes dois arquivos, com o aval das direções e o auxílio técnico do fotógrafo Nenê Jeolás, foi possível digitalizar a coleção do jornal cujas imagens utilizo na dissertação.

Através da leitura da coleção integral do jornal, foi possível vislumbrar quais os principais temas das matérias publicadas, os debates mais significativos travados em suas páginas e que se relacionavam com as discussões do movimento feminista, a proposta gráfica e como as fotos e os textos dialogavam.

Esta pesquisa, ampliada através de documentos, foi a base para a produção dos roteiros para a primeira etapa de entrevistas com Joana Lopes. No mês de maio de 2001, encontrei-me duas vezes com ela. O primeiro encontro aconteceu no dia 7 de maio em seu apartamento na cidade de São Paulo e concentramos a temática em sua origem familiar, na sua formação na área de dança e teatro, o desenvolvimento de seus projetos como artista e sua militância.

O segundo encontro foi realizado nos dias 11, 12 e 13 de maio em sua casa na Serra de São Lourenço, na região metropolitana de São Paulo. Os temas abordados nestes três dias centraram-se em sua transferência de São Paulo para Londrina, o trabalho no Teatro Pindorama, seu ingresso na Folha de Londrina, a criação do jornal Brasil Mulher, sua saída da publicação, jornalismo e movimento feminista brasileiro. A partir dos jornais que ela mantém em seu arquivo, Joana relatou as condições nas quais produziu cada edição, as dificuldades, histórias marcantes, refletiu sobre matérias e sobre a diagramação.

Na sua casa na Serra de São Lourenço – localizada em uma fazenda coletiva da qual ela participa do conselho administrativo – passamos, nós duas, durante três dias mergulhadas na temática do Brasil Mulher. Neste encontro, tive contato com seu cotidiano, seus hábitos, suas opiniões sobre o país ou sobre a vida que foram além do roteiro da

entrevista. Este contato foi importante para desmitificar a figura de Joana Lopes que eu havia construído ao largo destes anos em que alimentei a idéia de vasculhar a história do jornal Brasil Mulher.

Em 25 de outubro, em São Paulo, finalizamos as entrevistas recorrendo a pontos que precisavam ainda ser abordados e à informações que ficaram pendentes. As fotografias de Joana Lopes utilizadas nesta dissertação foram realizadas neste dia pela fotógrafa Fernanda Magalhães.

Além das entrevistas, tive acesso a seus arquivos sobre o jornal e o período da repressão. Também pude consultar o memorial descritivo sobre sua trajetória profissional elaborado para a UNICAMP como parte das exigências necessárias para elevação de nível na carreira docente dentro da instituição.

Ao longo destes anos, muitas indagações perseguiam-me. O meu foco principal de interesse se deteve naquele momento original, onde se definiu o início da trajetória de um jornal que marcou a história do feminismo no Brasil⁹. Quais as motivações, as correlações de forças políticas, sociais e até mesmo pessoais que impulsionaram o surgimento do Brasil Mulher naquele momento? Até que ponto a jornalista Joana Lopes deixou-se emergir através daquele jornal, refletindo nas páginas do tablóide a sua postura como jornalista, como intelectual, como militante política? A partir destes questionamentos, levando em conta as peculiaridades do contexto da época, estabeleci os objetivos gerais e específicos que norteariam a pesquisa.

1.1. Objetivos

O objetivo geral é resgatar a trajetória do jornal alternativo feminista Brasil Mulher, editado no período de 1975 a 1980, de forma reflexiva enfocando a figura de sua fundadora, a jornalista Joana Lopes.

Partindo deste foco principal pretendo analisar como o Brasil Mulher se estruturava, de que forma colaborou para a constituição de uma imprensa alternativa

⁹ A historiadora Maria Bueno Bastos (1992), em sua dissertação de mestrado chama a atenção para o fato de que a história contada sobre o jornal Brasil Mulher centra-se no grupo que permaneceu à frente do jornal após agosto de 1977 quando ocorreu uma cisão que resultou na saída do grupo fundador liderado por Joana Lopes. “(...) a história do BM é justamente a de que começou com esse grupo que restou. Com isso sempre que os meios de comunicação referiam-se ao grupo Brasil Mulher, falavam desse último segmento, aglutinado em torno de mulheres fortemente comprometidas com as legendas de esquerda, mais especificamente, militantes do PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil), AP (Ação Popular) e MR-8 (Movimento Revolucionário – 8 de Outubro)” (BASTOS, 1992, p.42).

feminista, como se diferenciava dos demais jornais alternativos da época e como as experiências pessoais e artísticas de sua fundadora influenciaram na proposta editorial e gráfica deste jornal.

Além disso, também analisar como se dá a luta das mulheres contra o autoritarismo, levando em conta que o Brasil Mulher se insere num momento político peculiar da história brasileira, logo após o golpe militar de 1964.

1.2. Percursos teórico – metodológicos

Os novos paradigmas propostos pelas feministas exigiam uma atitude, como pesquisadora, que fosse coerente com a própria teoria feminista. Desta forma, é a partir da perspectiva dos estudos feministas que me aproximei do jornal Brasil Mulher.

Como enfatiza Rago, em seu texto “Epistemologia feminista, gênero e história”, a nova forma de se fazer ciência proposta pelas feministas elegia “a dimensão simbólica, o imaginário social, a construção dos múltiplos sentidos e interpretações no interior de uma dada cultura” em detrimento das “explicações econômicas e política” (RAGO, 1998, p.36).

Segundo Guacira Louro, as pesquisadoras feministas buscavam resgatar e revitalizar metodologias e procedimentos de investigação como a história oral, as experiências do cotidiano, discussões de grupos etc. Além disso, mudar a perspectiva de inferioridade e irracionalidade de elementos como a emoção, os sentimentos e os desejos associados à mulher (LOURO, 1995, p.110). É neste sentido que Rago fala de um “aporte feminino/ista”. Busca-se novos parâmetros para produzir conhecimento que se diferencie do estabelecido em bases de um “processo racional e objetivo para se atingir a verdade pura e universal”, questionando-se as dicotomias corpo/mente e sentimento/razão. (RAGO, 1998, p.32)

Em sua análise, o feminismo propõe uma nova forma entre teoria e prática em que é imprescindível o envolvimento do sujeito com o objeto. Há uma recusa da postura do cientista distanciado de seu objeto, “livre das emoções desviantes do contato social” (RAGO, 1998, p.33). Lia Zanotta Machado concorda com este ponto de vista de Rago:

“Os estudos de gênero e as indagações sobre as epistemologias feministas introduziram, ao lado dos outros estilos de fazer ciência social, um estilo que desse mais lugar à reflexão sobre a subjetividade do(a) autor(a) e da construção das subjetividades dos sujeitos sociais. Com certeza, sem deslocar o outro estilo mais objetivista, produziu-se outra forma de escrever ciência. O nós majestático ou a escrita sem sujeito tem a contraparte legitimada de um sujeito da ciência que se coloca e opta. Um novo estilo foi criado e legitimado a partir dessa crítica cultural.

O feminismo com certeza é uma das vozes que faz parte desse novo estilo. O estilo não é neutro em relação ao paradigma, mas é menos preciso que um paradigma...” (MACHADO, 1998, p.125).

A imprensa feminista sempre teve sua história ligada ao nome de mulheres que colocaram em questão a ordem patriarcal estabelecida. Excluídas dos relatos históricos, as trajetórias destas mulheres foram resgatadas através, principalmente, das fontes orais. O testemunho oral traz os detalhes que só podem ser captados pela memória afetiva, pela reflexão de se rememorar o passado no presente.

Resgatar a trajetória do Jornal Brasil Mulher é resgatar a trajetória da jornalista Joana Lopes. A opção pela história oral se justifica nesta relação. Refletir sobre este jornal, seja, analisando sua proposta editorial e gráfica, a sua contribuição para a constituição de uma imprensa alternativa feminista, num período de exceção, e a resistência das feministas à ditadura militar, é reportar-se às trajetórias individuais que fazem parte de um coletivo.

Neste sentido, recorreremos às afirmações de Margareth Rago a qual considera que o feminismo colocou em xeque a “História” “mostrando as malhas de poder que sustentam as redes discursivas universalizantes” (RAGO, 1995/1996, p.15). A historiadora também analisa a repercussão que os “deslocamentos teóricos” produzidos pelo feminismo tiveram em relação à produção historiográfica:

“A emergência de novos temas, de novos objetos e questões, especialmente ao longo da década de setenta, deu maior visibilidade às mulheres enquanto agentes históricos inicialmente a partir do padrão masculino da História Social, extremamente preocupada com as questões da resistência social e das formas de dominação política. Este quadro ampliou-se, posteriormente, com a explosão dos temas femininos da Nouvelle Histoire, como bruxaria, prostituição, loucura, aborto, parto, maternidade, saúde, sexualidade, a história das emoções e dos sentimentos, entre outros.

(...) o passado já não nos dizia e precisava ser re-interrogado a partir de novos olhares e problematizações, através de outras categorias interpretativas, criadas fora da estrutura falocêntrica especular” (RAGO, 1998, p. 34-35).

Para Maria Izilda Mattos é necessário o olhar crítico do historiador para superar a dicotomia, ainda presente na historiografia, entre a vitimização e a heroicização das mulheres. Mattos não descarta, entretanto, a importância de se refletir sobre a opressão histórica das mulheres.

Estas reflexões se imbricam com as questões postas pelo que se denomina de “nova história”¹⁰ em que a cultura é o ponto fundamental. “O estado, os grupos sociais e até mesmo o sexo ou a sociedade em si são considerados como culturalmente construídos” (BURKE, 1992,p.23).

A “nova história” que se consolida através das pesquisas da *École des Annales* via Jacques Le Goff, se contrapôs à tradicional, a qual considerava relevante para o historiador apenas os acontecimentos que se referiam à esfera política. Segundo Burke, os outros temas – como a história da arte, por exemplo, - eram considerados periféricos e menos nobres para despertarem o interesse dos “verdadeiros historiadores”.

“A primeira metade do século testemunhou a ascensão da história das idéias. Nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo, a feminilidade, a leitura, a fala e até mesmo o silêncio. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11).

Outro ponto destacado por Burke nesta diferenciação entre história tradicional e a nova história é a preocupação desta última justamente na análise das estruturas. A ampliação da fonte histórica – tradicionalmente baseada em documentos – também é uma mudança de paradigma. A relevância dada aos registros orais é um exemplo.

Para Burke, a explicação histórica deve comportar uma variedade de questionamentos do historiador para a compreensão de um evento histórico. O autor afirma que ao contrário do que propõe a vertente tradicional, não há uma “História” e ela também não é “objetiva”. De acordo com Burke esta nova perspectiva está impregnada de um relativismo cultural em que a “percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma

¹⁰ “Quem inventou – ou descobriu – a nova história? A expressão é às vezes utilizada para os desenvolvimentos ocorridos nos anos 70 e 80, período em que a reação contra o paradigma tradicional tornou-se mundial, envolvendo historiadores do Japão, Índia, da América Latina e de vários outros lugares. (...) É claro, no entanto, que muitas das mudanças ocorridas na escrita da história nestas duas décadas são parte de uma tendência mais antiga. Para muitas pessoas, a nova história está associada a Lucien Febvre e a Marc Bloch, que fundaram a revista *Annales* em 1929 para divulgar sua abordagem, e na geração seguinte, a Fernand Braudel. (...) Mesmo a expressão ‘a nova história’ tem uma história própria. O primeiro uso da expressão por mim conhecida data de 1912, quando o estudioso americano James Harvey Robinson publicou um livro com este título. (...) Os sociólogos do século dezenove, como Auguste Comte, Herbert Spencer – sem mencionar Karl Marx – eram extremamente interessados pela história, mas desprezavam os historiadores profissionais. Estavam interessados nas estruturas, não nos acontecimentos, e a nova história tem um débito para com eles, que freqüentemente não é reconhecido” (BURKE, 1992, p.16-19). Burke destaca ainda que entre os movimentos sociais importantes do século passado que tiveram grande impacto sobre a escrita histórica figuram a descolonização e o feminismo.

apresentação de pontos de vistas opostos” do que uma tentativa de consensos¹¹ (BURKE, 1992, p.15).

Uma das vertentes é a chamada “história das mulheres” que propôs uma revisão histórica que incluísse as mulheres que foram excluídas dos relatos dos historiadores como bem analisa Michelle Perrot. Para a autora, esta exclusão “advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder” e “a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços” que atinge seu radicalismo no século XIX (PERROT, 1992, p. 186).

Na opinião de Perrot, o racionalismo do século XIX redefine o lugar de homens e mulheres.

“Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro. A participação feminina no trabalho assalariado é temporária, cadenciada pelas necessidades da família, a qual comanda, remunerada com um salário de trocados, confinada às tarefas ditas não qualificadas, subordinadas e tecnologicamente específicas” (PERROT, 1992, p.187).

Segundo Joan Scott, a história das mulheres surge ligada às teorias feministas no sentido de incluí-las na história.

“A história deste campo não requer somente uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história, o movimento feminista e a disciplina da história. (...) Muitos daqueles que escrevem a história das mulheres consideram-se envolvidos em um esforço altamente político, para desafiar a autoridade dominante na profissão e na universidade e para mudar o modo como a história é escrita. E grande parte da atual história das mulheres, mesmo quando opera com conceitos de gênero, está voltada para as preocupações contemporâneas da política feminista (...). Na verdade, há uma razão importante para se argumentar que os desenvolvimentos na história das mulheres estão fortemente relacionados ‘à força crescente e à legitimidade do feminismo como um movimento político’, como também para insistir que está aumentando a distância entre o trabalho acadêmico e o político. Mas tomar-se a história das mulheres simplesmente como reflexo do crescimento da política feminista externa à academia, também é falho. Mais do que postular uma simples correlação, precisamos pensar sobre este campo como um estudo dinâmico na política de produção do conhecimento” (SCOTT, 1992, p.66-67).

A metodologia da história oral é uma referência para a história das mulheres. Para José Carlos Sebe Bom Meihy um dos aspectos da história oral é possibilitar “as interpretações próprias, variadas e não-oficiais de acontecimentos que se manifestam na

¹¹ Também recorro às considerações de Paul Veyne que critica uma visão histórica geometral: “Os acontecimentos não existem com a consistência de um objeto concreto. É necessário acrescentar que, não importa o que se diga, não existem também como um ‘geometral’, prefere-se afirmar que eles têm existência em si mesmos como um cubo ou uma pirâmide: nunca percebemos todas as faces de um cubo ao mesmo tempo, só temos um ponto de vista parcial; em contraposição, podemos multiplicar esses pontos de vista. Assim se passa com os acontecimentos: sua inacessível verdade integraria os inumeráveis pontos de vista que teríamos sobre eles, e todos seriam detentores de sua verdade parcial” (VEYNE, 1998, p. 46).

sociedade contemporânea” (MEIHY, 2000, p. 14). Segundo, Jacques Marre (1991), a história oral atualmente é considerada um método biográfico – e não apenas uma técnica de pesquisa – que auxilia “a reconstruir o conteúdo de uma memória coletiva”. Explica que esta metodologia engloba relatos orais, autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos.

A história oral, entretanto, como frisa Prins enfrenta uma oposição e um preconceito típico “das sociedades, modernas, industriais e maciçamente industrializadas”. A controvérsia persiste e os historiadores tradicionais argumentam que as histórias baseadas em fontes não-documentais são mais imprecisas do que as extraídas de documentos. O historiador Paul Thompson critica os conservadores:

“A oposição à evidência oral é muito mais fundamentada no sentimento do que no princípio. A geração mais velha dos historiadores que ocupam as cátedras e detém as rédeas é instintivamente apreensiva em relação ao advento de um novo método” (THOMPSON apud PRINS, 1992, p.165).

Segundo Meihy, o ano de 1947 é uma data significativa para a moderna história oral. Foi neste ano que Allan Nevins organizou, na Universidade de Colúmbia, um arquivo de relatos de combatentes do exército na Segunda Guerra Mundial através de aparatos tecnológicos e oficializou o termo. As técnicas de coleta de dados do jornalismo também contribuíram para o avanço desta perspectiva histórica. “Além do rádio, as revistas e jornais, naquele contexto, ajudaram a divulgar depoimentos (...) popularizou o depoimento como um gênero importante e integrando ao gosto urbano moderno” (MEIHY, 2000, p.39).

Para Meihy, entretanto, o passo para a consolidação da história oral já havia sido dado pela Escola de Chicago, nos Estados Unidos, que nos anos 1918- 20 utilizam, pela primeira vez, a história de vida, elaborando “regras capazes de dar status de credibilidade” à este método, como forma de registrar toda uma transformação que estava ocorrendo na sociedade americana com a chegada de levas de imigrantes europeus ao país.

Com o positivismo instrumental da década de 30, a história de vida sofre as influências da investigação baseada nas ciências exatas. É a fase de um reducionismo que leva grande parte dos sociólogos a se aterem a questionários fechados e considerarem que os relatos não necessitam de análise.

A sistematização efetiva da história oral ocorre nos anos 60 motivada pela contracultura e pelos avanços tecnológicos dos registros visuais e sonoros resultado das pesquisas espaciais. As pesquisas orientadas pela “nova esquerda” inglesa deram “respeitabilidade” ao campo. “Foi necessário um movimento contestador da exclusividade da

letra escrita como documento para que a história oral emergisse” (MEIHY, 2000, p. 44).

No Brasil, a primeira experiência neste sentido se deu na década de 70 através de um projeto de pesquisa realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, registrando depoimentos de políticos brasileiros. Meihy analisa que a demora por uma efetiva elaboração de pesquisas utilizando-se da história oral no país se deu por falta de organizações não acadêmicas que desenvolvessem estes tipos de projetos, “ausência de laços universitários com os localismos e a cultura popular” e “o forte peso da tradição francesa – muito mais vinculada à cultura formal e escrita que à oral” (MEIHY, 2000, p.45). A suspensão da liberdade de expressão imposta pelo regime militar também retardou este processo. Em 1994 concretizou-se a proposta de se criar a Associação Brasileira de História Oral que funciona atualmente na Universidade de São Paulo.

De acordo com Meihy, a história oral de vida é um dos gêneros mais cultivados dentro da perspectiva da oralidade. “O sujeito primordial desse tipo de história oral é o depoente que tem maior liberdade para dissertar o mais livremente possível sobre sua experiência pessoal” (MEIHY, 2000, p. 62).

No caso das entrevistas com a fundadora do jornal Brasil Mulher, Joana Lopes, optei pela perspectiva da história de vida porque é através de sua trajetória que desvendo a história do jornal, os meandros políticos, as estratégias editoriais e os fatos que ficaram silenciados nos bastidores do trabalho jornalístico e abafados pela repressão

Segundo Marre (1991), há dois critérios básicos que precisam ser levados em conta em relação à amostra: a diversificação e a saturação. A diversificação se refere à identificação de pessoas capazes de analisar, de forma satisfatória, as relações, os fatos, os juízos e os temas que envolvam o grupo social investigado. A saturação seria o momento em que o pesquisador considera que as entrevistas realizadas já proporcionaram um panorama significativo do objeto.

“Após cada história de vida coletada, abre-se a mesma; listam-se os fatos, estratégias, conexões importantes, nomes, etc (...) A partir de certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam praticamente nada ao que as outras tem expresso. Dirá-se que o campo investigado está coberto e que se alcança um certo nível de saturação” (MARRE, 1991, p.113).

Em relação às modalidades de coleta de dados, Marre distingue três formas que são: o chamado modelo neutro, a investigação participativa e as variantes etnobiográficas. A primeira está ligada à linha positivista e a princípios epistemológicos da pesquisa quantitativa. Exige-se do pesquisador uma postura de neutralidade em que ele se torna, de certa maneira, um simples anexo do instrumento de gravação.

No caso da investigação participativa, calcada nos trabalhos desenvolvidos por Franco Ferrarotti e Daniel Berteaux, a premissa fundamental é uma relação de “diálogos e trocas” entre pesquisador e pesquisado. As quatro características principais deste método podem ser resumidas no: “direito à palavra” dado ao entrevistado, numa relação em que “pode dizer tudo”; na “igualdade substancial” entre pesquisador e pesquisado; na empatia do contato do pesquisador com seu entrevistado “no sentido de vivenciar, de modo ativo, os diversos níveis de verbalização do ato e toda a riqueza da experiência humana” que o leva conseqüentemente a correr riscos e levá-lo a aprofundar o relato de sua trajetória.

Marre também aponta duas vertentes etnobiográficas dentro da investigação participativa. Na primeira, o trabalho consiste na coleta de, no máximo, duas histórias de vida e reúne depoimentos que irão confirmar ou se opor a determinados fatos. Outra variação refere-se ao cruzamento de várias histórias. “Faz-se uma avaliação, não apenas de uma história, mas de fatos e eventos falados, de uma maneira diversa, com o fim de aumentar a confiabilidade e a validade da investigação” (MARRE, 1991, p.118).

Para análise das entrevistas, Paul Thompson aponta três procedimentos para construção da história: a narrativa de uma única vida, a narrativa de diversas vidas que são organizadas em série e a análise cruzada. “Sempre que o objetivo primordial passa a ser a análise, a forma global já não pode ser orientada pela história de vida como forma de evidência, mas de ver emergir da lógica interna da exposição (...) Evidentemente, a exposição e a análise cruzada são essenciais em todo o desenvolvimento sistemático da interpretação da história” (THOMPSON apud OLIVEIRA, 2000, p.122).

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos: no primeiro, *Introdução* apresento o trabalho expondo os objetivos e discorrendo sobre a perspectiva teórico- metodológica; no segundo, *A Construção do Pensamento Feminista*, situo o leitor em relação ao tema através de uma contextualização sobre o pensamento feminista e a imprensa alternativa feminista; no terceiro, *Joana Lopes e o Brasil Mulher*, desenho a trajetória de vida de Joana Lopes como militante, artista e jornalista relacionada à sua atuação como fundadora do jornal; no quarto, *Brasil Mulher: o jornalismo na ótica feminista*, analiso as vinte edições do tablóide relacionando com os relatos de Joana Lopes, as lutas do movimento feminista e o contexto político do período ao longo do qual foi editado; o quinto, *Considerações Finais*, retomo as questões expostas no decorrer da dissertação no sentido de relacionar criticamente a temática mulher e mídia. A parte final é composta pela Bibliografia e imagens suplementares que reuni na seção Anexo.

2. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FEMINISTA

Ao longo de séculos, a naturalização da inferioridade feminina, tanto física quanto intelectual, foi construída e reforçada pelas idéias defendidas por filósofos desde Platão que influenciaram, principalmente, o pensamento ocidental. As discussões em torno do mito do matriarcado, de certa forma, também colaboraram para esta naturalização pois, segundo autores como Joan Bamberger, a referência aos mitos¹² como história, por muitos autores a partir do século XIX, vão fortalecer a posição das mulheres como aquelas a quem foi perpetrada uma penalidade por sua conduta.

“Se uma mulher realmente se comportava ou não de acordo com as acusações (registradas no mito) não é uma solução para a compreensão da mensagem persistente do mito. O que é uma solução, é o impulso ideológico da argumentação do mito sobre o Governo Feminino, e a justificativa que oferece para o domínio masculino através da evocação de uma visão da alternativa catastrófica – uma sociedade dominada pelas mulheres. O mito, em sua repetição de que as mulheres não sabem como dirigir o poder quando o possuem, reafirma dogmaticamente a inferioridade de suas posições atuais” (BAMBERGER, 1982, p.251).

A autora defende a idéia de que não há indícios indiscutíveis da existência de uma sociedade matriarcal, mas que há culturas com fortes traços de posturas matrilineares. Casos esparsos foram registrados, de acordo com Bamberger, de sociedades em que a descendência ou a herança eram transmitidas através das mulheres. “Geralmente uma mulher monarca era coroada somente quando o herdeiro masculino era menor ou quando não havia nenhum” (BAMBERGER, 1982, p.253).

Andrée Michel destaca que após a queda do Império Romano, onde reinava a hostilidade “à emancipação das mulheres” que eram enclausuradas como “sinal de conforto e mobilidade social”, registra-se a participação das mulheres na sociedade. Segundo a autora, no período anterior ao século XII, “a identidade da condição da mulher é surpreendente”. Mesmo em sociedades diversas, seja cultural, religiosa ou politicamente ‘a imagem convencional da exclusão das mulheres’ ainda não nasceu durante esse primeiro milênio, nem no Ocidente, nem em Bizâncio, nem nos países muçulmanos” (MICHEL, 1982, p. 29).

¹² Rose Marie Muraro deixa claro como foi feita a transposição dos mitos sobre o matriarcado para a efetivação de uma mitologia sobre o patriarcado: “A partir do segundo milênio a. C., contudo, raramente se registram mitos em que a divindade primária seja mulher. Em muitos deles, estas são substituídas por um deus macho que cria o mundo a partir de si mesmo, tais como os mitos persa, meda e, principalmente e acima de tudo o nosso mito cristão (...) Javé é deus único, centralizador (...) representa bem a transformação do matricentrismo em patriarcado” (MURARO, 1991, p.9). Muraro, enfatiza que o pecado original relacionado à culpa pelo ato sexual serviu na verdade para reprimir os “prazeres” do corpo num momento em que o trabalho se sistematiza quando as culturas de coletas passam a ser substituídas nas sociedades sedentárias.

Apesar da alta Idade Média representar um “florescer” da condição da mulher, como considera Rose Marie Muraro, a partir do século XIV inicia-se uma “repressão sistemática ao feminino” através do período da Inquisição, mais conhecido por “caça às bruxas”, que dura até o século XVII. Neste período, as mulheres são excluídas de muitas profissões consideradas exclusivamente femininas, como as de parteiras, por exemplo, para garantir a institucionalização da medicina dentro das universidades. Segundo Rose Marie Muraro, as perseguições e o aniquilamento das mulheres consideradas bruxas e heréticas foi “calculada e planejada pelas classes dominantes, para chegar a maior centralização e poder” (MURARO, 1991, p.15).

Apesar da repressão engendrada em conjunto pela Igreja e pela monarquia, há uma reação das mulheres. É deste período o registro do primeiro tratado feminista escrito por Christine de Pisan que reivindica a “necessidade da educação feminina” e a “aspiração a uma sociedade pacífica” (MICHEL, 1982, p. 34).

Os séculos XVII e XVIII vão representar uma transição econômica do feudalismo para uma nova ordem baseada na indústria que se contrapunha ao absolutismo. O século XVIII é marcado pela estruturação do pensamento Iluminista que vai ser base para a Revolução Francesa. Rousseau, um dos grandes expoentes do Iluminismo, traz à luz a idéia do direito do indivíduo e da igualdade, tão caras aos revolucionários franceses, servindo de base ao pensamento liberal. Em sua obra “Contrato Social”, o autor explicita suas teses.

“(…) o Contrato baseia-se na noção de que um novo estado constitucional, mais justo e racional no seu funcionamento, deve garantir aos cidadãos o exercício de liberdade e de que estes devem respeitar e cumprir as premissas estabelecidas pela vontade geral da coletividade, que vem a ser o alicerce do pacto contratual. A base do estado passa a residir no conceito de indivíduo e não mais na idéia da grande família feudal. É justamente dessa concepção de indivíduo- cidadão que as mulheres foram excluídas, não se constituindo, portanto, como sujeitos de direito perante a nova ordem que se consolidava. (...) sua incorporação como cidadã de segunda classe, sem nenhuma garantia como ser social e político, inclusive sem o direito à representação, questão de ordem quando da convocação dos Estados Gerais da Nação” (SCHMIDT, 1989, p.185-186).

Opondo-se a estas idéias levantaram-se vozes como de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges. Em 1792, Wollstonecraft publicou “A vindication of the rights of women” em que reivindicava o acesso à educação das mulheres como era garantida aos homens. Para Schmidt, ela representa “uma das ideólogas precursoras do feminismo moderno” por considerar que as divisões sexuais eram determinadas pela cultura e pela oposição “razão/ natureza”. “Olympe de Gouges publicou a Declaração dos Direitos das Mulheres, cujo artigo 10 afirma: ‘a mulher tem o direito de subir ao cadafalso; deve também

ter o direito de subir à tribuna’ ” (MICHEL, 1982, p. 46). Condorcet foi um dos únicos membros do parlamento francês que ousou levantar-se em favor da ampliação dos direitos das mulheres, mas foi derrotado na Assembléia.

Michel salienta que, ao lado das reivindicações relativas à educação e aos direitos econômicos, já no século XVIII vão somar-se a reivindicação dos direitos políticos, a oposição à dupla moral e a “idéia de que a libertação feminina é também a de toda a sociedade” (MICHEL, 1982, p.48).

No início do século XIX, a exclusão da mulher se institucionaliza através do Código Napoleônico cujos reflexos não se restringiram apenas à França, mas contribuíram para a campanha de naturalização da domesticação feminina no Ocidente. Segundo Andrée Michel, o Código que Napoleão Bonaparte instituiu em 1804 tem suas bases no século XV quando o tratado Ménagier de Paris preconizava que a educação das meninas deveria prepará-las para o “conforto dos maridos”. E arremata : “os burgueses tinham gratuitamente uma doméstica impotente em casa” (MICHEL, 1982, p. 52).

John Stuart Mill e Harriet Taylor¹³ estruturaram as bases para o feminismo liberal que vai refletir no final do século XIX e começo do XX no movimento pelo voto feminino em todo o mundo.

“Com argumentos por uma sociedade na qual os interesses de todo o homem fossem considerados e, ao mesmo tempo, na qual os direitos individuais de cada homem fossem protegidos, Mill e Taylor descobriram a justificação para uma correspondente revolução feminista. Esses argumentos forneceriam a agenda para os seguintes 200 anos de feminismo liberal. As mulheres deveriam ser dotadas de todos os privilégios políticos, inclusive o voto e o direito de concorrer a cargos públicos. Devia também lhes ser facultada a escolha de uma profissão em vez de casar e a educação necessária para a realização dessa ambição. De acordo com os princípios da teoria democrática, tais reformas levariam finalmente à igualdade” (NYE, 1995, p. 27).

Taylor avançava ainda mais e acreditava que também a participação profissional da mulher no mercado livre iria evitar a sua subordinação ao homem. Em plena revolução industrial, as questões relacionadas ao tema mulher e trabalho começam a surgir. Flora Tristan em seu livro “União Operária”, de 1843, propõe uma internacional do trabalho e, segundo Michel, produz a “aliança teórica entre o feminismo e o socialismo revolucionário” (MICHEL, 1982, p. 55). Mas, é através de Jeanne Deorin, a qual escreveu o livro “Curso de Direito Social para as Mulheres”, que a proposta de Tristan se efetiva através

¹³ Harriet Taylor foi grande colaboradora no desenvolvimento das idéias de John Stuart Mills mesmo enfrentando a oposição ao seu trabalho devido ao fato de ser mulher. Segundo Andrée Michel, ela foi “impedida por seu marido de assinar ‘Os princípios de economia política’ ” que escreveu em conjunto com Mills.

da Federação das Associações Operárias.

As idéias que se originaram a partir daí desembocaram na elaboração de um feminismo marxista/socialista que irá se contrapor ao liberal. Entre as teóricas que irão desenhar este ideário estão Emma Goldman, que vinda da tradição socialista vai se aliar aos anarquistas nos Estados Unidos, Alexandra Kollontai, que dirigiu o departamento feminino (Genotdel) do Partido Comunista russo dissolvido pelo stalinismo, além de Clara Zetkin e Rosa Luxemburg as quais “optaram por um socialismo internacional pacifista oposto à orientação chauvinista do socialismo masculino” (MICHEL, 1982, p. 58).

Mesmo tentando avançar nas questões específicas das mulheres Bebel, Lênin e Engels não conseguiram ir além da idéia de que a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual estas estavam submetidas.

“Lênin criticou Zetkin por só discutir questões de sexo e casamento nos encontros do Partido Social – Democrata alemão. (...) A teoria sexual é apenas um meio de justificar a perversão e não há lugar para ela no partido. (...) Lênin deixou clara a base de sua tolerância das organizações femininas: as organizações femininas não devem gerar novos relacionamentos, mas são métodos de suscitar e organizar as massas de mulheres em torno do dogma bolchevista estabelecido” (NYE, 1995, p.66).

Na esteira da luta por direitos e participação efetiva na esfera pública, o movimento pela conquista do voto feminino mobilizou cerca de dois milhões de mulheres em todo o mundo, atravessando sete décadas. O movimento sufragista, que foi uma verdadeira batalha contra o pensamento antifeminista, teve início em 1848 com a Convenção de Seneca Falls, nos Estados Unidos, mas as primeiras vitórias foram conquistadas a partir dos anos 20 do século passado.

Para Michel, outra idéia central no feminismo emergente do século XIX é a união e a ajuda mútua entre as mulheres de todos os países na luta pelos direitos. Uma ação concreta a partir desta proposta é a criação do International Council of Women (ICW) unindo francesas e americanas. No início do século XX surge outra organização denominada The International Women Suffrage Alliance (IAW).

Estas entidades desempenharam um papel fundamental, tanto no movimento sufragista quanto na luta por direitos trabalhistas das mulheres nas duas grandes guerras quando a mão de obra feminina é requisitada enquanto os homens estavam no campo de batalhas. Após a Segunda Grande Guerra, que deixou cicatrizes profundas na história da humanidade, as mulheres são “convocadas” à voltar às funções domésticas dando lugar à força de trabalho masculina que retorna. “(...) ‘um mal estar indefinível’ tomou conta das mulheres instruídas das classes médias que o culto restaurado da mulher no lar limitava aos

papéis acanhados de esposa, mãe e consumidora” (MICHEL, 1982, p. 79).

É a partir deste contexto histórico que Simone de Beauvoir vai discutir a condição da mulher no viés do existencialismo sartreano em seu livro referencial *O Segundo Sexo*, editado em 1947.

“O existencialismo de Beauvoir era uma tentativa de situar a dinâmica de uma opressão que não era específica do socialismo nem do capitalismo. Nesse empenho ela voltou aos temas proeminentes nas disputas feministas marxistas com a ortodoxia comunista. Em primeiro lugar, houve o estudo de Kollontai da resistência masculina à mudança em questões sexuais. (...) Em segundo lugar, havia a preocupação não-socialista de Goldman sobre a questão dos relacionamentos pessoais. É com essas questões que começa o existencialismo de Beauvoir, questões informuláveis e portanto irrespondíveis na teoria marxista” (NYE, 1995, p.98).

A teoria freudiana também é alvo das críticas de Beauvoir que questiona o “complexo de Édipo” e seus desdobramentos. Para Beauvoir “é o homem que se afirma através de sua identificação com seu sexo” tornando-se sujeito em “oposição com o sexo feminino, transformado em objeto”. As idéias desenvolvidas por Beauvoir vão ser fundamento para a estruturação da teoria do patriarcado e vão influenciar Betty Friedan nos anos 60 que irá fundar o National Organization of Women, um dos exemplos dos grupos de auto consciência que irão se espalhar pelo mundo.

A partir de então, o feminismo ressurgiu como um movimento organizado que marca a luta pelos direitos individuais ao longo da década de 70. Assim, em linhas gerais temos três correntes feministas : a liberal, a radical – em que o sexo e a discussão sobre a reprodução são centrais – e a socialista que faz uma releitura do marxismo.

A sexualidade ligada à discussão sobre o prazer do corpo, o controle da natalidade, o aborto, o acesso ao emprego e direitos trabalhistas igualitários foram temas proeminentes. As feministas, neste caminhar da solidificação de um pensamento, lançaram mão de idéias que foram instrumentos de uma reflexão teórica e política naquele momento.

“Os psicanalistas feministas, por sua vez foram além das relações existenciais para um estudo da psique feminina gerada nas estruturas da família que sobreviveram mesmo a uma revolução marxista. Finalmente as teorias estruturalistas da linguagem situaram o sexismo nas próprias origens da cultura. (...) Esse tomar emprestado, essa adaptação, essa contínua superação de uma instância teórica que restringe a prática feminista, que deixa demasiado do que resta estranho à experiência feminina intacta e intocável pelo pensamento e ação das mulheres, é a história da teoria feminista. É também uma história reencetada cada vez que as mulheres começam de novo a consertar a teia danificada do entendimento que deve sustentar toda ação feminista significativa” (NYE, 1995, p. 16).

Na década de 80, o pós estruturalismo de Michel Foucault, a sistematização do campos dos estudos feministas e o conceito de gênero vão significar uma ampliação da

reflexão feminista. O conceito de gênero, na perspectiva de uma categoria útil de análise histórica, irá abrir o leque para a articulação com outros conceitos como etnia, classe e religião. A questão da diferença¹⁴ traz para o campo dos estudos feministas e de gênero a diversificação das pesquisas.

Sonia Alvarez avalia o panorama atual da atuação feminista especialmente na América Latina:

“Hoy se constituye en un amplio, heterogéneo, policéntrico, multifascético, y polifónico campo, o dominio político, como lo há llamado, Vicki Guzmán, que se extiende más allá de las organizaciones o grupos propios del movimiento, stricto sensu. Es decir, se han multiplicado los espacios donde las mujeres que se dicen feministas actúan o pueden actuar – que ya no es sólo en las calles, en los colectivos de auto reflexión autónomos, en los talleres de educación popular etc. (aunque las feministas aún están en esos espacios), sino que también en los sindicatos, en los movimientos estudiantiles, los partidos, los parlamentos, los corredores de la ONU, en los laberintos de la academia, en las redes formales e informales de organizaciones no gubernamentales especializadas y profesionalizadas, en los medios de comunicación, en el ciberespacio etc” (ALVAREZ, 1998, p.265).

2.1. O movimento feminista no Brasil

As lutas feministas no Brasil, efetivamente se desenvolvem a partir do século XIX impulsionada pelo movimento sufragista e engajada no abolicionismo. Isto não significa, entretanto, que mesmo antes deste período algumas mulheres se destaquem por ousarem enfrentar o poder estabelecido, primeiro do colonizador e depois da corte portuguesa.

“Somente a partir da vinda das mulheres da classe dominante, que antecede um pouco a chegada da Corte de Portugal (criação do Reino Unido em 1808) é que consegue alguma documentação. Quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim desajustadas. Tenho a impressão de que só chama de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso mas ao lado dos seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens. No primeiro caso, podemos citar como exemplo Bárbara Heliodora, Dona Beja entre outras. No outro caso, temos Maria Dias Ferraz do Amaral, a ‘Heroína do Capivari’, que acompanhou o seu marido nas bandeiras e foi assassinada por uma flecha atirada pelos índios” (TELES, 1999, p.13).

O engajamento das mulheres na campanha abolicionista se dá na mesma medida em que elas também estão numa condição de submissão e opressão. Com a abolição da escravatura o país inicia a sua integração ao sistema capitalista e o processo de industrialização que levou a especialização da mão de obra. No começo do século passado,

¹⁴ A antropóloga Lia Zanotta Machado ressalta que a questão da diferença traz consigo a questão da alteridade – a relação com o outro em que pressupõe que existam “dois” e não apenas “um” (MACHADO, 1997, p 129).

em meio ao movimento operário que se organiza, a participação das mulheres, ligadas em grande parte ao anarquismo, reivindica conquistas trabalhistas – como igualdade de salários e redução de jornada – assim como acesso à educação sem discriminação.

“Uma das primeiras feministas do Brasil, Nísia Floresta Brasileira Augusta, defendeu a abolição da escravatura, ao lado de propostas como a educação e a emancipação da mulher e a instauração da República. Nascida em 1809, no Rio Grande do Norte, dedicou-se ao magistério, publicou alguns livros e traduziu o livro de Mary Wollstonecraft *Direito das Mulheres Injustiças dos Homens*, em 1852. No Rio de Janeiro, em 1838, fundou um colégio exclusivo para educação de meninas. Mudou-se para a Europa, por ter sido vítima de críticas da imprensa, que não compreendia nem aceitava suas idéias. No exílio, tornou-se adepta do positivismo e amiga de Augusto Comte. Morreu na França, em 1885” (TELES, 1999, p.30).

A luta pelo voto feminino se inicia, efetivamente, no Brasil, em 1910, quando a professora Leolinda de Figueiredo Dalto funda o Partido Feminino Republicano reacendendo o debate em torno do assunto que não se concretizou durante a Assembléia Constituinte de 1891. De acordo com o *Dicionário Mulheres do Brasil*, Dalto foi precursora da campanha sufragista no Brasil e, em 1917, promoveu uma passeata pelo centro do Rio de Janeiro reunindo mais de 90 mulheres.

Em 1920, a Liga para Emancipação Internacional da Mulher, organizada por Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz fortaleceram o movimento. Mas, Bertha Lutz se tornou o nome mais proeminente da luta pelo voto através do trabalho à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que ultrapassou quatro décadas dentro do cenário do feminismo brasileiro, e que reuniu mulheres de classe média “conhecedoras dos rumos dos movimentos feministas na Europa e nos EUA” (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p.218).

Foi através do trabalho desenvolvido pela Federação, inclusive por meio de congressos e encontros feministas de âmbito nacional, que a tese do voto feminino conquistou vitórias e, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro a conceder o direito às mulheres, após pressão política articulada pela organização. “Desta forma quando, em 1932, Getúlio Vargas promulga por decreto-lei o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em 10 Estados do País” (ALVES ; PITANGUY, 1984, p.48).

A médica paulista Carlota Pereira de Queirós foi a primeira mulher a se eleger para uma Assembléia Constituinte, em 1934, junto com outras nove mulheres que assumiram um mandato na Câmara Federal. Dois anos mais tarde, Bertha Lutz se tornava deputada federal assumindo a cadeira de Cândido Pessoa de quem era suplente.

Após a conquista do voto, a temática do movimento voltou-se para a questão do trabalho feminino e da proteção à maternidade e à criança. Antes do golpe de

estado de Vargas em 1937, registra-se a organização da União Feminina ligada ao partido comunista e que tinha entre suas integrantes Olga Benário.

As mulheres engajaram-se na redemocratização de 1945 após participarem de uma campanha contra o nazi-fascismo e contra o apoio do governo Vargas aos países do eixo. “Com a Liga de defesa Nacional, as mulheres organizaram campanhas para doar agasalhos aos pracinhas e cursos para formação de enfermeiras” (TELLES, 1999, p. 48).

Neste período, temas como a anistia para os expurgados pela ditadura de Vargas, a campanha pelo petróleo e pela paz mundial entram na agenda das entidades femininas. Outro assunto em pauta era a necessidade de revisão do Código Civil¹⁵, instituído em 1916, em relação, principalmente, aos direitos das mulheres casadas. Em 1949 foi criada a Federação de Mulheres do Brasil que atuou até meados da década de 50.

“(…) abrigava várias tendências do pensamento de esquerda, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro. Teve como primeira presidente Alice Tibiriçá. A proposta da FMB era organizar a ação das mulheres nas questões relativas a seus direitos, à proteção à infância e à paz mundial, mas principalmente mobilizar campanhas contra a carestia de vida. Alice Tibiriçá exerceu a presidência até a sua morte, em 1950, sendo substituída no cargo por Branca Fialho” (BRAZIL; SCHUMACHER, 2000, p.226).

A partir de 1960, quando as forças conservadoras começaram a se articular e a dicotomia entre o alinhamento político à direita e à esquerda se acirrava, surgiram organizações femininas reacionárias que deram sustentação ao golpe militar. O comunismo era a ameaça imediata e estas organizações se opunham às mudanças de caráter social que a política de governo de João Goulart propunha.

“As entidades que encabeçavam o movimento tinham começado a surgir em meados de 1962: União Cívica Feminina, Movimento da Arregimentação Feminina, conhecido pela sigla MAF, e Campanha da Mulher pela Democracia (Camde)(…)” (TELLES, 1999, p. 53).

Mesmo com a repressão à liberdade de expressão, a partir de 1964, que silenciou a atuação dos movimentos populares, a capacidade de organização das mulheres, principalmente das periferias de cidades como São Paulo, estava latente. Em meados da década de 70, muitos grupos vão se organizar em torno da questão da carestia e de problemas

¹⁵ Apesar de haver um projeto de Lei tramitando no Congresso desde 1975 as alterações no Código Civil elaborado em 1916 foram aprovadas somente no ano passado pelos parlamentares. No dia 10 de janeiro de 2002 o presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, sancionou o novo Código que entra em vigor em um ano. Com o novo Código a maioria civil passa de 21 para 18 anos, o homem recém casado não pode mais devolver a mulher alegando que ela não era virgem, estabelece a igualdade de direitos entre os cônjuges e as mães solteiras passam a formar família com seus filhos.

mais concretos enfrentados pelas populações excluídas. Clubes de mães, de donas de casa e associações de bairros foram surgindo nas brechas da ditadura. Um dos grupos de maior destaque foi o Movimento do Custo de Vida.

Paralelamente a este redespertar das mulheres do movimento popular, também se estruturavam grupos feministas influenciados pelas discussões que estavam em pauta na Europa e Estados Unidos.

“By the late 1960s and early 1970s, female participants of student movement organizations and militant organizations of the Left began meeting in small groups, usually to discuss Marxist – feminist texts from the United States and Europe, and an inchoate debate about the nature of women’s oppression developed in the alternative press. Preexisting friendship networks of female militants from the days of clandestine resistance were remobilized in the early 1970s and young, university-educated women formed smallll consciousness-raising groups to discuss these texts and their own lived experience as women” (ALVAREZ, 1990, p. 89)¹⁶.

Com o exílio de muitas militantes de esquerda, principalmente do grupo que se transfere para o Chile e, depois do golpe de Pinochet, para Paris, forma-se o Círculo de Mulheres que foi um interlocutor entre os grupos feministas brasileiros e o movimento Europeu. Na luta contra a ditadura militar, muitas mulheres também se engajaram nos grupos de guerrilha armada os quais foram fortemente reprimidos e praticamente extintos ainda na década de 60.

A questão da anistia foi um tema que começou a fazer parte das discussões do movimento de resistência ao regime, em resposta à política de exceção, repressão e violência perpetrada pelo governo militar.

O ano de 1975, instituído como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), é que vai ser um marco na história do feminismo brasileiro. Vários eventos são realizados ao longo de 1975, mas Alves e Pitanguy, destacam o encontro realizado no Rio de Janeiro promovido pela ONU e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que resultou na criação do Centro da Mulher Brasileira, “um marco no sentido de se propor e atuar enquanto organização especificamente feminista” (ALVES;

¹⁶ “No final dos anos 60 e início dos anos 70, participantes femininos do movimento estudantil e organizações militantes da esquerda começaram a se reunir em pequenos grupos, geralmente para discutir textos feministas marxistas dos Estados Unidos e Europa, e iniciar um debate sobre a natureza da opressão da mulher desenvolvido na imprensa alternativa. Grupos femininos de militantes remanescentes dos dias de resistência clandestina foram remobilizados no início dos anos 70 e jovens de nível universitário formaram pequenos grupos de auto-consciência para discutir estes textos e suas próprias experiências como mulher” (ALVAREZ, 1990, p.89).

PITANGUY, 1984, p.72). São estas organizações que irão fomentar a estruturação, pelo país afora, de vários grupos de auto consciência que irão discutir as questões específicas da mulher relacionadas à sexualidade, saúde, trabalho e política.

“Sob uma ditadura militar, mas com o apoio da ONU, a mulher brasileira passou, então, a ser protagonista de sua própria história, em que a luta por seus direitos específicos se fundia com as questões gerais. Respondia de maneira forte aos anseios da época: de se expressar, de falar, de enfrentar, de agir. (...) Antes de 1975, algumas mulheres pertencentes a universidades e centros de pesquisa, já começavam a estudar a condição feminina sob um prisma feminista. Em 1969, Heleith Saffioti escrevera o livro ‘A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade’, que muito contribuiu para abrir horizontes. Mas é em 1975 que as idéias feministas, de exigir a igualdade de direitos e questionar o papel de submissão da mulher, vão começar a ter ressonância junto à opinião pública” (TELLES, 1999, p.85).

Como organização, o movimento feminista vai promover, a partir do final dos anos 70 e início dos 80, os congressos no sentido de ampliar a discussão sobre a condição da mulher. Os primeiros encontros nacionais acontecerem ainda na década de 70 dentro da programação dos congressos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Os Congressos, que tiveram três edições, aglutinaram um grande leque de grupos feministas e do movimento de mulheres¹⁷ e também abriram espaço para o oportunismo das legendas de esquerda que ainda estavam na ilegalidade, o que levou conseqüentemente à desarticulação do movimento feminista.

“O rompimento do III Congresso de Mulheres de São Paulo passa fundamentalmente pela oposição entre um feminismo ‘politiqueiro’ – que instrumentalizava o movimento de mulheres, tentando transformá-lo em um grupo de pressão corporativista – e o feminismo ‘autêntico’, voltado para questões relacionadas à subjetividade e identidade sexual. (...) feministas ‘politiqueiras’ transformaram-se em funcionárias públicas ligadas à questão da mulher, e as feministas ‘intimistas’ afastaram-se cada vez mais da militância política strictu sensu” (MORAES, 1997, p.147).

Na década de 80, o movimento feminista vai atuar de outras formas. Com a lei da anistia que possibilitou o retorno dos exilados e as eleições de 1982, o país busca o caminho da redemocratização. A violência contra a mulher foi um tema prioritário naquela década e levou a duas conquistas concretas: a criação dos conselhos nacional¹⁸ e estaduais da

¹⁷ De acordo com várias autoras a diferença entre o movimento de mulheres e o movimento feminista centra-se no direcionamento das estratégias e das discussões. O movimento de mulheres não inclui no seu temário as discussões que se referem mais especificamente à condição da mulher no tocante à crítica ao patriarcado. “A expressão ‘movimento de mulheres’ significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao ‘movimento feminista’ refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história” (TELES, 1999, p.12).

¹⁸ “Em 1989, o governo Collor acabou com a autonomia financeira e administrativa do órgão e desde então o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher veio sistematicamente perdendo espaço na estrutura do Estado, dependendo quase sempre da boa vontade do Ministério da Justiça” (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p. 238).

condição feminina e das delegacias da mulher. Outro trabalho a ser destacado em relação ao estímulo à denúncia da violência e atendimento à mulher agredida são os desenvolvidos pelos SOS – Mulher que se espalham por várias cidades do país.

Há uma apropriação por parte da mídia da temática do movimento feminista através de programas voltados ao público feminino como TV Mulher exibido pela Rede Globo o qual contava com Marta Suplicy falando sobre sexualidade, tema que ainda era tabu, e “Malu Mulher” que abordava o cotidiano de uma mulher divorciada e “liberada”. Muitos partidos políticos também incluem as questões específicas das mulheres, até então estranhas à seus programas, como forma de adequar-se a este novo contexto.

Na perspectiva da discussão da diferença, desde o final da década de 70, ampliou-se a abordagem dos grupos feministas que trouxeram à luz a questão das mulheres negras e das lésbicas, por exemplo.

A Constituinte de 1988 representou mais um espaço de luta para as feministas, que através do conhecido “lobby do batom”, obtém a aprovação de “80 % das reivindicações encaminhadas aos constituintes na área dos direitos da mulher” (BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p.238).

A bancada feminina, eleita em 1986, foi composta por 26 mulheres num universo de 559 deputados constituintes. A proposta apresentada pelas deputadas resultou de contribuições de grupos feministas, do movimento de mulheres e entidades femininas do país inteiro. A proposta mais polêmica foi a legalização do aborto que enfrentou a resistência dos deputados evangélicos e católicos não sendo incluída na nova Constituição brasileira.

Na década de 90, representantes do movimento feminista brasileiro participaram de eventos como o Fórum das Organizações Não Governamentais, dentro da programação da ECO 92, de conferências no Cairo e Áustria, além da IV Conferência Mundial de Mulheres de Beijing, em 1995.

Para Maria Lygia Quartim de Moraes, há um atrelamento do “feminismo oficial”, que representa o país nestes encontros, aos “ditames” do atual governo. Segundo ela, o desafio para o feminismo hoje são as políticas neoliberais que buscam a “fragmentação” dos movimentos sociais.

“O neoliberalismo também tem uma proposta para o feminismo: a igualdade formal. Como bem observa Dahl, para o feminismo liberal a igualdade com os homens é um dos pontos fundamentais da corrente tradicional que, com base no objetivo de justiça e de igualdade para todos os cidadãos, reconhece que todas as pessoas são iguais. Essa reivindicação, do final do século XIX, passou a ser contestada quando ‘as mulheres começaram a abandonar o objetivo de igualdade real (de fato), como aconteceu na década de 1970’ (DAHL, 1993, apud MORAES, 1997, p.148). O liberalismo nos países nórdicos – e mesmo nos Estados Unidos – foi flexibilizado

pelas políticas de discriminação positiva ou ações afirmativas, vale dizer, por medidas efetivas no sentido de corrigir desigualdades sociais por motivo de sexo ou raça” (MORAES, 1997, p. 148).

A Marcha Mundial das Mulheres, organizada em 2000, buscou aglutinar mulheres de diversos países, incluindo o Brasil, reivindicando a igualdade de direitos, posicionando-se contra a pobreza, a corrupção e a exclusão do Terceiro Mundo. O movimento foi considerado pela imprensa, na época, como o “novo feminismo” e acendeu a discussão sobre o pós-feminismo, assunto que gera polêmica entre as feministas. Na opinião da jurista Lucia Nagib ainda não se conquistou o patamar do pós-feminismo, pois as mulheres ainda enfrentam velhos problemas como a desigualdade salarial e a dupla jornada e, em países do oriente, são tratadas como “verdadeiras escravas”. Para Rose Marie Muraro o termo pós feminismo seria a negação da própria luta:

“Seria mais um neofeminismo. Hoje acabaram-se os movimentos de grande impacto na mídia, necessários no início. Mas, nos países desenvolvidos, as feministas são muitas. Só nos EUA são mais de 50 milhões (40% da população, segundo dados do próprio governo americano). (...) E graças à sua organização, nos EUAS as mulheres já ganham 95% do que ganham os homens pelo mesmo trabalho. Aqui, como o preconceito ainda é forte, e débil a organização, chegamos apenas a 67% (dados do IBGE). No século 19, o primeiro feminismo (sufragismo) reivindicava apenas os direitos básicos da cidadania (voto, emprego remunerado, educação, etc.). Hoje desejamos chegar ao poder para mudar a natureza de privilégio em serviço (que leva à solidariedade e à descentralização, portanto à desconcentração do dinheiro). Esse é o consenso internacional.” (MURARO, 2000, p.3).

2.2. Imprensa feminista: reflexão da prática teórica

Os jornais feministas foram um dos instrumentos de organização do feminismo, como processo e movimento, e de reflexão para a produção de uma teoria que se contrapõe ao patriarcado. Para Dulcília Schoreder Buitoni, a imprensa feminista é caracterizada por publicações com uma finalidade política de defender as mulheres. “Assim, imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres. A feminista, embora se dirija ao mesmo público, se distingue pelo fato de defender causas” (BUITONI, 1986, p.16).

O primeiro jornal feminista surgiu em decorrência da Revolução Francesa, que impulsionou o movimento de mulheres na luta por direito em fins do século XVIII. Chamava-se *L’Athénée des Dames*. A partir das articulações em torno do movimento sufragista – que exigia o direito de voto às mulheres – aparecem na França jornais especializados no assunto.

“Depois das jornadas de fevereiro de 1848, de que as mulheres participaram em grande número, a atividade feminista se desdobrou em múltiplas direções. Criaram-

se jornais como *La Voix des Femmes* de Eugénie Neboiyet, que em 1849 passou a se chamar *L'Opinion des Femmes*, sob a direção de Jeanne Deroin. Nele se reivindicava o direito de voto e de elegibilidade das mulheres. (...) As mulheres também reivindicavam seus direitos econômicos” (MICHEL, 1982, p. 55).

Em relação à linha editorial destes primeiros jornais, eles ainda mantêm entre seus assuntos, matérias que são características da imprensa feminina que surgiu um século antes impulsionada pela evolução do capitalismo e pela criação dos correios que permitia a sua distribuição. O jornal inglês *Lady's Mercury*, de 1693, inaugura a imprensa feminina. Estes jornais, além de serem um verdadeiro consultório sentimental para as leitoras, também se tornaram, ao longo do tempo, um espaço para a publicação literária, inclusive, de muitas escritoras. As publicações são inspiradas e influenciadas pelos Almanques editados nos séculos XVI e XVII cujos principais assuntos abordados se referiam a práticas de economia doméstica, medicina caseira, arquitetura etc.

O público leitor, até meados do século XIX, era essencialmente mulheres da elite burguesa que tinham acesso à educação. Nesta época, com o avanço da industrialização que influi nos processos de produção, a mulher já começava a ser moldada como consumidora e a emergente indústria da moda ganhava espaço, contribuindo para a construção de uma representação feminina. “Em 1800, começam a surgir na Alemanha e na Áustria veículos dedicados exclusivamente à moda, para um público de costureiras e modistas” (BUIIONI, 1986, p.25).

A imprensa feminina, caracterizada essencialmente por ser uma imprensa de entretenimento e serviços como conhecemos hoje, vem da tradição americana.

“O primeiro jornal feminino norte-americano foi o *American Magazine*, porém o mais conhecido é o *Ladies' Magazine*, de Sarah Josepha Hale, que surgiu em 1828. Foi também nos EUA que se firmou a denominação *magazine* (em língua inglesa) com toda uma idéia de revista (em língua portuguesa)” (BUIIONI, 1986, p.27).

Segundo Buitoni, temos já no século XIX dois tipos de jornais e revistas voltadas ao público feminino: tradicionais – que defendem o trabalho feminino fora do lar com restrições e, em contrapartida, engrandecem as qualidades domésticas da mulher – e progressistas – que são as publicações feministas empenhadas em basicamente três frentes de lutas: o acesso da mulher à educação, às condições de trabalho e salário iguais aos dos homens e o direito ao voto.

Surgem jornais por toda a Europa e Estados Unidos ligados a grupos de mulheres que lutavam por direitos políticos, às operárias, aos sindicatos femininos, às sufragetes etc. É neste momento, de acordo com Buitoni, que a palavra mulher vai “tomando

o lugar de ‘senhora’ e ‘dama’ nos títulos de jornais; na França essa passagem é nítida” (BUTONI, 1986, p.31).

“Foi através da imprensa feminina que, no século XIX, melhor se exprimiu o feminismo das mulheres das classes médias, que apelam às mulheres e não aos homens para a sua libertação. La Gazette des Femmes (1836- 1848) publicou uma Carta dos direitos e dos deveres das mulheres: nela se pedia sobretudo que se franqueassem às mulheres os empregos públicos (ensino, correios, etc.). Em 1869, Léon Richer fundou a Liga do Direito das Mulheres e a revista Le Droit des Femmes (...). Com Maria Deraisme, algumas feministas aí pediam igualdade de direitos para as mulheres no trabalho, no casamento e na família, mas, temendo a influência dos padres sobre o voto feminino, não pediram o direito de voto antes de 1904. O jornal La Citoyenne, fundado em 1881 por Hubertinne Auclert, reivindicava direitos políticos para as mulheres: foi o primeiro órgão das sufragistas. Finalmente em 1897, Marguerite Durand, que pertenceu ao sindicato dos diretores de jornais, fundou La Fronde, jornal feminista considerado muito burguês pelos socialistas, muito revolucionário pelos burgueses, muito sério pelos parisienses, muito parisiense pelo interior” (MICHEL, 1982, p. 63-64).

É a imprensa francesa que vai influenciar, inicialmente, as publicações dedicadas às mulheres que vão surgir no Brasil no século XIX, coincidindo com o início da própria imprensa brasileira. A sociedade brasileira ainda mantinha os costumes herdados de Portugal os quais restringiam a atuação da mulher ao âmbito doméstico e às atividades religiosas. “O Brasil é o único país, dentro da América Latina, que conheceu desde os fins do século XIX uma imprensa feita por mulheres, e não somente para mulheres como sucedia na maior parte dos casos” (NEHRING, 1981, p.287).

Segundo Maria Amélia de Almeida Teles, em relação aos países latino-americanos foi no Brasil que “houve maior empenho do jornalismo feminista” (TELLES, 1999, p.33). Em 1852 surge O Jornal das Senhoras editado por Joana de Paula Manso em conjunto com Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco e Gervásia Memezia Pires dos Santos. Apesar de alertar as mulheres para “as suas necessidades e capacidades” enfatiza que seu papel essencial é “amar e agradar aos homens”. Dez anos depois Júlia de Albuquerque Sandy Aguiar lança Belo Sexo.

“Mas o jornalismo mais avançado foi sem dúvida aquele expresso pelo semanário ‘O Sexo Feminino’, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. O seu primeiro número foi publicado na cidade de Campanha da Princesa, Minas Gerais, em 7 de setembro de 1873. Em vez de apelar aos homens, como fizeram sua antecessoras a fim de ganhar espaço e talvez convencê-los, Francisca dirigiu-se diretamente às mulheres, para que tomassem consciência de sua identidade e direitos. Ela defendia a idéia de que a dependência econômica determina a sujeição feminina e uma educação melhor ajudaria as mulheres a elevar seu status. Com o objetivo de ganhar mais leitoras e adeptas, Francisca – destacada lutadora pelo direito ao voto e pela abolição da escravatura – transfere o jornal para o Rio de Janeiro” (TELES, 1999, p.34).

Nas décadas de 1870 e 1880 surgiram outros periódicos que se

preocupavam com a defesa da maternidade, dos direitos e aptidões das mulheres, mas por outro lado, também se dedicavam a informações sobre saúde, cuidados domésticos e cultura.

Foi Josefina Álvares de Azevedo, que lutava em prol da causa abolicionista, entretanto, que publicou, em 1888, o mais polêmico jornal feminista intitulado *A Família*. Através do jornal, defendia o divórcio e condenava “o princípio da autoridade” masculina que dominava a sociedade. Também publicou biografias de mulheres notáveis.

“Ao contrário de suas antecessoras, não aceitava a chefia do homem na família. Considerava-o ‘um déspota’, que tratava sempre de exercer o domínio sobre os outros indivíduos. Defendia o divórcio alegando que ‘se a mulher pudesse repudiar o marido que os pais lhe impuseram sem sua afeição’, ela poderia controlar ‘seu destino’ mais do que aquelas que sacrificavam ‘a existência inteira a um capricho da autoridade paterna” (TELES, 1999, p. 36).

Outro destaque é a revista *A Mensageira* que circulou entre 1897 a 1900 em São Paulo e era dirigida pela poetisa Prisciliana Duarte de Almeida. “A revista apresenta questões universais pioneiras no feminismo, como a solidariedade internacional com as mulheres do mundo inteiro” (TELES, 1999, p.36).

No início do século XX pontificaram alguns jornais feministas de tendência anarquista que colocavam em pauta a questão da mulher no mercado de trabalho - assunto que irá figurar como um dos grandes temas do movimento feminista na década de 70 - como *Terra Livre* e *Renascença*.

Nas décadas de 40 e 50, o movimento de mulheres no Brasil tem como porta voz o jornal *Movimento Feminino*, criado em 1947, o qual tem papel fundamental nas campanhas eleitorais a partir de 1946, lançando candidaturas femininas. O jornal perdurou por cerca de dez anos e, devido à grande aceitação, conseguiu ter representações em 16 estados do país.

Na década de 70 ocorre a consolidação de um mercado editorial de revistas femininas as quais, nos anos 80, irão se apropriar de temáticas do movimento feminista. Este mercado se estrutura a partir do incremento de investimentos da Editora Abril em sua divisão de revistas femininas. Além de formar uma geração de jornalistas especializadas na área, a Editora Abril amplia consideravelmente o número de títulos neste segmento a partir dos anos 70.

Nos anos 50 a Abril já havia lançado a *Capricho*, que ainda não tinha o atual perfil voltado às adolescentes e, na década de 60, lança a revista *Cláudia* que irá abrir um espaço para a reflexão sobre a questão da condição da mulher através da articulista Carmem da Silva.

“Carmem da Silva, ao abordar nos seus artigos problemas do cotidiano da mulher da classe média, questionava o comportamento tradicional da mulher: ‘Deve a recém casada trabalhar?’, ‘Trabalhar para não ser bibelô’, ‘A conquista de um lugar ao sol’, ‘Independência’ e ‘Amor’ eram temas por ela abordados em textos que procuravam orientar as mulheres em direção à autonomia” (TELES, 1999, p. 62)

Mas, é através da revista Nova que a empresa vai construir o ideal da “mulher liberada” ligada estritamente à questão da sexualidade. Joana Lopes afirma que o jornal Brasil Mulher surge justamente para contrapor este tipo de imprensa e era voltado para aquela mulher que não era leitora da revista Nova (LOPES, 1999).

“No movimento de mulheres brasileiro, Londrina é um nome lembrado por se constituir no berço do primeiro jornal feminista do país, o Brasil Mulher, entretanto, logo transferido para São Paulo, mantendo um núcleo paranaense. (...) busca agrupar mulheres lutando pela emancipação e no seu programa se coloca a prioridade de certas lutas gerais, de certas lutas específicas em relação a sociedade brasileira e à mulher” (PRÁ; BRITO, 1988, p.21).

2.3. A consolidação da imprensa alternativa feminista

O surgimento do jornal Brasil Mulher e, na seqüência, do Nós Mulheres, em 1976, e do Mulherio, já na década de 80, inaugura a fase do que chama-se de imprensa alternativa feminista. Nestas publicações pode-se notar as linhas do pensamento da teoria feminista que estavam se articulando na prática. Esta imprensa se insere num contexto de resistência ao regime ditatorial instaurado no país em 1964¹⁹.

Segundo Bernardo Kucinski, após o golpe de 1964, surge uma imprensa que se contrapõe ao regime militar denominada “alternativa”. De acordo com Kucinski, o marco da imprensa alternativa é o lançamento do jornal Pif-Paf editado por Millôr Fernandes ainda em 1964. Kucinski afirma que neste momento há duas imprensas no Brasil sendo uma oficial – submetida à censura prévia dos militares e já adotando a autocensura nas redações – e outra alternativa, que busca trazer à luz informações e a reflexão sobre a realidade do país que estão

¹⁹ Apoiados pela imprensa comprometida com a elite – cujas mulheres foram às ruas em favor da família, de Deus e da pátria - os militares ganharam força para derrubada do governo João Goulart o qual, no início dos anos 60, enviou ao Congresso Nacional projetos polêmicos de cunho social como o da reforma agrária. Em março de 1964 os militares colocaram em prática as estratégias desenhadas na surdina dos gabinetes e as elites burguesas se surpreenderiam anos mais tarde com a brutalidade do regime que ajudaram a levar ao poder. Os militares “revolucionários” integravam uma elite, também formada por civis, proveniente da Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, cuja filosofia era baseada nos preceitos da ideologia de segurança nacional. Integração e amor à pátria eram palavras chaves. “A intervenção militar, em 1964, foi sustentada por uma ‘rede de segurança’ integrada por treinados agentes de informação, com atuação em instituições educacionais e culturais, sindicatos urbanos e rurais, imprensa, Igreja, associações civis e até em locais de convívio meramente social. As redes de repressão e controle social cobriram o país. Depois de 1964, o Congresso deixou de exercer a sua função de representação da sociedade e seu funcionamento foi vinculado aos objetivos do chamado ‘poder revolucionário’” (WEBER, 1994, p. 48).

sufocadas²⁰.

Inicialmente, estes jornais, em formato tablóide, foram chamados de “nanicos” pelo escritor e jornalista João Antonio na crônica “Aviso aos nanicos”, publicada no jornal Pasquim, em agosto de 1975. “Comparou-os aos jornais underground que proliferaram nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960, e fez o seu elogio como a única imprensa que ousava denunciar abusos do poder” (KUCINSKI, 1998a, p.178). O termo imprensa alternativa foi cunhado por Alberto Dines, em 1976, em sua coluna semanal “Jornal dos jornais” na Folha de S. Paulo.

“Além de designar práticas não ligadas à cultura dominante, ‘alternativa’ também significa optar entre duas coisas reciprocamente excludentes, a única saída para uma situação difícil e o desejo de protagonizar transformações. A imprensa alternativa dos anos 70 era tudo isso ao mesmo tempo. Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos faziam a crítica sistemática do modelo econômico” (KUCINSKI, 1998a, p.179)²¹.

Mesmo sobrevivendo sob uma censura²² que Kucinski classifica como

²⁰Os meios de comunicação tiveram um papel central nas ditaduras latino- americanas seja pela censura a que foram submetidos ou pelo apoio que deram aos regimes de exceção. No Brasil o projeto dos militares se apóia a partir do governo de Costa e Silva, em 1968, na criação de uma eficiente estrutura de comunicação que é concretizada através da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que iria ganhar efetivamente poder de controle das chamadas “redes de comunicação e coerção” no governo de Emílio Garrastazu Médici. “A partir do ano de 1967, acentuou-se a necessidade da criação de um órgão de maior amplitude de propósitos, capacitado à análise dos problemas de opinião pública. A crise estudantil, as passeatas, as demonstrações públicas contra o governo, nos anos de 1967 e 1968, levaram o Governo Costa e Silva à tomada de uma iniciativa no campo da Comunicação Social. Daí a criação da AERP” (BRASIL, Assessoria Especial de Relações Públicas, 1974, apud WEBER, 1994, p.90).

²¹ Outras referências sobre a imprensa alternativa são os livros Catálogo da imprensa alternativa e episódica da Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro, 1979) – o qual lista 448 títulos com tiragem endereço e editor, *Comunicação de Massa sem Massa* de Sérgio Caparelli (Editora Cortez, 1982), *Comunicação popular e alternativa no Brasil* de Regina Festa e Carlos Eduardo Lins e Silva (Edições Paulinas, 1986), *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*, de Rivaldo Chinem (Ática, 1995), além dos textos *Imprensa alternativa* (In: SILVA, Roberto Queiroz e (org.) Temas básicos de comunicação. São Paulo: Edições Paulinas, 1983) e *A imprensa alternativa revisitada* (In: Revista de Biblioteconomia & Comunicação, Porto Alegre, v. III, p. 7-16, jan/dez 1988) ambos de Sérgio Caparelli e *Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!...* (In: FESTA, Regina e SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). Comunicação popular e alternativa no Brasil. São Paulo: Edições Paulinas, 1986) de Raimundo Pereira.

²² O período após a publicação do Ato Institucional nº 5, em 1968, coincide com o governo Médici sendo conhecido como “anos de chumbo” devido ao acirramento da repressão, da atuação mais intensa dos órgãos de tortura - personalizados pelo Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e Departamento de Ordem Política Social (Dops) - e da censura aos meios de comunicação. Kucinski aponta quatro fases distintas do controle da informação no país: de 1964 até 1968 momento em que há um comprometimento da imprensa comandada pelos representantes da elite burguesa com a “conspiração” dos militares; de 1968 a 1972 quando as organizações sociais se reestruturam na clandestinidade e os protestos aumentam resultando num recrudescimento da repressão; de 1972 a 1975 período em que a autocensura nas redações se efetiva estabelecendo-se duas formas de censura sendo “uma totalitária, contra a imprensa alternativa e outra envergonhada, defensiva, junto aos jornais burgueses, na forma de bilhetinhos e telefonemas” (KUCINSKI, 1998b, p. 60) e a última fase que se refere à abertura política, no governo de Ernesto Geisel, articulada através de um acordo coordenado pelo general Golbery do Couto e Silva e um grupo de jornalistas e dono de empresas de comunicação do país. A imprensa alternativa não compactua com este processo de abertura continuando a sofrer até o início dos anos 80 uma censura muito intensa.

“draconiana” os jornais alternativos representavam o contraponto ao discurso oficial da ditadura. A estimativa é que tenham sido produzidos ao longo da ditadura militar mais de 160 periódicos. Estes jornais representaram uma via para driblar a censura, trazendo às páginas impressas, a realidade do Brasil seja através da denúncia das torturas nos porões dos órgãos de repressão, da violação dos direitos humanos, da questão dos excluídos como os bóias frias, por exemplo, da mulher, assim como das reflexões sobre o modelo econômico adotado pelo governo. A crítica ao “milagre econômico” e a tentativa de desestruturar a imagem “triumfalista” desse governo veiculada na mídia foi intensificada pelos jornais alternativos entre 1968 e 1973.

Esta imprensa é aglutinadora de três vertentes de atores sociais: as esquerdas, os jornalistas expurgados das redações dos grandes veículos de comunicação e os intelectuais que também foram expulsos das universidades pela repressão. “É na dupla oposição ao Estado militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos” (KUCINSKI, 1998a, p. 183).

A imprensa alternativa brasileira pode ser dividida em jornais políticos e jornais de “vertente existencial”. O jornal Brasil Mulher surge no período destacado por Kucinski em que a imprensa alternativa está passando por uma significativa transformação. Este período, a partir de 1973, é caracterizado pelo surgimento de outras vertentes que não se restringem mais aos jornais políticos como o Movimento e o Opinião e trazem à tona outras discussões como feminismo, homossexualismo, ecologia etc.

Os jornais alternativos feministas trazem uma discussão carregada de uma politização do privado e um questionamento do sistema patriarcal que vai ser recebido com reservas pelos jornalistas da imprensa alternativa “política”:

“Mulherio, Brasil Mulher e Nós Mulheres que surgem inspirados nos textos de Simone de Beauvoir e nos movimentos feministas na França, vividos por exiladas políticas brasileiras, e ganham paulatinamente identidade própria, sempre se debatendo entre os imperativos da luta política contra a ditadura, definida em termos marxistas, e a busca das categorias de gênero para explicar a relação milenar de dominação homem- mulher” (KUCINSKI, 1998a, p.181-182).

Maria Lygia Quartim de Moraes, editora do Nós Mulheres, comenta sobre esta imprensa alternativa feminista.

“A maior parte dos artigos de Nós Mulheres versava sobre política e condições de vida. Reflexões sobre as relações afetivas e sexualidade não eram habituais. Nesta direção, não se distingue muito de outros órgãos de imprensa de oposição voltados para a mulher, como o Brasil Mulher, surgido um pouco antes como órgão portavoz do Movimento Feminino pela Anistia” (MORAES, 1997, p. 144).

A história das esquerdas no Brasil se confunde com a da imprensa alternativa. Na clandestinidade, organizações e legendas encontraram naqueles jornais um espaço de atuação. A ingerência das legendas nos jornais alternativos, inclusive nos feministas, se intensifica especialmente, segundo Kucinski, entre os anos de 1974 a 1977 antes da reorganização do movimento sindical e das grandes greves operárias do ABC.

“O secretismo tornou-se traço cultural e, ao mesmo tempo, instrumento do jogo pelo poder, em contradição direta como contrato social explícito dos jornais e seus mecanismos formais de democracia. Nem os membros do Conselho e nem o proprietário formal do Opinião sabiam dos contatos do editor com o Comitê Central da AP [Ação Popular] e, depois, com o PC do B. Em Movimento teceu-se um rede complexa de relações secretas com várias instâncias do PC do B, incluindo o recebimento regular de diretivas do Comitê Central captadas pelas ondas curtas da Rádio Tirana. E o jornal era conduzido politicamente não por seu editor ostensivo, e sim, secretamente, por um seguidor ilustre do PC do B, que redigia todos os seus editoriais – os famosos ‘Ensaio Populares’ – diretivas políticas e a maioria das pautas especiais” (KUCINSKI, 1998 a, p. 189).

Também foram através dos jornais da imprensa alternativa que se gestaram grandes movimentos pela redemocratização do país. Um dos exemplos são as articulações para a campanha em favor da Assembléia Nacional Constituinte desenvolvida por intermédio do jornal Movimento cujo idealizador era o antigo dirigente da Ação Popular, Duarte Brasil Lago Pacheco, ainda na clandestinidade. Outro exemplo é a amplitude que o Movimento Feminino pela Anistia conquista no momento em que o jornal Brasil Mulher, editado por Joana Lopes, se engaja na campanha.

Com a abertura “lenta e gradual”, o movimento social foi se reorganizando e a grande imprensa se apropriou de muitos temas que até então estavam estritos aos espaços de resistência. Além disso, os anos finais da ditadura ainda foram duros para os jornais alternativos com ataques sistemáticos às bancas de revistas que os comercializavam, às redações, sequestro de edições, prisões de jornalistas e processos. Outros fatores destacados por Kucinski, que levaram à extinção dos jornais alternativos são a debilidade econômica e o sectarismo ideológico que “tornou-se linguagem, cultura, hábito, finalmente uma ética” (KUCINSKI, 1998a, p.194).

3. JOANA LOPES E O BRASIL MULHER

3.1. A militante, a artista e a jornalista – trajetória de vida

As polêmicas e os desafios são situações recorrentes na trajetória de vida de Joana Lopes. A correlação de forças que levou à criação do Brasil Mulher não se refere apenas ao contexto político do Brasil, naquele momento, ou à crescente estruturação do feminismo como movimento em todo o mundo. A postura de Joana Lopes como mulher, que reflete sobre sua condição e como artista, que busca uma linguagem no seu trabalho, aliando a ação à transformação e a sua militância de resistência contra o regime ditatorial se imbricam no contexto daquele momento.

“Esta posição minha em relação à questão da mulher é uma atitude muito minha mesmo, sabe, nunca foi fácil ser mulher para mim, não foi mesmo. Uma barra pessoal imensa e eu acho que é por isso tem um lado de vivência comum, a vivência está presente para mim no meu cotidiano artístico, na casa que eu nasci, os teatros que eu fazia, eu saía da minha casa e ‘viajava’ de bicicleta com a minha mala cheia de coisas para ir à casa de outros primos. Aí tinha uma caixa de piano, aí tinha um palco, montava teatros lá, entendeu, esta coisa da arte me seguiu a vida toda, a coisa da mulher também. Também sem dúvida nenhuma, porque que os meninos tinham o direito a serem namoradores e eu menina que era namorada era feio, porque que menino podia andar com a meia suja e eu era menina ficava com a meia para baixo era chamada de desmazelada. Nunca foi fácil” (LOPES, 2001a).

Docente do Instituto de Artes da UNICAMP, professora visitante da Universidade de Bolonha, Itália, especialista em arte do movimento expressivo (Método Laban), pesquisadora na área de dança, arte educadora e jornalista, Joana D’Arc Bizzotto Lopes, nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 14 de abril de 1938. Cresceu em meio a uma família com traços da cultura brasileira: seu pai, Ary Lopes, era guarani e sua mãe, Helena Anita Bizzotto Lopes, filha da primeira geração de uma família de imigrantes italianos que se estabelece na capital mineira.

Segundo relata Joana, seu pai nasceu na fronteira do Brasil com a Bolívia e foi a primeira geração de sua família a se deslocar para a “sociedade branca”. O pai foi aluno do Colégio Militar no Rio de Janeiro e depois seguiu a carreira na Academia do Realengo. “(..) ele é da formação daqueles militares da Sorbonne que é uma academia antes dos Agulhas Negras que já vem pelo modelo americano. Como faz uma carreira escolar brilhante ele é deslocado para Minas e vai servir na Quarta Região Militar e ali conhece minha mãe” (LOPES, 2001a).

A mãe teve uma educação “tipicamente européia” tendo estudado no colégio

Santa Maria da Ordem das Agostinianas, em Belo Horizonte. Além de cantar e fazer teatro convivia com artistas que freqüentavam a casa do pai. O avô casou-se com a madrinha da mãe de Joana logo que sua mulher faleceu após o parto da única filha.

O casamento dos pais de Joana foi rejeitado pela família italiana, principalmente pela madrasta de sua mãe, que não permitiu à enteada casar-se na capela familiar. Mas, estas dificuldades de relacionamento não afastaram Joana do avô e da casa que faz parte do seu imaginário infantil. Ela lembra que, mesmo em pleno conflito familiar, o avô vinha visitar a filha em Ouro Preto para onde os pais de Joana se mudaram depois de se casarem. Da casa do avô materno ela tem lembranças que já foram inspiração para um livro infantil chamado “Pedrina e o Mar”. Ela conta que este casarão mineiro guarda histórias que se misturam com a cultura da cidade.

“O primeiro teatro de Belo Horizonte foi fundado nesta casa e o diretor deste teatro, que era um teatro familiar, foi João Ceschiatti que depois foi diretor da Fundação Nacional de Teatro e hoje tem uma sala no Palácio das Artes chamada João Ceschiatti. Meu avô foi quem fundou o Palestra Itália, ajudava os artistas, enfim era uma casa cheia de obras de artes. Era um casarão imenso que quando fez cem anos, agora, foi homenageado, a casa era destinada a ser uma biblioteca e esta casa tem uma história linda” (LOPES, 2001a).

Com a morte do avô a casa deu lugar a um sanatório dirigido por um tio que era médico com formação em pneumologia na União Soviética. Quando este tio, que era comunista e havia sido deputado, foi preso, a saída para poder garantir o sustento de seus filhos foi vender a casa. “No desespero minha avó vendeu a casa para uma cadeia de supermercados e eles chamaram antiquários do país todo e retalharam a casa inteira (...) E aí venderam tudo para a rede que vendeu para o Sesc e o Sesc acabou com o bosque e fez uma quadra de esportes” (LOPES, 2001a).

A educação que recebeu em casa, segundo ela, foi marcada por este “casamento” cultural de seus pais. Joana conta que a estrutura familiar seguia o modelo patriarcal, mas existia um “acordo” entre seus pais para que os dois influenciassem na educação dos filhos. Joana define que o “âmbito dele era o público e o dela o privado, mais estético”. A família tinha um núcleo que era patriarcal, mas de acordo com Joana não havia uma “dupla moral”.

“Tratava mulher e homem igual. Mulher não tinha que ter privilégio nenhum não. Era trabalho duro, sempre foi. Não tinha dupla moral. Era isto e ponto. Não tinha diferenciação. A minha mãe sim, a minha mãe diferenciava, mas ela não conseguiu sobrepor à ética dele. Mas, ela com os padrões sociais dela privilegiava o meu irmão. (...) Era uma mãe italiana” (LOPES, 2001a).

Ela admite ser conhecida como uma “grande rebelde” em sua família. Sua

infância foi povoada pelas histórias e personagens tipicamente mineiras. Essa magia da infância, das molecagens no interior de Minas Gerais, do contato com a arte na casa de seu avô e das histórias que rondavam seu universo foi imprescindível na formação do seu imaginário.

Joana conta que uma das figuras que marcaram sua infância foi uma mulher chamada “Sá” Onça

“Tinha uns 45 anos de idade, as unhas muito compridas e sujas, umas saias, com os pés que pareciam uns garranchos. Ela descia a ladeira lá em Belo Horizonte, na rua Ouro Preto, vinha lá dos lados da cadeia. Um descampado reto de terra. Essa mulher vinha daquele lado e ela tinha uma filha, descia de tarde e vinha pelas casas pedindo comida. E a molecada tinha um medo dela monumental. E o apelido dela é ‘Sá’ Onça. ‘Lá vem vindo a ‘Sá’ Onça’. E todo mundo corria dela. Eu não corria da ‘Sá’ Onça. Antes dela chegar na minha casa, eu corria ia para a copa, para a cozinha arrumar comida pra ‘Sá’ Onça e para a filha dela. Ela vinha com uma lata suja e ofertava a lata nas casas e as pessoas iam botando comida pra ela. Durante anos da minha vida de criança, eu dormia pensando na ‘Sá’ Onça. Eu não aceitava de jeito nenhum que a ‘Sá’ Onça vivia assim. Que ‘Sá’ Onça não tinha uma cama, porque a filha dela não tinha uma cama, porque eu tinha uma cama. 56 anos passados eu não esqueço jamais. Existem coisas no cotidiano que formam a sua visão de mundo e os caminhos que você vai tomar. Todas as pessoas com todo mundo. Ela é decisiva no meu caminho. A Sá Onça e outros acontecimentos da infância” (LOPES, 2001c).

De acordo com Joana, o pai sempre colocou os filhos em contato com a realidade, numa perspectiva de respeito ao meio ambiente. Ao final do ano escolar sentavam ao lado do pai para reunir as folhas em branco dos cadernos e fazer outras brochuras. O argumento do pai era claro : “papel é árvore”.

O maravilhamento com as descobertas que o conhecimento possibilitava é relatado em um trecho de seu livro “Pega Teatro”²³ quando se refere às aulas de um antigo professor de biologia, o médico Marques Lisboa, também docente do curso de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais, que levava sua turma para aprender a matéria “in loco” nos bosques e matas da região. “Ele era um homem extraordinário, não posso esquecer da figura dele de óculos, cabelos grandes, mais velho, fazia horta, fazia teatro com a gente, era um homem extraordinário, maravilhoso. (...) E dedicava parte de seu tempo para suas crianças, era parasitologista” (LOPES, 2001 a).

A escolha da dança foi influenciada pela mãe que “tinha um gosto enorme que eu tivesse me tornado bailarina”. Ainda cursando o ginásio, em meados da década de 50, mudou com a família para São Paulo onde se dividia entre o Colégio Mackenzie e a Escola de

²³ No livro Pega Teatro, que Joana Lopes edita no início da década de 80, relata a sua experiência teatral, a sua atuação como arte educadora e discorre sobre o processo de construção de alguns de seus conceitos teóricos resultantes de sua pesquisa teatral de anos. Em certos trechos também se refere à sua trajetória pessoal.

Bailado do Teatro Municipal de São Paulo. Ao longo de sua formação em dança teve a companhia do amigo Klauss Vianna, um dos maiores coreógrafos brasileiros.

“Entre na Escola de Bailado vinda da Escola de Bailado Carlos Leite, em companhia de Klauss Vianna, após um exame de seleção realizado por uma banca composta da bailarina e coreógrafa Marília Franco, Madame Olenewa, maestro regente da Sinfônica Municipal, Armando Belardi” (LOPES, 2001 a).

Neste caminho, muitos percalços e um casamento frustrado aos dezoito anos. Joana conta que foram seis anos de “fracasso e dor prolongada”. Da união resultaram dois filhos, Annamaria Noemia e José Márcio, o mais novo tinha um ano e meio quando se deu a separação.

Para Joana, este casamento, dentro da tradição da moral burguesa, chocava-se frontalmente com seus propósitos, seus objetivos, seus sonhos, a busca de sua identidade. A oposição a esta busca era violenta e ela conta que quando “despertei a ira masculina ela caiu sobre mim com toda a sua força”. A ruptura deste casamento acontece, segundo Joana Lopes, quando o marido a espanca pela primeira vez.

Esta experiência amarga foi paradoxalmente importante para lhe apontar os caminhos que deveriam ser trilhados quando elaborava o jornal Brasil Mulher e também para compreender o grupo de mulheres que se organizava em torno da idéia.

“Eu nunca tinha articulado um discurso histórico, eu tinha um discurso pessoal: eu quero, eu desejo, eu posso, eu tenho direito. (...) Um discurso não passa por uma atitude, não passava na época por uma visão mais crítica, talvez isso tenha me ajudado muito na época do Brasil Mulher quando se discutia que algumas mulheres estavam ali mas não tinham um compromisso revolucionário com a esquerda, eu saí em defesa dessas mulheres. O fato de tentar garantir essas diferenças e esse grupo heterogêneo e acreditar no crescimento dessas mulheres na mudança desde que já tinham dado esse passo vem muito mais da minha própria história que uma mudança de dentro pra fora. (...) se fazer mulher é uma briga muito grande, é atrair para si a ira masculina mesmo. E isso foi a grande cena na minha vida ter sido espancada na rua. E me marca profundamente a voz desse marido que gritava, me espancando, no centro da cidade de São Paulo, eu indo para o advogado, que eu tinha pedido o desquite. Eu sempre tive o cabelo muito comprido, tinha um rabo de cavalo e muito magra, muito frágil. Pegar pelo cabelo comprido e me sacudir e me arrastar e as pessoas não me defendiam, ninguém fazia nada. E ele gritava: ‘Esta é minha mulher que fugiu de casa e levou meus filhos’. Isso ficou profundamente marcado. E nesse momento, todas as pessoas recuaram, ninguém defendia um ser humano de 1,60m contra um homem de 1,90m. Ninguém, nem mulher nem homem” (LOPES, 2001c).

Era 1965, em meio às conturbações deste casamento, para garantir que poderia sustentar sozinha os filhos conseguiu um emprego na Escola Rural Isolada do Itaguá, em Ubatuba, litoral paulista, que adotava o método de alfabetização de Paulo Freire. Ubatuba ainda era uma vila de pescadores e Joana atuava como alfabetizadora junta à escola pública da comunidade em plena ditadura militar.

Nesta escola, mesmo estando em contato com o método Paulo Freire, Joana conta que as professoras viviam sob a ira de um diretor que havia sido revolucionário em 1932 e castigava a filha paraplégica por escrever com a mão esquerda.

“É uma das coisas que me marcam muito nessa época. Primeiro estar vivendo esse casamento irado e, do outro lado, as iras do diretor dessa escola (...) Todos os dias antes das aulas ele colocava todos os professores e alunos no pátio debaixo de um sol terrível do meio dia, todos em fila e nós na frente das crianças e ele embaixo da bandeira nacional. Todos tinham que cantar o hino nacional com a mão no peito e antes tinha o discurso dele, tinha o hino, todos os dias debaixo daquele sol terrível e ele fazendo o serviço de 64 (...)” (LOPES, 2001c).

Ingressou, em 1966, na Escola de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro, onde ressalta que adquiriu “noções do valor da livre expressão e da auto expressão” e depois na Escola Nacional de Teatro, onde ficou por pouco tempo por conta da repressão. A experiência de Joana no campo da educação, sempre no sentido da educação pela arte, pelo teatro, como forma de consciência social, vai se aprofundar a partir da segunda metade dos anos 60.

A sua atuação como arte educadora em São Paulo foi intensa. Desta época ela destaca o trabalho desenvolvido na Escola Experimental Vera Cruz e também na Escola Renovada Gabriela Mistral, tendo sempre como norteadora a teoria de Paulo Freire. Também, segundo Joana, foi de fundamental importância o trabalho que desenvolveu na Escolinha de Arte de São Paulo dirigida por Ana Mae Barbosa.

Joana explica que seu trabalho se desenvolvia sempre no “campo popular”, na perspectiva da educação como libertadora e essencial na luta contra o regime militar. Ao contrário de seu irmão Leonardo Lopes, engajado na luta armada, ela acreditava que a educação seria a arma contra a ditadura. “E aí minha relação artística pendeu para o lado do teatro pela necessidade da busca da expressão de uma inserção social maior” (LOPES, 2001a).

Em 1969, a convite de Herbert de Souza, o Betinho, ligado à Ação Popular²⁴ e que trabalhava como encaixotador na indústria de eletrodomésticos Walita, desenvolve um trabalho teatral com operários, na faixa etária de 19 a 25 anos, do ABC paulista. Na verdade sua função era dar suporte ao setor de comunicação das organizações operárias. Joana nega veementemente que tenha tomado partido ou se filiado à alguma das organizações

²⁴ Organização criada em 1962 aglutinava principalmente integrantes da Ação Católica, especialmente os da Juventude Universitária Católica, tendo grande influência dentro da UNE. A partir do golpe de 64 é caracterizada por uma tendência marxista-maoísta. “O espírito da ‘Revolução Cultural’ provocou uma campanha de proletarianização dos militantes da AP, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média” (COLLING, 1997, p.141).

clandestinas na época da ditadura.

“(…) eu não me filio nunca, eu acho que aquilo lá serve a uma causa que eu acredito então eu vou, sabe, para comprar minha causa dos direitos humanos que é a coisa mais fundamental. Quando eu vejo, claro, posso me equivocar, mas quando eu vejo que ali eu posso jogar meu esforço, meu compromisso e aí eu não tenho limite de carreira, de hora, de idade, de nada, vou, senão não vou por sigla de nada. Na verdade eu nunca fui da AP, eu achei que a Ação Popular era aquilo era a organização, era o agrupamento das pessoas que eu respeitava, que falavam, que faziam coisas e assim eu conversei com o Betinho : ‘se você não fizer nenhuma exigência para fazer parte de partido eu vou, se você fizer alguma exigência para eu fazer parte de partido eu não vou. Então nós podemos trabalhar juntos’ ” (LOPES, 2001a).

O trabalho desenvolvido junto a estes operários torna-se muito significativo para a construção de sua idéia de teatro como veículo de comunicação. Por meio de jogos dramáticos trabalha a sensibilização dos integrantes do grupo despertando a consciência de classe e a reflexão em relação à realidade em que vivem.

Em seu livro “Pega Teatro”, Joana aponta que o método utilizado neste trabalho foi o embrião de um projeto maior. “No futuro este método se tornaria o nome de Gruparte, desenvolvido por um grupo de educadores que se reunia diariamente para pensar e trabalhar com teatro – educação. Este grupo deu origem a um teatro-escola, o Gruparte teatro Educação São Paulo” (LOPES, 1981, p.18).

O Gruparte estava inserido na contracultura da década de 60/70, nos projetos da área teatral que se desenvolviam dentro da perspectiva da experimentação como, por exemplo, o Teatro Oficina coordenado por José Celso Martinez e Renato Borghi. Neste período também é importante a atuação de Joana junto ao Partido do Kaos, um grupo de artistas que tem como seus expoentes máximos o músico e compositor Jorge Mautner e o artista plástico Aguilar.

Joana conta que neste período recebeu um convite para dar oficinas de movimento e corpo para a primeira turma da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Na verdade, o Gruparte formou-se a partir daquele grupo que se aglutinou em torno das oficinas ministradas por Joana. Entre os integrantes do Gruparte estavam Mariângela Alves de Lima, Acácio Vallim, Cilô Lacava, Karen Muller e Silvana Garcia.

Na perspectiva do Gruparte, o teatro não se restringia à produção de espetáculos, mas era agente transformador. A relação e a interlocução com outros grupos

teatrais experimentais como o próprio Oficina e o americano Living Theatre²⁵ eram naturais, mas não significavam uma referência direta no que diz respeito à aplicação dos métodos de trabalho.

“Eu começo a passar a minha pesquisa para eles, começo a fazer um trabalho prático-teórico na formação deste grupo e este grupo que dá origem ao Gruparte (...) então, a referência primeira da formação de grupo foi ainda a Escola de Arte de São Paulo, em segundo, é a própria teoria que eu já vinha pesquisando do movimento, trabalho com origem do teatro, suas primeiras formas, sua primeira fundamentação, (...) e todas as outras referências em torno da gente que é a contracultura, novas formas de se expressar, novas formas de expressão teatral, mas com uma ampla justificativa na contracultura dos anos 60, uma grande referência (...) Nós estávamos sempre agindo na área de fundamento e da formação da linguagem e de pequenos espetáculos, de microatuações, nós sempre tivemos uma área de microatuações, não no sentido esotérico fechado tipo Barba²⁶, a gente sempre teve uma relação muito aberta com as coisas, mas era o nosso princípio que era parte da mesma filosofia” (LOPES, 2001a).

A partir de 1969, quando Joana perdeu seu irmão Léo, morto em circunstâncias ainda obscuras, o cerco da repressão tornou-se mais próximo. A instauração do AI-5²⁷ recrudesciu a perseguição e repressão aos opositores do regime. Joana conta que muitas pessoas conhecidas foram mortas e alguns que trabalhavam com ela foram presos.

Através do trabalho do Gruparte, Joana tinha contato com festivais de teatro no país inteiro. Em 1971 foi convidada para ministrar um curso no Festival Universitário de Londrina, promovido pela Faculdade de Filosofia, quando a Universidade Estadual de Londrina (UEL) estava começando a se estruturar. Este foi o primeiro contato com a cidade. Quando a “barra pesou” ela se transferiu para o Paraná com seu companheiro Luiz da Silveira Baldi, que era médico e havia conseguido um emprego na Faculdade de Medicina da UEL.

²⁵ Grupo teatral americano fundado em 1951 por Judith Malina e Julien Beck. Considerados radicais foram perseguidos nos Estados Unidos e chegaram a ser detidos no Brasil em 1970 quando realizaram apresentações em conjunto com o Teatro Oficina e na Escola de Arte Dramática da Universidade de São Paulo. “O Living preocupa-se muito mais em fazer teatro do que em existir enquanto grupo que se propõe problemas e os propõe aos espectadores. Beck e Malina contestam a sociedade capitalista, recusam o circuito comercial, a própria forma do teatro, desde a arquitetura até a escrita e a atuação” (Aslan, 1994, p. 297).

²⁶ Eugênio Barba, criador do Odin Teatret, em 1964 em Oslo, na Noruega, que depois se transfere para Holstebro, na Dinamarca. Foi discípulo do polonês Jerzy Grotowski. O seu trabalho tem sido desenvolvido principalmente a partir da fundação da ISLA – Internacional School of Theatre Antropology, desde 1979, a qual é “um centro para o intercâmbio de técnicas teatrais e para investigação no campo da antropologia teatral definida como estudo do homem em situação de representação (...)” (Revista do Festival Internacional de Londrina, 1999, p. 34).

²⁷ Os militares governaram apoiados na promulgação de atos institucionais que tinham como função reforçar a atuação repressiva e persecutória contra aqueles que desafiavam a ordem estabelecida pelo governo. O Ato Institucional número cinco, editado em 1968, foi um dos mais repressivos.

Joana considera que, naquele momento, a cidade de Londrina se tornou um centro catalizador daqueles que estavam fugindo da perseguição do regime militar. Em sua análise, estas pessoas contribuíram para a formação cultural e democrática de pelo menos uma geração. Ela considera que são inúmeros os fatores que transformaram Londrina num pólo aglutinador naquele momento.

“Acho que primeiro a questão da abertura pioneira que de um lado é um lugar sem tradição, então, tem todos os males desta situação. Mas, de outro lado tem a terra de ninguém, tem uma abertura, mas não é que a gente começou, a Escola de Filosofia tinha começado e foi um impulso. Acho que a própria situação da construção sócio-política da cidade. E um outro dado é que a repressão não era forte ali, ela se tornou com o passar do tempo. Porque a repressão não chegou a todos os lugares do Brasil de uma forma homogênea. E havia também uma certa convivência, eu acho que merece uma análise detalhada, sabe, deste fenômeno, mas existe o fato muito claro que se formou ali um bolsão progressista” (LOPES, 2001b).

Quando Joana chega à Londrina seu trabalho ganha espaço na mídia local, especialmente através das matérias assinadas pela jornalista Linda Bulik, que irá figurar futuramente como correspondente do jornal Brasil Mulher em Paris. Uma das matérias de destaque, publicada na edição de 29 de março de 1972 do jornal Folha de Londrina, é sobre o evento que Joana realiza na Faculdade de Filosofia, no pátio do Centro de Ciências Humanas da UEL para comemorar o dia do teatro. Na matéria Linda Bulik ressalta que Joana é “coordenadora do GRUPARTE” de São Paulo.

Há outras matérias importantes neste período como a publicada em 5 de janeiro de 1974. No decorrer do texto Bulik traduz a proposta de Joana Lopes em relação ao trabalho desenvolvido no Conjunto Pindorama.

“Já em manifesto antropomágico²⁸ divulgado por ocasião do Salão de Artes Plásticas de 72, Joana Lopes, propunha-se interessar e ou despertar a comunidade para a arte cênica contemporânea que quer a participação direta, objetiva, daquele que é eventualmente apreciador da obra de arte, porém um criador em potencial. Com base neste manifesto, propõe-se agora a realizar uma experiência cultural já iniciada no Pindorama, baseada na pesquisa científica de expressão do povo, revertendo-a para as nossas proposições estético – pedagógicas. Em suma, Joana Lopes, quer apoio da prefeitura e da UEL para continuar desenvolvendo estas experiências, que vincula pedagogia estética no intuito de correlacionar formas de expressão como artes plásticas, incluindo dança, o jogo dramático, música e literatura; apresentando um processo e um produto semelhante de um meio natural que denomina ‘Arte do Movimento’. A Prefeitura e a UEL estipula um contrato e os

²⁸ O conceito de teatro antropomágico foi criado a partir de suas pesquisas voltadas à discutir a questão do movimento que se relacionam ao trabalho do ator como “mágico, aquele que suscita uma outra realidade dentro da realidade quebrada nas suas relações lógicas de causa e efeito. A partir daí a visão extra – cotidiana da arte começa a tomar corpo colocando em questão o didático político, mas também a destruição do espaço artístico singular”. (Lopes, [199-]). Este conceito, segundo Joana Lopes, irá resultar num método de trabalho anos depois por ela denominado coreodramaturgia e definido como “dramaturgia que nasce no espaço teatral e nele se desenvolve como ‘marcação’ que ao invés de nascer do espaço exterior, vem do espaço interno, do fato dramático executado pelo ator” (idem, p. 52).

trabalhos continuam sendo desenvolvidos num local denominado 'Teatro da Lavanderia' ” (Folha de Londrina, 5/01/74, p.6).

Dos cursos desenvolvidos na Universidade, ela estrutura um grupo de teatro local denominado Grupum. Sob sua coordenação o Grupum irá integrar o projeto do Teatro Pindorama que consistia em trabalhar com a população da comunidade do Conjunto Pindorama, uma favela reurbanizada, através de jogos dramáticos. Este projeto é desenvolvido ao longo de dois anos através de um convênio entre a Universidade Estadual de Londrina, da qual Joana era funcionária da Assessoria de Assuntos Culturais, e a Prefeitura Municipal de Londrina que tinha à frente o ex- senador José Richa, então filiado ao MDB.

“E o Grupum foi ocupar o projeto da “Lavanderia”, foi ocupar um projeto que eu levei para o Richa. Existia uma lavanderia abandonada e era necessário ocupar porque era um campus avançado da universidade, do lado da lavanderia tinha a Vila Fraternidade onde existia um projeto de medicina preventiva super importante que dá frutos até hoje na medicina preventiva da Unicamp. (...) O Richa ia por abaixo a lavanderia foi quando eu fui pedir a lavanderia para fazer o teatro escola. Porque a Cohab tinha feito o bairro, então, não tinha mais serventia a lavanderia (LOPES, 2001b).

É interessante notar no desenrolar deste projeto, tanto através de informações obtidas pelos relatos de Joana Lopes no livro *Pega Teatro* como através das matérias publicadas no período, a grande participação das mulheres. Joana relata que as mulheres se achegaram inicialmente porque o trabalho era feito na lavanderia e traziam consigo os filhos com os quais o grupo começou a trabalhar. Aos poucos a comunidade foi se integrando à idéia e participando ativamente do trabalho, dos jogos e das montagens que se faziam.

“Eram poucas que vinham lavar roupa porque nesta altura a lavanderia estava abandonada elas lavavam roupa em casa. Mas, quando elas passaram para as casas, chamava Vila do Grilo, Buraco do Grilo, elas começaram a dissolver a organização porque cada uma ia lá no seu tanque. E o barato era lavar todo mundo junto na lavanderia, conversando lá, falar da vida e tudo. Era um tanque aqui outro lá, um do lado dos filhos. Então existia uma comunidade muito bonita e o fato da Cohab fazer as casinhas dissolvia esta organização, esta solidariedade das mulheres e tudo. E eu percebi que eu podia fazer daquela lavanderia um teatro, um teatro escola, tanto que chamou Teatro Escola Pindorama. E elas começaram a voltar a lavar roupa ali, entende, contar história e lavar roupa e as crianças juntas e depois a gente levava as crianças para o ateliê trabalhava voltava encenava no meio dos tanques” (LOPES, 2001b).

Quando a população começa a fazer exercícios dramáticos que demonstravam a conscientização sobre a realidade, reorganizam-se as forças de repressão infiltradas na administração da UEL que influenciam a demissão de Joana das suas funções da Assessoria de Assuntos Culturais.

“Esse projeto ficou sendo muito mal visto pela Universidade, (...) chegou o final do ano e aí eu chamei o coral para cantar no Teatro Pindorama e mais a banda isto e aquilo outro e foi num momento em que a comunidade reconhecia o Teatro Escola Pindorama e se juntavam numa manifestação importantíssima, mas totalmente do ponto de vista do governo militar, totalmente terrorista, eles queriam tudo menos ver um povo junto. E você vê nas fotos os caras da polícia federal, nas fotos da para reconhecer, de gravata. (...) era o momento que o teatro escola ia florescer porque a comunidade o reconhecia e ela estava ali. Era o momento de eu começar a encenar com eles e fazer todo um trabalho profundo mesmo tanto quanto existia na medicina preventiva. Então era uma inserção, era o reconhecimento da inserção. E neste momento a universidade me manda embora eu chego na semana seguinte ou na semana depois, eles me mandam passar no departamento de pessoal e aí eu estava fora” (LOPES, 2001b).

A polícia federal, no enalço de Joana arrombou seu armário no local de trabalho. Joana conta que neste episódio sentiu mais próximo a “presença” da Assessoria Especial de Segurança Interna (AESI), órgão de repressão e delação dentro da UEL. Após esta ocorrência, ela foi demitida e o diretor do setor, Vanoli Acosta Fernandes, argumentou que o motivo da dispensa era o fim do contrato de trabalho. A partir daí a Prefeitura Municipal, ainda na administração de José Richa, também se retirou da parceria cortando a verba destinada ao projeto.

O projeto do Teatro Pindorama desembocou em outros trabalhos importantes possibilitando Joana sistematizar o seu conceito de teatro antropomágico. Um desses trabalhos foi a sua participação na XII Bienal de São Paulo, em 1973, com a instalação “Aldeia Antropomágica da Terra dos Pés Vermelhos”. O trabalho foi elaborado e assinado em parceria com o artista plástico Dijalma de Souza integrante do Grupum.

Joana esclarece que, na verdade, uma intervenção anterior do Grupum em favor da preservação de um prédio histórico no centro da cidade de Londrina foi a primeira experiência de “Aldeia Antropomágica”. Para evitar a demolição do prédio, que havia pertencido a um banco, os componentes do Grupum ocuparam o cofre da antiga agência.

Neste trabalho da XII Bienal de São Paulo, Joana lançou mão de sua pesquisa relacionada ao movimento na perspectiva do teatro e da dança. No texto da descrição do trabalho no catálogo do evento, consta que a obra se trata de “arte – processo correlacionando formas de expressão como artes plásticas, incluindo a dança, o jogo dramático, música e literatura, realizando um processo de um produto resultante de um meio natural ao qual chamamos arte do movimento”(Fundação Bienal de São Paulo, 1973, p.194). Tanto os materiais quanto a iluminação, feita por lamparinas, são descritos como “rústicos”.

A instalação tinha um total 48 m² em forma de tenda e incluía a execução de uma composição de Dijalma de Souza, improvisando com violão sobre a música “Os Bóia-Fria”. Para Joana esta instalação da Bienal resumia a idéia do teatro antropomágico que era “o

homem no centro da possibilidade de uma mágica que é a técnica” (LOPES, 2001 a).

“a idéia vem da interdisciplinaridade mesmo, a idéia do múltiplo, a idéia música, a idéia da multiespacialidade, a idéia de corte de fronteira, a idéia de se meter em território alheio, a idéia de tratar a arte como comunicação, a idéia de encontrar relações sempre mais amplas no fazer artístico da civilização, na representação teatral. Então a idéia ali era uma bandeira brasileira incompleta, tirando os signos da bandeira brasileira, e teci no espaço com fios de nylon branco que obrigariam as pessoas a costurar os fios, entrar entre os fios para observar o que tinha no centro porque eram sacos (...) era uma tenda (...) Então tem um saco no meio e as pessoas ficavam dentro daquele saco, enfim, a obra é toda marcada pela época, a repressão, todas as necessidades de (...) se expressar dentro da própria restrição (...) deixar a pessoa andando no espaço quebrando a espinha com dificuldade entra sai, entre e sai uma, se uma se bater na outra para uma tentar se comunicar com a outra, criança dormindo no meio mãe indo buscar, entendeu, oferecendo uma situação especial uma situação difícil que abrisse para acontecer um problema, quer dizer, o corpo mostra o problema, o corpo vai tentar sair deste problema. O chão eram traves, você não podia andar em linha reta tinha que andar de um pro outro, além dos fios brancos passando, então era interessante ver como as crianças andavam ali, como os adultos andavam e tinha uma coisa central você tinha que se aproximar para ver essa coisa central e você não conseguia enxergar o rosto e na parede tinha um texto, escrevi um texto na parede (...) podia ser lido em diagonal, podia ser lido em várias direções que ele ia dando composições novas para as pessoas e tudo remetia ao fazer da própria pessoa, a um sentido que age destas coisas, é bem como se a gente ao vivo e a cores biologicamente antecedesse a esta época dos videogames, monte o jogo você mesmo, destas coisas (...) interatividade, extremamente interativo (...), era isto há 30 anos atrás, e isso era uma das coisas da contracultura deixar de ser passivo” (LOPES, 2001 a).

3.2. A resistência através do jornalismo e o Brasil Mulher

A demissão da Assessoria de Assuntos Culturais coloca Joana no caminho do jornalismo. Ela já escrevia matérias esporádicas para a revista carioca Arte e Educação. Quando a jornalista Linda Bulik deixa a Folha de Londrina, sugere ao então diretor de redação do jornal, Walmor Macarini, que contrate Joana Lopes. Depois de um ano ajudando um colunista social do jornal e fazendo o horóscopo para despistar a repressão, apresenta o projeto da página Arte e Comunicação que será editada até 1978, quando Joana é demitida do jornal. Ela conta que foi a primeira mulher a integrar a redação do jornal :

“Quando eu cheguei lá, a Rose Arruda não estava, chegou logo depois. Primeiro a Linda Bulik fazia a página de domingo, não havia mulheres na redação. Aí entrou eu e depois a Rose Arruda (...) aí eram duas mulheres. Aí depois disso veio a Carminha, depois a Regina Toledo, que eram focas, eu acho que era isso. Agora das pessoas que tinham uma inserção social, uma carreira já, uma coisa, eu já tinha uma inserção maior que elas. Então na verdade a redação olhava como mulher muito mais para mim do que para as meninas, focas, né, que tavam aí. Eu tinha grandes amigos lá e grandes inimigos. (...) O grande amigo que eu tinha mesmo na redação era o Dr. Vergara, que era do Correio do Povo, ele era jornalista na época da ditadura do Getúlio, era um senhor de idade. E ele contava, a gente ficava trocando as idéias políticas da ditadura sobre a ditadura daquela época, a ditadura do Getúlio (...) Nós trocávamos muitos papos mais ou menos onze horas da noite, na hora que a gente trocava mais, era uma hora calma. (...) Existia este clima de respeito, de troca, que

para eles, eles tinham uma grande admiração por eu ser mulher, porque para eles a minha figura ficava melhor num homem, mas sabe lá por que cargas do destino e erros de Deus eu era mulher e então eles aceitavam, fazer o quê. Não tinha outro jeito. Então eles concediam que todas aquelas que eles achavam qualidades e tinham normais num homem e seriam apreciadas por eles acidentalmente era uma mulher e aí eles não podiam fazer mais nada. Eles tinham que aceitar e ver, achar muito bom e ficar até onze horas da noite, ficar discutindo política comigo. De vez em quando eles davam alguns conselhos tipo : “olha não tá tarde para você voltar para casa não? Como é que é como é que vai para casa?” (LOPES, 2001a).

Outros amigos também marcaram sua passagem pela Folha de Londrina, entre eles, Jota Oliveira e Joel Guimarães. A atuação de Joana Lopes como jornalista a partir da página Arte e Comunicação foi muito significativa. Além de abordar assuntos ligados às artes – teatro, artes plásticas, música, preservação do patrimônio, literatura- a página Arte e Comunicação, publicava matérias sobre arte educação e uma coluna semanal chamada “Lance Livre”.

A coluna “Lance Livre” tinha uma temática variada e muitas vezes se referia a fatos que estavam acontecendo no país. A referência a estes fatos nem sempre eram feitas de forma metafórica. Joana desafiava a ordem de silêncio estabelecida e se reportava abertamente à realidade da ditadura militar.

Outro projeto importante foi o encarte Folha Documento com cerca de dez números. Joana conta que pensou neste encarte como um suporte para os alunos de 1º e 2º Graus, no sentido de suprir as deficiências das bibliotecas escolares. Este projeto reflete de certa forma a preocupação de Joana com a questão da responsabilidade social da imprensa e da educação. “Como que o jornal podia não só ser útil para a sociedade na medida do mercado, do espaço para anúncio, inserção de um jornal não pode ser só comercial. Qual eram as outras responsabilidades que o jornal tinha?” (LOPES, 2001b).

Esta postura traduz sua idéia sobre o jornalismo de qualidade que para ela se apóia em duas variantes que se imbricam : uma posição política definida não “pelos interesses do mercado, mas pelos interesses da idéia” que se traduziria na prática através da reportagem – a segunda vertente – a qual ela considera “o coração do jornal”, no sentido de que o bom jornalista na sua opinião é um profissional “que não abdica de sua condição de intelectual, (...) não abdica do desafio da idéia como intelectual.”

Em muitos momentos, ao longo de seu trabalho na Folha de Londrina, Joana se deparou com as impossibilidades impostas pelo regime de exceção, tendo que driblar a perseguição da polícia federal. Quando ocorreu a Operação Marumbi²⁹, por exemplo, Joana

²⁹ A Operação Marumbi assim como a Operação Bandeirantes (Oban) foram ações perpetradas, principalmente no sudeste e sul do país, para desbaratar as organizações e grupos de oposição.

lançou mão da metáfora para sinalizar que algo estava acontecendo.

“Eu me recordo que eu estava batendo a matéria, eu já tinha uma dor nas costas porque foi uma coisa que explodiu de manhã cedo e eu tinha que fechar o jornal até as duas horas da tarde e o trabalho tava pronto e eu tinha que encontrar uma metáfora do que estava acontecendo. Peguei uma página do Graciliano Ramos, as Memórias do Cárcere, acho, com gravuras do Poti. Refiz a página botei Bernardo³⁰ para trabalhar comigo porque eu tinha uma dor nas costas que eu não podia mais bater a matéria. (...) Que era a única coisa que a gente podia dizer, entendeu, que a gente podia tentar falar para as pessoas, atenção está acontecendo alguma coisa e o recado passou. As pessoas achavam aquilo tão estranho tão inusitado, tão fora de propósito, chamou a atenção por ser absolutamente fora de propósito, como os versos de Camões ou as receitas no Estadão (LOPES, 2001b).

Neste episódio da Operação Marumbi, Joana estava em alerta alguns dias antes temendo que algo acontecesse. Ela havia sido detida na sua própria casa pela polícia federal que a interrogou por horas. O seu temor foi confirmado ao chegar à redação na tarde do dia 13 de setembro de 1975, quando se desfechou a Operação com prisões e mortes. Havia um telex da Polícia Federal e outro do Comando Militar da Região proibindo a divulgação de notícias referentes ao fato em todo o território nacional.

“Era umas seis horas da manhã, seis e meia, o meu filho Zeca bateu no meu quarto, ele era pequenininho, falou : ‘mãe levanta, mãe, que a polícia tá’, eu falei : ‘Zeca, mas como você sabe que é a polícia’, ele falou: ‘mas, ele tem um chaveiro deste tamanho escrito polícia federal’. (...) Botei a mesa para o café e deixei a polícia esperando.(...) mandei as crianças para a escola, entrei na sala e o cara era realmente polícia federal e eu não soube de nenhum caso de alguém que sofreu interrogatório dentro da própria casa. E eles não me deixavam sair da sala e eu fiquei presa na minha própria casa, na sala com dois policiais um de um lado e outro do outro. (...) E eles queriam saber absolutamente de tudo da minha possibilidade de estar implicada com as pessoas do Partido Comunista porque tinha havido um caso que eles tinham preso o marido de uma enfermeira do Hospital Evangélico e eu sei que esta pessoa deve ter delatado o esquema do Partido Comunista no sul do Brasil. Eu não entendo até hoje o que foi aquilo. Eu sei que eles queriam saber tudo onde eu estava, o que eu fiz, para onde, se eu conhecia, se eu não conhecia. (...) Quer dizer foi uma das coisas mais apavorantes que eu vivi na vida dentro da minha casa” (LOPES, 2001b).

O policial que interrogou Joana naquele dia era, na verdade, o encarregado de vigiá-la desde a sua chegada à Londrina. Este encontro foi a única vez em que os dois se encontraram frente a frente. Outras vezes que ela o viu foi em uma de suas “visitas” à polícia federal e quando o flagrou fazendo campana em frente à sua casa.

Este policial era aluno na Universidade Estadual de Londrina e quando Joana deixa a cidade para voltar a São Paulo ocorre um fato estranho que confirmou a suspeita de que ele era seu vigia. “Chega aos meus ouvidos via Joel Guimarães que ele teria

³⁰ Bernardo Pellegrini, é jornalista e atualmente Secretário Municipal de Cultura de Londrina, foi “foca” na Folha de Londrina na época em que Joana editava a página “Arte e Comunicação”.

dito ao Dinho, ao Domingos Pellegrini Junior, ‘ah ! Felizmente ela vai embora, agora eu entro de férias, graças a Deus ela está indo embora’ e isso consta do dossiê do DOPS³¹” (LOPES, 2001b).

Outro episódio marcante na trajetória de Joana no jornal Folha de Londrina ocorre após a publicação da matéria “Londrina se incorpora à campanha da mulher pela anistia dos presos”. A matéria, publicada no dia 31 de julho de 1975, na página dezesseis, trazia uma entrevista com Terezinha Zerbini que estava começando a organizar o Movimento Feminino pela Anistia³² e reproduzia uma nota sobre o assunto publicada no jornal O Estado de S. Paulo oito dias antes.

A matéria foi proposta por Joana e aceita pelo diretor de redação Walmor Macarini. Naquele momento o governo de Ernesto Geisel propalava uma distensão do regime e os dois apostaram nesta nova postura para colocar o assunto na rua. Entretanto, à noite na televisão, em cadeia nacional, Ernesto Geisel “fechava” o país novamente. Na edição do dia seguinte o jornal publicou o discurso de Geisel.

“(…) como boa mulher eu sempre andei na bolsa com uma meia, modess, meia, aspirina e escova de dentes, eu andei anos com esse arsenal na bolsa (…). Tudo menos passar frio no pé, não vai dar para dormir (…). E quando eles me levaram lá da Folha de Londrina, eles me meteram numa enrascada, acharam que podiam me meter numa enrascada. Eu estava com o pé quebrado ainda por cima, estava com a perna estendida numa cadeira esperando um interrogador e aí eles puseram um jornalista, tipo de jornalista muito simpático, cultural, atraente e veio telefonar perto de mim e ele falava com o editor dele na Zero Hora em Porto Alegre. Eles, às vezes esqueciam que eu fazia teatro, sempre achavam que eu era jornalista, mas eu fazia outras coisas, eu comecei ver a interpretação do meu interrogante como ela era falsa, dissimulada, não combinava, e aquele cara que me perguntava o que estava fazendo, eu vi que não era jornalista coisa nenhuma (…). E ele ficava do lado e perguntava as coisas para mim: porque você está aqui, e isso e aquilo. Ficava me tirando um interrogatório, tentando me tirar confissões na base da sala de espera. Porque tinha uma ordem do governo, tinha uma ordem do governo que não pusesse a mão em mim, em nenhuma mulher e muito menos em mim. Porque eles sabiam muito bem o que ia acontecer, o tipo de mobilização que ia acontecer” (LOPES, 2001a).

Além de ter a polícia federal em seu encalço, vigiando dia e noite seus passos, Joana enfrentava o conservadorismo e o preconceito de muitos colegas de redação. Os integrantes da editoria de esportes, liderados pelo jornalista Flávio Campos, a afrontavam na

³¹ Departamento de Ordem Policial e Social – um dos órgãos que faziam parte do aparelho de repressão do regime militar.

³² O Movimento Feminino pela Anistia, foi criado em 1975 e era capitaneado pela advogada Terezinha Zerbini, esposa do general Euryale Zerbini, reformado pela revolução de 1964. “De imediato essa iniciativa teve repercussão mundial. Na Conferência do Ano Internacional da Mulher, ocorrida no México, com a participação de duas mil mulheres do mundo inteiro, foi aprovada a moção em prol da anistia, encaminhada pela brasileira Terezinha Zerbini, uma das principais lideranças desse movimento. Todos esses movimentos passaram a integrar mais tarde o Comitê Brasileiro pela Anistia, do qual participaram mulheres e homens e que contribuiu decisivamente para a aprovação da Lei da Anistia, em 28 de agosto de 1979” (TELLES, 1999, p. 83).

redação criticando sua posição de esquerda através do mural de informações do jornal.

A situação se tornou mais complicada quando surgiu o Brasil Mulher. “Primeiro eles atacavam a minha posição de esquerda e aí vem aquela coisa jornalista, mulher e de esquerda. Então tem três agravantes sérios” (LOPES, 2001b). Joana prometeu uma surra em todos quando “a coisa virasse”. Ela lembra que, anos depois, quando visitava a Folha de Londrina criou-se expectativa e apreensão em todos ao entrar na redação deparando-se com Flávio Campos.

A partir de 1975, com o lançamento do jornal alternativo feminista Brasil Mulher, Joana se desdobra entre o trabalho como editora da página Arte e Comunicação e edição do tablóide. O seu envolvimento com as questões feministas, de certa forma, acaba influenciando em matérias da seção Femina do caderno de cultura assinada por Rose Arruda.

Ao longo de 1975 a seção substituiu muitas vezes a sua temática central – essencialmente a moda feminina - dando espaço para matérias informativas sobre o movimento de liberação da mulher e destaque à Conferência Internacional no México. “É não era só a Rose Arruda que fazia, não era aquela de Curitiba, Roseli Gemael. (...) vinha muita coisa de lá também. Mas eu acho que sim, havia uma influência sim, estas coisas pegam mais que sarampo (LOPES, 2001b).

Durante pelo menos três anos Joana se divide entre a Folha de Londrina, a elaboração, edição e impressão do Jornal Brasil Mulher, além de sua vida pessoal que incluía dois filhos. Segundo ela, algumas vezes chegou a enfrentar uma carga horária de trabalho de 72 horas. O Brasil Mulher despertou o interesse de muitas ativistas internacionais e Joana recorda a visita de uma jornalista americana que se surpreendeu com seu ritmo de trabalho.

(...) ela perseguiu comigo a impressão do número dois e todo o processo de feitura do número dois. Às cinco e meia da manhã o número dois saiu no jornal Panorama esta mulher, me lembro bem, estava estendida no cimento, desmaiada praticamente, com a bolsa dela, com as anotações, uma pequena mala estendida no chão, botou uns jornais e dormiu. E disse ‘vem vamos embora, acabou esta luta’, ela disse : ‘que bom’. ‘Vamos para minha casa’, eu morava num bairro, o Jerumenha, na Rua Inglaterra, onde era a sede, a referência de sede do jornal, era no Jerumenha, esta americana vai comigo. Vamos fazer um café, preparamos um café e tomei um banho e ela disse ‘agora vamos dormir pelo menos dois dias’, digo ‘não, eu estou indo para a Folha de Londrina’ ” (LOPES, 1987).

Aproximando-se do Movimento Feminino pela Anistia, Joana abriu as possibilidades para se aproximar efetivamente das questões das mulheres. Um passo adiante e o rompimento com as idéias reducionistas do grupo de Terezinha Zerbini foi natural para efetivar o seu engajamento no movimento feminista.

Joana avalia os avanços conquistados pelas mulheres a partir das lutas

empenhadas pelas feministas na década de 60/70 no Brasil.

“Eu acho que foi um momento muito importante, muito grande na mudança da cultura da mulher. Não só porque você vê que dessa época vem um grupo de mulheres juristas Silvia Pimentel, e todas, né, Heleith Saffioti, mulheres que influenciaram mudanças importantes na legislação. E isso para gente falar assim, nas pontas de lança que mudam situações jurídicas de base. Mas o que eu vejo mais importante foi uma mudança na cultura das mulheres, (...) uma parte importante de mulheres que são formadoras de opinião terem inserido na sua vida essa manifestação, o que eu chamo de ‘mulheres criadoras de fatos’. Elas criaram fatos sempre em todos os níveis, nos níveis de atuação profissional. Acho que se você olha de 70 para trás e de 70 para frente você vai ver uma diferença muito forte da inserção das mulheres, criar grupo. Não que eu ache que exista uma situação favorável e igualitária atualmente no Brasil, pra homem ou mulher, mas já existe uma fortíssima diferença na cultura da mulher” (LOPES, 2001b).

Neste sentido considera que as mulheres sempre estiveram presentes na resistência brasileira, mesmo que a história oficial as tenha posto à margem. O movimento de mulheres nas décadas de 40 e 50 foi uma referência para Joana. Segundo ela, algumas mulheres foram protagonistas seja como “criadoras de fatos” ou como “outras que viviam estes fatos em segundo plano como mecânicas de manutenção”.

“Mas isto não desvaloriza de maneira nenhuma, eu acho que a condição delas, o valor foi diminuído (...) nada existiria sem elas. Eu acho que olhando isso e também através dos olhos de uma mulher, (...) que me chamava muita atenção e que sempre me contou muito que é Maria Augusta Capistrano³³, que o marido dela desapareceu era um antigo militante. Maria Augusta, se ela foi uma tremenda mecânica de manutenção do marido que era um líder do Partido Comunista, ela também foi uma mulher que trabalhou em fatos, (...) de ir à luta na ditadura do Getúlio e eu observava estas mulheres. Dona Gerorgina Pessoa, que é esposa do Samuel Pessoa que fundou a Faculdade de Medicina, (...) era uma grande pessoa fazendo um trocadilho bobo. Olha, eu acho que foi na observação mesmo destas mulheres que a gente não se deparou com o fato ‘ah! está começando uma coisa pela primeira vez, estamos inovando, estamos fazendo, estamos acontecendo’, a gente tinha a consciência de um prosseguimento de uma história. Era ocupar naquele momento o papel que cabia à gente, aquilo que as mulheres já tinham feito, já tinham passado por isso” (LOPES, 2001a).

Através do Brasil Mulher e também por meio de seu trabalho na página “Arte e Comunicação” na Folha de Londrina, Joana conseguiu aliar o jornalismo à arte efetivamente. Uma das campanhas mais importantes conduzidas por Joana através das páginas da Folha de Londrina foi pela construção de um teatro municipal para a cidade, reivindicação da classe teatral que perdura até hoje.

Joana elaborou, a convite do prefeito municipal José Richa o projeto de uma

³³ Paraibana, grande líder do Partido Comunista Brasileiro junto com seu marido David Capistrano da Costa. Teve uma atuação presente junto ao movimento de mulheres. Enfrentou a dureza da repressão com a prisão diversas vezes de seus filhos e o desaparecimento inexplicável do marido em 1974. Integrou o Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia e o Centro da Mulher Brasileira em São Paulo.

fundação cultural que daria sustentação ao teatro da cidade. Este projeto previa integrar também as outras artes ao espaço, centrando-se na idéia da interdisciplinaridade. A idéia principal é que o teatro não tivesse uma característica voltada apenas para a produção e apresentação de espetáculos, mas fosse um lugar voltado para a reflexão sobre a arte. A proposta de Joana era criar um conselho que reunisse a comunidade, educadores e os artistas locais e que iria nortear o trabalho a ser desenvolvido.

“Quando estudaram o Teatro Municipal de São Paulo para que se tornasse uma fundação, nesta altura eu era parte da Associação Paulista de Críticos de Arte, inclusive, se viu este estudo sempre considerado uma coisa muito inovadora, muito democrática, (...) com um tipo de organização que não era voltado só para o espetacular, mas voltado para uma produção interna importante coisa que os museus brasileiros, a parte do museu da Universidade de São Paulo, começaram a fazer. Sem eu conhecer a experiência americana, porque ainda não tinha sido implantada esse sistema no Brasil para museus, corria na mesma ideologia, corria no mesmo tipo de relação da arte com a educação e com a publicização da arte. E isso tal qual foi concebido passou na Câmara de Vereadores de Londrina e depois foi para o Tribunal em Curitiba porque eles deslocaram por considerar que era um projeto perigoso. Veio uma sentença do desembargador dizendo que era belíssimo o projeto, que enfim, a cidade tinha condições de implantar daquela maneira” (LOPES, 2001b).

Joana lembra, entretanto, que este período coincide com o aumento das forças repressivas, exigindo, junto à Folha de Londrina, a sua demissão. Ela afirma que, ao longo de sua estada no jornal, muitas vezes o editor chefe, Walmor Macarini, resistiu às pressões e não a demitiu.

“(...) qual é meu espanto quando eu abro o jornal um dia e a Folha de Londrina, que tinha dado apoio para a Fundação, tinha estado ali do lado todo o tempo, apoiando tudo, publica na contracapa todo o apoio à compra do Cine Ouro Verde e ao Teatro da Universidade (...). A minha demissão estava no cofre há muito tempo e eles foram apertando, apertando, apertando, apertando, chegou uma hora que o Walmor fez, não agüentei mais, não tive mais gás para suportar aquilo. E aí, eles terem traído a Fundação Teatro Municipal de Londrina que era uma coisa importante para a cidade com gestão da cidade, você consulta a lei, você vai ver no projeto, gestão dos estudantes, dos artistas, enfim, dos intelectuais da cidade, tudo. E aí eu achei que tinha terminado o meu período mesmo e fui lá e assinei a minha demissão. Fiz um editorial para a página ‘Arte e Comunicação’ e assinei de próprio punho” (LOPES, 2001b).

Joana deixa Londrina em 1978. Já havia também se desligado, um ano antes, do Brasil Mulher por divergências internas. De volta à São Paulo, ainda se instalando, mora por alguns meses na sede do tablóide na Rua Oscar Freire. Junto com o grupo de mulheres que a acompanhou na fundação do Brasil Mulher e também contando com a participação da jornalista, escritora e editora Miriam Paglia Costa, ela parte para um novo projeto. A proposta era continuar trabalhando com as questões das mulheres, mas agora através da Nova Mulher Editora.

O primeiro passo foi divulgar por todo o país o interesse pela produção de escritoras desconhecidas do público. A quantidade de material recebido, segundo Joana, foi imensa. A Nova Mulher Editora não saiu do papel, mas o que restou da seleção dos textos recebidos foi o projeto para um livro de contos e a elaboração de uma peça “Cartas Brasileiras” apresentada no Festival Nacional das Mulheres na Arte, promovido pela revista Nova da Editora Abril, em 1982.

A peça funcionava, numa certa medida como uma oficina junto às espectadoras que participavam do espetáculo, produzindo esquetes dentro dele, sob a coordenação da atriz Rosi Campos e de Miriam Paglia Costa.

“(…) elas liam as cartas e depois davam as cartas para grupos de mulheres; (...) Depois elas liam entre elas, era um performance que durava bastante tempo umas duas horas, umas três horas teatrais, elas liam as cartas, discutiam as cartas, debatiam entre elas. Ouviam qual era a carta mais significativa de uma situação geral da mulher que podiam tocar todas as mulheres que estavam ali, conversavam. Então, aquilo funcionava como uma dinâmica de grupo, um encontro dessas mulheres e depois elas vinham encenar o resultado delas e todas as outras mulheres assistiam. Era muito bonito, um espetáculo, o teatro era um objeto intermediário desse encontro era o que eu queria com o jornal” (LOPES, 2001b).

O jornalismo também continua sendo o seu “ganha pão”. Após retornar à São Paulo passou pela redação da revista semanal Visão fazendo crítica teatral e literária na editoria de cultura. Por um período curto de tempo atuou como correspondente internacional. Durante sua estada no exterior foi narradora de dez programas da série “Música dos Povos” da Rádio Deutschwelle, na Alemanha.

Na TV Bandeirantes trabalhou como redatora do Jornal da Noite ao lado de Carlos Briecckman que era editor. Ligada principalmente à imprensa escrita, não se acostumou ao “dead line” da televisão e a experiência foi breve.

“Eu não suporto por uma questão reflexiva. A rapidez, o tempo da televisão não permite, exige uma síntese (...). O ritmo é feroz e isso me afastou, sabe, eu não suportava ficar no jornal da Bandeirantes. Eu tinha um editor que é um intelectual que até pouco tempo eu prezava muito que é o Carlos Brickman que foi meu editor. Ele dizia para mim ‘Joana você não é uma pessoa de televisão, você sofre muito’ (...) Na hora que começava aquele pega maluco para montar o Jornal da Noite eu ficava tonta, eu gritava socorro e eu sou uma pessoa rápida, ágil, mas aquilo se dá de tal maneira, é uma ferocidade, é feroz, era porque eu acho que hoje em dia com os meios acho com a agilidade que a informática traz é menos desgastante, mas naquele tempo era muito feroz” (LOPES, 2001b).

Joana também foi correspondente da Folha de S. Paulo e repórter do Folhetim o que lhe proporcionou encontros marcantes com o jornalista Cláudio Abramo. “Ele fez crescer uma geração, ele influenciou uma geração, quando ele se foi era o prenúncio do fim e acabou. Tem um jornalista de televisão e rádio que eu acho um homem sensacional que

faz parte desta geração que eu respeito muito que é o Heródoto Barbeiro” (LOPES, 2001b).

Em 1987 trabalhou como assessora de imprensa na empresa soviética SAENA do Brasil, ligada à embaixada da União Soviética, que vendia máquinas operatrizes para o mercado brasileiro desde a época da ditadura militar. O período era da transição política naquele país liderada por Michail Gorbachev.

“Sabe, os comunistas estavam morrendo nos porões do DOPS e este governo brasileiro estava comprando turbinas fabricadas por eles. (...) O mercado se coloca acima de tudo, qualquer coisa, foi a maior lição de vida que eu tive aí. E eles precisavam de uma assessor de imprensa que falasse pelo menos duas línguas, enfim, que tivesse uma experiência grande em jornal, e eu acabei indo concorrer à vaga. (...) Lá fui eu mexer numa área em que nada que ver com cultura, nada, nada, nada desse mundo era maquinário e eu nem sabia nada eu nem sabia o que que era máquina operatriz. (...) Realmente fiquei técnica em escavadeira. (...) Enfim, nessa aí deu para perceber bem outras áreas do jornalismo quando você está do lado de cá para você ver como é que a coisa anda na linha das relações públicas, do comércio, da inserção” (LOPES, 2001b).

Ela comenta que efetivamente nunca deixou o jornalismo, mas que somente por hora não está mais inserida em nenhum veículo. Seu último trabalho foi como editora da Revista Trilhas da UNICAMP, função da qual se desligou em 1994. Na sua análise, a imprensa escrita, na qual trabalhou décadas, passa por uma profunda crise.

“(...) Eu acho que o jornal é feito de gente, é feito do sangue e das cabeças das pessoas e as pessoas e as cabeças hoje elas não estão mais a fim de servir a uma idéia. (...) Existe é, nem chega a ser submissão, entende, acho que é um acordo que passou a imperar. Porque me parece que toda ordem editorial ela está subordinada. Eu acho que a independência das idéias ela foi desaparecendo. E eu acho que está sendo substituído pelo jornalismo investigativo, o que parte para a denúncia, (...) é o jornalismo, é o que vai atrás para poder substituir de uma certa maneira o papel de antes. (...) O jornal para mim assim idealmente era aquele que vinha da venda na banca, que embrulha o peixe no outro dia e depois acaba, que vai sendo aquela morte diária. Só que este jornal da morte diária que alimenta profundamente o imaginário do jornalista, não é o jornal que existe não é a mídia que realmente existe. Porque existe uma que não morre que passa de um dia para o outro do compromisso do cheque para assinar embaixo, então, existe duas coisas contraditórias no mesmo pedaço, mas são duas coisas dentro de um jornal. Jornal que morre que alimenta o imaginário do jornalista que por mais que ele seja uma coisa diferente ele ainda é aquele sabe faz parte do imaginário morrer a cada dia levantar a notícia a cada dia construir o jornal a cada dia chegar a alguém a cada dia, ver a notícia que você fez a cada dia e de repente passar na rua e ver aquela coisa o movimento tocando suas palavras indo pro vento, embrulhando o peixe, é muito poético, é muito bonito” (LOPES, 2001b).

A convite de Klauss Vianna, em 1983, Joana reformulou a proposta da Escola de Bailado do Teatro Municipal de São Paulo, onde introduziu técnicas modernas e também trabalhou com ele no Balé do Estado de São Paulo.

Na década de 80, produziu trabalhos importantes dentro da perspectiva do teatro como agente político e instrumento de reflexão social. Dos trabalhos se destacam a

Vesperal Paulistânea que buscava despertar a consciência em relação à preservação do patrimônio do centro da cidade de São Paulo. O espetáculo que percorreu várias ruas do centro da cidade no dia 18 de dezembro de 1983 foi realizado a partir do projeto de recuperação desenvolvido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de São Paulo (CONDEPHAAT).

Segundo Antonio Arantes (2000), então diretor na época do CONDEPHAAT, em seu livro Paisagens Paulistanas, o espetáculo reuniu mais de 200 participantes, foi dividido em 11 cenas em pontos diversos do centro velho de São Paulo tendo como personagens condutores o Poeta, o Punca e a Narradora. Além dos corais contou com a participação do Ballet Stagium. O texto assinado por Joana Lopes, considerado por Arantes como uma “colagem crítica”, reuniu trechos de escritores como Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Oliveira Ribeiro Neto, além de “pichações, pregões, improvisos dos atores”.

Outros dois projetos significativos foram o Tribunal Tiradentes e o Tribunal dos Crimes do Latifúndio os quais Joana classifica como uma atuação “entre o jornalismo e a dramaturgia”. O Tribunal Tiradentes tinha como réu principal a Lei de Segurança Nacional e reuniu muitos nomes importantes para acusá-la e defendê-la entre eles Teotônio Vilela, Luiz Eduardo Greenhalg, Godofredo da Silva Teles, Cândido Padim, Seabra Fagundes e Luiz Inácio “Lula” da Silva. Segundo Joana, a idéia de organizar o tribunal, realizado em 1983 no Teatro Municipal de São Paulo, partiu da Comissão de Justiça e Paz e da militância de esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores.

“Quem presidiu o tribunal foi o Teotônio Vilela, ele estava no fim da vida e eu precisei dirigir o tribunal do lado de dentro, ao lado dele sentada atrás da mesa. Então, ele tinha um intercomunicador para poder dirigir as coisas que eu dirigiria da coxia porque eu estava dirigindo de dentro do palco, iluminação, enfim, toda a parte técnica. (...) começa com um grande concerto de sinos no teto do municipal, um concerto de um maestro da Escola de Comunicação e Artes. (...) No finalzinho acontece uma coisa que eles me chamam da coxia, não sei quem da Comissão de Justiça e Paz, a situação é muito complicada na rua porque (...) um grupo do MR8 que queria acabar com o tribunal e eles estavam em uma porta do Teatro Municipal, não na frente atrás que vai dar acesso direto ao palco, e que eles queriam interferir no Tribunal, eles queriam fazer um discurso e que eles iam acabar com o Tribunal. E era um momento estranho, além de difícil porque qualquer coisa que acontecesse ali punha em risco a vida...da gente, além da própria repressão ainda tava armada ali. (...) o Lula ia começar a defender o enterro, estava super ameaçado e como conter aquilo porque de um lado você não pode conter um tribunal democrático a voz de quem quer que seja para falar, mas de outro lado você também, conforme as intenções deste grupo de invadir o palco, tomar os microfones o que poderia acontecer ali, como é que eu poderia me decidir em encerrar o tribunal, em encerrar o tribunal, o que eu ia fazer? (...) então, eu me recordo que eu apressei a fala do Lula, ele estava numa posição estratégica que eu podia falar com ele ali no meio e eu desloquei ele de lugar (...) então, eu comecei a mexer com os próprios instrumentos teatrais para criar uma barreira para a situação (...) ainda falei com o Teotônio Vilela

‘tem uma pessoa que vai interferir, que vai falar, que não está no seu roteiro, (...) o senhor acha que a gente deve permitir que ela fale? ele disse ‘claro tem que permitir’ (...) e eu sei que ela não chegou a entrar porque deu um blackout e o Hino Nacional começou a tocar o Teotônio Vilela levanta, ele dá o veredicto’ (LOPES, 2001b).

Em 1989, Joana dirigiu o Tribunal dos Crimes do Latifúndio que se prolongou por três dias no Teatro Municipal de São Paulo. Ela comenta que este evento “estava no bojo da criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. Os participantes, juizes e camponeses em sua maioria, falavam sentados em barricadas feitas com sacos de cereal na boca do palco. Nos camarotes, bonecos representavam a “burguesia rica”. Na platéia, trabalhadores rurais de todo o Brasil assistiram ao grande espetáculo. Eles eram recebidos na porta do teatro por uma charanga que tocava o hino brasileiro.

“(...) começa com a Alaíde Costa cantando à capela quase no fundo as Bachianas do Villa Lobos, muito bonita. Eles ficaram assim fascinados, depois aparece um discurso do Sarney daqueles que ele falava no rádio (...) falando sobre a distribuição das terras, não sei quê, falando para as pessoas e usando a música do Luiz Gonzaga, aquela coisa toda demagógica, a Fala do Presidente, seis horas da manhã, para a população rural do Brasil. (...) escolhi a dedo na Agência Nacional os programas do Sarney e botei para tocar. Foi muito organizado porque era de tal maneira falso, que só podia despertar riso, virou uma comédia, e a música do Luiz Gonzaga, Asa Branca, aquela coisa toda. E depois vai abrindo o palco e aí entram os depoimentos dos juristas porque o tribunal se deu durante todo o tempo” (LOPES, 2001b).

Aos poucos Joana faz um caminho de retorno às artes corporais levando sua experiência acumulada em anos de pesquisa teatral e na área de dança para a universidade. Entre 1983 e 1987 atua como diretora de atores do grupo LUME de Campinas. A partir de 1987 passa a integrar o Departamento de Artes Corporais do Instituto de Artes da UNICAMP. Desde 1992 é professora visitante do Departamento de Música e Espetáculo da Universidade de Bolonha, na Itália.

Na UNICAMP também integra o Programa de Integração e Desenvolvimento da Criança e do Adolescente (Prodecad), um projeto de ensino integral voltado a atender os filhos dos trabalhadores da instituição, atualmente beneficiando cerca de 850 crianças e adolescentes 0 a 16 anos, no qual ela coordena o projeto chamado Fazendo Arte. O Prodecad foi criado e organizado pelos próprios funcionários da UNICAMP.

“(...) eu fundei um trabalho na Unicamp que chama – se projeto Fazendo Arte, é educação através da arte, dos 4 anos de idade até os 16, que a Unicamp atua. Porque esse é um sistema fundado pelos trabalhadores então a sociedade que fundou aquilo dentro da Unicamp (...). Então existe lá dentro as professoras, os monitores, os recreacionistas, esse povo todo, eles são contratados pelo Funcamp, pelo estado, completamente à parte da Unicamp, e lá eu fundei uma escola de capacitação deles. E é uma escola através da arte. Então é um Pindorama com outro nome, mas é a mesma idéia” (LOPES, 2001b).

Na Universidade de Bolonha, ministra ateliês livres em que recebe em média 25 alunos anualmente. Também integra um projeto na área de dança inserido no movimento educacional italiano, no qual trabalha com educadores provenientes de toda a Europa em cursos de 24 horas onde aplica suas teorias. Além disso, ao longo de duas décadas de atividade na Europa já desenvolveu trabalhos também em outras instituições como a Civica Scuola de Milano, na Itália, e no Institut de Pedagogie Musicale et Coreographique – Paris, La Vilette, na França.

Em meio ao trabalho teatral, da dança e aos desafios do dia a dia no Prodecad na UNICAMP, as questões instigadoras que rondavam Joana enquanto elaborava cada edição do Brasil Mulher ainda estão presentes. Diante de cada nova turma que ingressa no Departamento de Artes Corporais na UNICAMP ou em seus ateliês na Universidade de Bolonha, a inquietação das perguntas se fazem necessárias.

“Lá na Universidade nós temos um número de mulheres muito grande no meu departamento. Talvez não queira olhar para as moças com os olhos assim ‘Que profissionais da arte vocês vão ser?’. E passar para elas, a questão da técnica, da sociologia, da arte. Eu olho para elas como mulheres artistas antes de só artistas. Dentro da arte, o que essas mulheres vão fazer? Porque é que elas estão aqui? Todo início de ano, eu peço que elas escrevam: ‘O que vocês vieram fazer na universidade? E no curso de Artes?’. É incrível. Eu nunca peguei uma carta onde uma aluna se colocasse como mulher. Nunca. Em quinze anos de universidade. Que ela incorporasse esse poder, que dissesse: ‘a dança para mim, o teatro para mim’. É como se essa artista fosse completamente assexuada, que a definição dela como mulher não trouxesse nenhum compromisso específico. (...) Algum desejo, algum sonho, algum ideal. A Isadora Duncan dançava como mulher, ela pedia esse lugar pra ela. Ela se apoderou disso. Emily Dickinson se apoderou disso. Não que pra mim isso não é um discurso teórico, porque a gente tem exemplos muitos claros em toda evolução da dança, do teatro. A presença das mulheres ecoa. É muito claro o que elas diziam. (...) Então estamos falando dessas grandes centelhas que aparecem, mas a gente está lidando com 30, 40 estudantes na universidade do curso de artes na frente da gente. Então de olhar pra elas e pensar aonde, qual o poder que elas vão assumir” (LOPES, 2001c).

4. BRASIL MULHER: JORNALISMO NA ÓTICA FEMINISTA

O jornal Brasil Mulher surgiu em 1975 em Londrina³⁴, norte do estado do Paraná, inserido num contexto político marcado pela repressão à liberdade civil e pelas ditaduras militares que tomaram os governos democráticos através de golpes de estado no Brasil e em vários países da América Latina.³⁵

Paralelamente à luta contra o autoritarismo, o movimento feminista ganha força em quase toda a América Latina inspirado pelos ventos feministas que sopram vindos da Europa e Estados Unidos desde o fim da década de 60. A instituição de 1975 como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU) instiga as discussões e a realização de eventos em vários países da América Latina, principalmente no México e no Brasil. A ONU elabora um documento orientando os países a desenvolverem políticas voltadas à mulher.

No burburinho clandestino da resistência ao regime, Joana Lopes

³⁴ O jornal Brasil Mulher está inserido num momento peculiar da história da imprensa londrinense em que o projeto do jornal Panorama, bancado pelo empresário paranaense Paulo Pimentel, aglutinava na cidade nomes de referência da imprensa brasileira da época – entre eles Narciso Kalili, Rui Barbosa, Hamilton de Almeida, Amilton Vieira, Mylton Severiano da Silva, José Trajano e Mário de Andrade - que deixaram os grandes centros, principalmente São Paulo, devido à censura e às perseguições políticas. A presença deste grupo de jornalistas às voltas com o projeto do Panorama imprime ao contexto local um período de efervescência, inclusive, no âmbito da política estudantil. Na Universidade Estadual de Londrina, o grupo denominado Levanta Sacode a Poeira e Dá a Volta por Cima, que assume o Diretório Central dos Estudantes em meados de 1970, tem como principal instrumento de articulação, mobilização e ação o jornal Poeira (DEBÉRTOLIS, 1991). A publicação estudantil é referência não apenas localmente, mas também no movimento estudantil nacional sendo que integrantes da equipe, como os atuais jornalistas Roldão Arruda e Nilson Monteiro, foram convidados a integrar a redação do jornal Movimento. Além disso, em 1975, o jornal ganha o Prêmio Parker Pen de Jornalismo Estudantil. Estas relações se entrecruzam no contexto político e jornalístico da cidade de Londrina que representava na época um dos principais focos de resistência à ditadura no estado do Paraná. É dentro deste quadro que é elaborada a primeira edição do jornal Brasil Mulher. Joana Lopes conta que “o fechamento de um dos números do Brasil Mulher teve a participação de um grupo do Poeira” (LOPES, 1999).

³⁵ As ditaduras na América Latina, que começam a se instaurar em meados dos anos 60 foram articuladas com o apoio do governo americano empenhado na Guerra Fria com objetivo de minar o avanço do socialismo no mundo. Em meio à efervescência do movimento estudantil e hippie, da conhecida “Revolução das Mentalidades” e também dos protestos contra a participação dos jovens americanos na Guerra do Vietnã, um ideário conservador estava sendo gestado em institutos de pesquisa americanos que auxiliavam o Departamento de Estado Americano em relação às políticas para a América Latina. Estes centros aglutinavam pesquisadores conservadores, segundo Rose Marie Muraro, e foram o embrião da economia global que se afirma nas últimas décadas do século XX. Muraro aponta ainda que as idéias que se constroem a partir destes pesquisadores dão sustentação já no início da década de 80 aos governos neo-conservadores de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e de Helmut Kohl, na Alemanha. “Os think tanks eram centros de pesquisa coordenados por grandes intelectuais que se dedicavam apenas a pensar o futuro da política, tanto dos EUA como do mundo inteiro. E eles começaram a agir desde os anos 30, de acordo com pesquisa de René Dreifuss no seu magistral ‘A Internacional Capitalista’ (Espaço & Tempo, 1986). Foram eles que pensaram a Guerra Fria, que dividiram os países em blocos, que planejaram e incentivaram as ditaduras na América Latina. Cada país tinha um desses centros ligados aos think tanks americanos. No Brasil antes de 64, foi o IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática]” (MURARO, 2000, p. 229).

desenvolvia seu trabalho artístico e sua atuação política. É esta alquimia a qual misturava a sua arte encarada como atitude transformadora, as suas reflexões sobre sua própria condição de mulher e sua luta contra a arbitrariedade e o autoritarismo que resultou no Brasil Mulher. “Eu acho que foi o primeiro não que eu recebi como mulher que foi bater lá, eu tinha dois, três anos de idade não sei, ‘não isso você não pode’ vai dar no Brasil Mulher” (LOPES, 2001b).

Considerado como referência para o movimento feminista brasileiro e “precursor dos jornais alternativos feministas” (KUCINSKI, 1991, p.79) no país, o jornal é editado pela Sociedade Brasil Mulher responsável pela publicação até seu último número de março de 1980. A idéia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia que estava sendo estruturado a partir de São Paulo por Terezinha Zerbini e tinha por objetivo angariar assinaturas para pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e exilados pelo regime militar.

“Eu estava na redação me aparece uma jornalista do Panorama, com um lista pra eu assinar a favor da Anistia que a Terezinha Zerbini estava fazendo movimento em São Paulo. (...) E eu olhei aquilo e me lembrei dos meus tios (...), histórias de família, meu pai foi oposicionista, fez oposição ao Getúlio. (...) E enfim, eu sei que eu olhei aquela lista lá e eu falei deixa comigo que eu vou tentar assinaturas para isso” (LOPES, 2001b).

Joana não conseguiu localizar a jornalista novamente. Com um número significativo de assinaturas recolhidas foi de ônibus para São Paulo entregar pessoalmente a lista para Terezinha Zerbini durante uma reunião na casa dela no bairro do Pacaembú. “Ela esperava uma pessoa e apareceu outra. (...) nessa conversa eu comecei a me inteirar do movimento das mulheres (...). E lá eu conheci a Lila Figueiredo que é ilustradora do Brasil Mulher” (LOPES, 2001b).

De volta à Londrina, empenhou-se em organizar um grupo que se integrasse à luta pela Anistia. Esse grupo inicial tinha entre suas componentes Rose Serra, Edelzila Leal e Rosane Silva às quais Joana trouxe a proposta de elaborar um boletim. Segundo Joana, estas mulheres aos poucos foram “entrando na idéia”, mas não tinham o conhecimento técnico para elaborar o boletim. Da proposta original evolui-se para a produção de um jornal.

“Eu estava dentro de jornal, acompanhava, sabia das coisas, eu falei ‘ah, gente eu acho que vou evoluir para um jornal’, ‘ah, então vá em frente’, ‘ah, mas não tem dinheiro’, eu falei ‘mas eu boto o meu salário’, estas histórias. E aí eu pedi para o ‘seo’ Alvaro Grotti, que era administrador da Folha (de Londrina) se eu podia, bom, porque eu ia rodar o jornal ali e deixava o meu salário empenhado porque não tinha dinheiro, um lance maluco, né? Eu tinha uma família para sustentar, empenhei o salário, mas eu tinha certeza que eu conseguia vender o jornal” (LOPES, 2001b).

Em meio à efervescência de idéias pairava uma questão pendente : que nome sintetizaria a proposta deste jornal ? Numa noite, lá pelas madrugadas, o grupo de mulheres saiu para jantar. O destino era um dos melhores restaurantes de Londrina que ficava na zona do meretrício e onde Joana encontraria muitos de seus colegas de redação.

“Me lembro o carro parando, eu desci do carro para passar por trás, quando eu passei por trás antes de chegar no passeio, a Rose Serra estava saindo aqui eu gritei assim: ‘Brasil Mulher’. E foi assim. ‘Pessoal, Ah, Brasil Mulher.’ Pronto! Ficou Brasil Mulher e não foi em lugar solene nenhum. Foi assim saindo do carro e atravessando para subir na calçada de madrugada. Se chama é Brasil Mulher, uai? E foi assim o Brasil Mulher. Um grande nome né? Eu acho um nome maravilhoso, maravilhoso....É lindo, eu acho o nome deste jornal uma coisa, não sei o que deu na minha cabeça.”(LOPES,2001b)

O Brasil Mulher saiu do plano das idéias e se concretizou no papel em tamanho tablóide com dezesseis páginas e fotos em preto e branco. A venda da edição número zero no Encontro Para o Diagnóstico da Mulher Paulista realizado em outubro de 1975, no Plenarinho da Câmara Municipal de São Paulo, garantiu o pagamento da impressão para alívio de Joana. “O jornal era publicado a cada dois meses, com tiragens de dez mil exemplares e distribuição nacional” (KUCINSKI, 1991, p.81).

Partindo das lembranças e reflexões de Joana Lopes sobre o seu trabalho à frente do Brasil Mulher costuro a trajetória do jornal mantendo sempre a postura descritiva marcada pela análise. Desta forma transcorro os vinte números editados. Até as análises do número oito, edição na qual Joana Lopes se desliga do jornal, transcrevo relatos importantes da jornalista, extraídos de entrevistas concedidas a mim, para melhor compreensão das entrelinhas da história do tablóide.

4.1. Primeira fase – as origens e os confrontos

Edição número zero – Outubro de 1975

A síntese de uma idéia

A capa da edição de número zero do Brasil Mulher (figura 1) é muito significativa no sentido de traduzir a proposta do jornal e ser uma imagem referencial da imprensa alternativa feminista que se inaugura a partir de seu lançamento.

A imagem da menina grávida, negra, pobre, de pés descalços, rodopiando uma criança quase de seu tamanho é captada pelas lentes do fotógrafo londrinense Chico Rezende. O cenário era a Vila Fraternidade, um dos bairros mais pobres da cidade de Londrina. A doçura das linhas do rosto e o sorriso ingênuo traduzem, na verdade, a realidade na qual a mulher brasileira está inserida trazendo à tona a questão da gravidez na adolescência. É o retrato da exclusão.

A foto da capa sintetiza a intenção da jornalista Joana Lopes de fazer um jornal que revelasse o pensamento do feminismo “tupiniquim”, “caboclo”. Um jornal que trouxesse à luz a problemática da mulher brasileira inserida na obscuridade da ditadura militar. É essa mulher que Joana quer trazer para as páginas do jornal. A mulher excluída duplamente – pela estrutura da sociedade patriarcal e pelo regime de exceção que cala as vozes democráticas.

Joana Lopes imprime neste número zero a sua marca pessoal. Ela conta que mesmo elaborando o projeto do jornal em diálogo com outras mulheres produziu o número zero do Brasil Mulher sozinha. Desde a definição da pauta à redação das matérias - que se resumem, na sua maioria, à compilação de textos já publicados – passando pela edição, diagramação, impressão e o traslado do jornal até São Paulo.

“É um número muito significativo não porque ele é zero, mas porque ele apresenta



Figura 1: Capa Brasil Mulher, n. 0

os problemas que deveriam ser resolvidos, então, eu acho que ele é um número que indica não uma solução, mas a montagem de um problema. Eu acho que o Brasil Mulher não tinha um antecessor para servir de paradigma, discussão, (...) Mas eu sei que eu não conhecia um jornal feito por mulheres, isto era seguro, eu não conhecia. O que eu conhecia era imprensa feminina, não a imprensa feminista (...) Eu não sabia na verdade nem a diferença entre uma coisa e outra, mas eu sabia que eu não me contentava com a imprensa feminina e o jeito que a mulher era tratada não correspondia ao real, não correspondia à realidade, não correspondia aquilo que eu estava achando que um jornalista, que uma imprensa deveria dar também às mulheres, ou seja, deveria dar para elas a palavra, deveria dar os canais de comunicação, deveria tratá-las como pessoas, como cidadãs e não era isso que eu via, eu via que as mulheres eram tratadas ou como ‘mecânicas de manutenção’, ou como ‘bonecas infláveis’, ou como ‘mães dedicadas e temerosas’, ou ‘mulheres cheias de culpa’, então, era uma imprensa extremamente adjetivada (...). Mas ela só refletia o que toda uma tradição, uma sociedade, uma tradição tinha montado como o ser mulher e isso me descontentava terrivelmente” (LOPES, 2001b).

Joana deixa claro que diante da oportunidade de fazer um jornal voltado às mulheres buscou evidenciar esta sua indignação com a imprensa feminina. Na verdade ela não esconde o fato de ter aproveitado a possibilidade que se abriu de fazer um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia para avançar e ampliar as discussões para a temática da mulher. Ela tinha o compromisso de elaborar um boletim apenas para divulgar o movimento, mas ressalta que trabalhou “o oportunismo como oportunidade, aquela figura mitológica grega que tem o bonezinho vermelho, que passa voando na tua frente se você pega pega se não pega já foi embora (...) agarrei a oportunidade de fazer avançar” (LOPES, 2001b).

O editorial do número zero é o ponto nevrálgico da edição (anexo 1). No texto assinado pela própria Joana Lopes – os editoriais a partir do número dois não são mais assinados, mas discutidos coletivamente com redação final da editora - ela expõe em linhas gerais os objetivos do jornal. A frase inicial “Não é o jornal da mulher” é a detonadora de uma série de críticas ao tablóide e de uma polêmica que entra para a história do movimento feminista brasileiro.

A falta de referência ao feminismo ou um posicionamento mais claro do jornal em assumir-se como feminista também causou um mal estar entre as integrantes de outros grupos feministas brasileiros³⁶. Mesmo sem utilizar a palavra feminismo, o editorial traz à luz questões pertinentes ao movimento como a rejeição ao paradigma das diferenças biológicas, a questão da inserção da mulher no mercado de trabalho, da dupla jornada de

³⁶ Maria Amélia de Almeida Teles, que integrou o grupo do Brasil Mulher, em seu livro “Breve história do feminismo no Brasil” comenta a dificuldade das mulheres em assumirem –se como feminista naquele momento histórico, dificuldade que atinge até mesmo intelectuais como Heleieth Saffioti, e como isto se reflete no grupo do Brasil Mulher: “O uso do termo feminismo incomoda muitas mulheres, incluindo algumas que compõem a própria equipe de elaboração desse periódico. Se hoje há ainda um grande estigma contra a palavra feminismo, o que dizer, então, daquela época?” (TELES, 1999).

trabalho e da igualdade, reivindicando a equidade entre “homens e mulheres de qualquer latitude”.

Em matéria publicada no jornal Opinião do dia 24 de outubro de 1975, na página 25, noticia-se a realização do Encontro para diagnóstico da Mulher Paulista. Num box intitulado “Um (falso) jornal”, na página 26, são feitas duras críticas ao Brasil Mulher que foi lançado no encontro.

A jornalista Elenice Munerato chama o Brasil Mulher de um “falso jornal” por não se dedicar inteiramente às questões femininas. No texto a jornalista considera que em apenas cinco das 16 páginas do Brasil Mulher há matérias ligadas à temática da mulher. Finaliza seu texto afirmando que o corpo editorial é composto exclusivamente por mulheres “mas isto só não basta”.

O Brasil Mulher não é considerado como feminista e ao longo do texto analisa-se a edição número zero:

“(…), um jornal mensal lançado neste mês em Londrina, Paraná, ‘não é um jornal da mulher’, conforme afirma a primeira frase de seu editorial de apresentação e conforme poderíamos supor pelo título. De suas 16 páginas, apenas cinco realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras reportagens falam de assuntos gerais : da campanha da Anistia aos irmãos Villas Boas, passando por uma seleção de fatos de menor importância já citados na imprensa das últimas semanas. (...)”

Decepcionante, pois, que esse jornal – bem impresso e barato (Cr\$ 2,00) coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema sócio econômico – político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos de imprensa” (Munerato, 1975, p.26).

Joana explica que a frase a qual causou tanto impacto naquele momento negava a imprensa feminina que ela repudiava e não o feminismo. Para ela uma das principais preocupações neste editorial da edição de lançamento era deixar claro que o Brasil Mulher não fazia parte da imprensa feminina.

Mas pode-se considerar também que a frase “não é o jornal da mulher” é entendida no sentido de que a luta pela emancipação da mulher está inserida numa questão maior que é a dos direitos humanos. Isto porque na seqüência do texto do editorial Joana vai se referir à questão da igualdade que é uma luta de homens e mulheres.

O parágrafo segue afirmando que o jornal tem o objetivo de ser “mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres” (Brasil Mulher, n. 0, p.2). Analisando o editorial, ela considera ainda existir uma certa “timidez”, um “medo”, em colocar-se no texto. Esta “timidez” ou “medo” não se refere apenas à questão política de estar sob um regime de exceção, mas também à exigência em relação à competência feminina e à desinformação das mulheres sobre a própria condição de

mulher e o próprio corpo naquele momento.

“Então eu acho que o fato das fraquezas, das debilidades jornalísticas, das debilidades de texto ou das idéias eu acho que está muito mais em função de uma incompreensão ou de uma transição para a compreensão, inclusive, no nível teórico da situação. Porque era um assunto que a nível acadêmico, nível teórico estava restrito a mulheres estudiosas, não penetrava no dia a dia como hoje que uma mulher pode colocar a reivindicação da sua igualdade a partir dos direitos do cidadão” (LOPES, 2001b).

Enquanto lê trechos do editorial Joana pensa alto e reflete sobre aquele momento.

“Bom, há uma visão essa igualdade existia ela foi perdida na historicidade da própria maternidade, na formação da família, da herança, da propriedade. E aí se diz que o trabalho se destina a homens e mulheres, a retomada. ‘A procura da igualdade perdida’, então, é a primeira matéria. E diz que não ‘podemos nos amparar nas diferenças biológicas para disputar pequenos favores masculinos ao mesmo tempo em que o estado constituído de forma masculina’, aparece bem clara a posição da gente, ‘deixa-nos o lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade ao débil mental’. Bom, aí a gente continuou ‘queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo’, quer dizer, tem muito de um idealismo ainda pouco refinado, pouco com olhar do tempo eu vejo. Mas tem uma coisa importante que a gente queria discutir em função da nossa realidade brasileira e latino – americana e que a gente via especificidade nisso. São as especificidades políticas, inclusive, do momento que era a questão da luta política. Aí a gente vem falando coisas de senso comum (...) ‘queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade’ (...) ‘e desde já propomos com equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude’. Na mente das mulheres ‘deseja incorporar essa imprensa democrática que, em meio a batalhas, vê o Brasil surgir.’ Acho que este parágrafo para nós é o que era mais claro, que era a desigualdade na igualdade, mas considerados papéis equânimes, acho que isso foi o básico do Brasil Mulher foi em busca disso que a gente foi” (LOPES, 2001b).

A proposta do jornal exposta no editorial relaciona-se com as chamadas de capa. É possível constatar que há várias frentes de luta sendo que a “tarefa” imediata, mais concreta, é a luta pela anistia irrestrita aos presos políticos. Joana frisa que “o grupo todo achava que era o nosso gancho de luta no momento que era a anistia, que era a luta política do país” (LOPES, 2001b). Para Joana essa postura de ter uma “estratégia política” diferenciava o grupo do Brasil Mulher de outros como o do jornal Nós Mulheres, que vai surgir em 1976, com uma influência muito forte do feminismo francês das Ediciones des Femmes.

Partindo deste posicionamento do grupo, a chamada de capa em destaque se refere ao Movimento Feminino pela Anistia. Na matéria interna uma entrevista de página dupla com Terezinha Zerbine. “Passageiras de terceira classe” e “A procura da igualdade perdida” refletem a discussão semeada através do editorial, ou seja, trazem à cena a questão da condição da mulher brasileira na sociedade. No olho da matéria “A procura da igualdade perdida” inclui-se a luta pela emancipação das mulheres na “luta geral pela libertação do ser

humano”.

Neste ponto pode-se considerar uma influência do feminismo liberal através do discurso da igualdade. O feminismo liberal apóia-se na premissa de que a conquista de direitos através da lei garante à mulher o status de cidadã. Mas, entretanto, não pode-se classificar o Brasil Mulher como um jornal liberal porque também há uma forte influência do pensamento marxista. Ela está presente seja nas matérias ou nos editoriais. Os temas são abordados, especialmente quando o assunto é a mulher no mercado de trabalho do ponto de vista do capital e da mais valia, através de um viés marxista que é o ideário base das esquerdas, não se atendo às várias vertentes, dos grupos de oposição ao regime.

Joana cria neste número zero uma estrutura editorial básica através de seções ou rubricas, como ela denomina, que são em sua maioria fixas e permanecem até o número oito do qual ela ainda participa da edição. Estas seções se dividem da seguinte forma: Editorial, Emancipação, Anistia, Os fatos estão aí, Educação (desdobrando-se em Economia ou Realidade) Brasileira, Direito, Trabalho, Rosa dos Ventos, Arte e Comunicação³⁷, Ciência, Brasil Correio.

Ela explica que a idéia de criar estas rubricas era uma maneira de dar uma “cara” para o jornal. Joana não tinha a certeza da continuidade de seu projeto porque dependia de uma resposta positiva junto às mulheres o que garantiria a legitimidade do tablóide. Desta forma tentou avançar o mais que podia junto ao grupo para chegar a um projeto mais finalizado.

A idéia das rubricas estava ligada a uma proposta gráfica diferenciada. Joana lança mão de sua experiência como artista e de sua “intuição feminina” para deixar fluir seu processo de criação.

“E outros jornais passaram a rubricar depois, porque rubricar, essas rubricas, era uma discussão que o pessoal tinha comigo, os jornalistas, o pessoal do Movimento na época ‘mas Joana isso pertence a revista você está fazendo jornal’, mas eu dizia ‘mas eu não quero fazer um jornal fechado como uma edição de jornal como vocês entendem, dá licença, que eu vou fazer também com a minha sensibilidade de mulher e você não esquece que eu sou artista, eu gosto de jornalismo, eu estou no jornalismo, mas eu tenho outras formações.’ Aí eu comecei a perceber o meu espaço. Eu quero uma coisa que tenha assim, eu quero que isso seja como a gente vê em dramaturgia, como a gente vê no teatro, que tem uma clareza de forma, que diz a que veio, mas que não descuida da maneira de estar no espaço porque a gente sabe que a comunicação vai ser perturbada, né? No teatro é uma coisa que a gente aprende com muita facilidade porque a gente é obrigado a conhecer o que é a

³⁷ Esta seção é homônima à página semanal “Arte e Comunicação” criada e editada por Joana Lopes, entre 1973 a 1978, no jornal Folha de Londrina.

mínima coisa fora do espaço correto. Estar no espaço é estar em relação ao tempo (...) tem algumas simetrias nesse jornal que facilitam uma leitura e que são conquistas de espaço teatral, que são conquistas do olhar teatral, entendeu, da plástica cenográfica” (LOPES, 2001b).

Num momento em que a comunicação era truncada, em decorrência da realidade política do país, a precisão das estratégias editoriais era fundamental para conseguir driblar a censura e chegar ao leitor. Este desafio atingia a todos os jornais que se opunham ao regime.

Joana pensava em um jornal que fosse um instrumento intermediário para que as leitoras pudessem abordar suas questões. Na verdade, ela idealizava que num determinado momento o Brasil Mulher fosse pautado pelo próprio público do jornal.

O espelho do jornal foi concebido para dar suporte às discussões dos grupos feministas e do movimento de mulheres que se formavam pelo país afora. As matérias pautadas para estas páginas duplas tratavam mensalmente de um assunto de grande interesse e impacto. A diagramação das páginas era elaborada no sentido de possibilitar que se transformassem num jornal mural.

Assim no número zero o assunto é sobre o Movimento Feminino pela Anistia destacando o trabalho de Terezinha Zerbini, que ficou conhecida como a “dama da Anistia”. O Movimento é comparado à campanha pela Anistia coordenada pelas mulheres na ditadura de Getúlio Vargas. O jornal também faz menção a algumas mulheres que tiveram importância naquele momento histórico como Joana Pessoa, Edith Negrais e Aloíde Borba.

Relata ainda o apoio recebido pelo Movimento durante o encontro de mulheres da América Latina no México que resultou no encaminhamento de um documento em favor da Anistia ao governo brasileiro. Num box é publicado na íntegra o manifesto do Movimento Feminino pela Anistia que convoca as mulheres brasileiras a se engajarem na campanha angariando assinaturas em favor de uma lei de anistia.

A seção de cartas Brasil Correio, para a qual Joana destina a contracapa invariavelmente nas edições, é uma forma de criar um vínculo com as leitoras. No número zero, ainda sem colaborações espontâneas, Joana encarna personagens diversos e se apropriando de histórias, trechos de conversas que ouviu nas ruas, temas polêmicos, redige as cartas e simula as respostas da editora do jornal às leitoras.

“Então eram coisas que realmente existiam, eu passava na feira, ouvia, sabe, era uma coisa assim que esses assuntos, que essas personagens imaginárias mandam, eram assuntos de correr do dia, (...) e aqui mostra muito uma coisa de que não era um jornal para um nível de mulheres com conhecimento teórico, uma presença acadêmica como tinha no Nós Mulheres, com a importância da Ediciones des Femmes e o movimento europeu e o movimento americano” (LOPES, 2001b).

A diversidade de temas é flagrante. Através destas cartas Joana encarna desde as mulheres que estavam empenhadas em discutir questões pertinentes ao movimento feminista como a sexualidade, a natalidade, a relação pais e filhos ou as relações entre homens e mulheres que ainda são impregnadas de tabu como aquelas que questionam a realidade econômica do país, o desemprego, o preço do tomate, enfim, assuntos que permeiam o movimento de mulheres. “(...) essas cartas todas não são verdadeiras, mas tem que começar com um Brasil Correio, entende, deixa o meu imaginário funcionar que por pior crime que eu esteja cometendo é em boa causa” (LOPES, 2001b).

As colaborações das mulheres para o Brasil Mulher não se restringiram apenas ao envio de correspondência. A seção Arte e Comunicação tornou-se, no decorrer das edições, um espaço para a divulgação da produção artística feminina. Estes mecanismos editoriais criados por Joana para incentivar a participação das mulheres refletia esta intenção de ser um canal para fluir as informações e as discussões sobre a condição feminina. Na sua concepção um jornal de militância “tem que ser um objeto intermediário”.

“Então para mim isso aqui é muito claro de onde eu queria chegar. Eu queria chegar num jornal que fosse pautado por elas, praticamente pautado, que a gente fosse, que o jornal fosse só um objeto intermediário, não autônomo, não autocriativo, mas que ele fosse um objeto intermediário entre a mulher cidadã e a sociedade maior, entendeu? Para que ambas as partes pudessem revelar e falar. Então, o que queria mesmo e eu logicamente como jornalista era o jornal como objeto intermediário. Definir esse meu conceito, mas eu não cheguei lá, né” (LOPES, 2001b).

Nota-se que o número zero já tem um formato inicial que vai se efetivando e se aprimorando. O amadurecimento do grupo, a inserção de mulheres das mais variadas vertentes ideológicas da esquerda naquele momento certamente significou tanto a força necessária para se abordar questões complicadas, como o controle da natalidade ou a pílula, por exemplo, quanto o prenúncio dos embates internos inevitáveis.

A questão do trabalho feminino, por exemplo, que é um dos temas mais recorrentes do movimento feminista é abordado imediatamente na primeira matéria “A procura da igualdade perdida” na qual se afirma que “o sexo catalogado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a ser usado para atender as necessidades das sociedades competitivas” (Brasil Mulher, n. 0, p.3). E o jornal ressalta que as mulheres são consideradas “intrusas no mercado de trabalho” e que nos períodos de crise “é mais fácil constatar-se esta realidade.”

O texto se refere ainda ao ano internacional da mulher e ao esforço de se buscar uma ação global para se combater a exploração dos países subdesenvolvidos pelos

desenvolvidos e à exclusão da mulher no sentido de conquistar “uma sociedade mais justa” e a melhor distribuição de riqueza. O Brasil Mulher reafirma seu posicionamento de discutir a questão da mulher inserida na realidade antidemocrática brasileira de fome, arrocho salarial, miséria, desigualdade. Nesta matéria Joana traduziu esta realidade através do depoimento de mulheres, desde aquelas que reproduzem o discurso conservador até as que propõem um avanço em relação à questão da mulher.

“Esta matéria aqui, então, eu peguei a Heleieth Safiotti, peguei alguns livros, e fui conversar com ela. Então você vê que existe uma costura ideológica nesta percepção. Olha eu tinha escrito neste jornal ‘Arte e Educação’, de julho de 71, achei que isso era importante (mostra a matéria que é chamada de capa ‘O Brinquedo’). Brinquedo, criança, relacionando mulher, mas qual é a perspectiva que se coloca isso, não era de um feminino, de um jornal da mulher, mas era um texto de Anísio Teixeira, um texto de domínio público. Olha você vê claramente, aí o Orlando Vilas Boas, tinha feito este trabalho com ele, então, eu fiz uma adaptação de texto para poder manter de cara aquilo que seriam as rubricas futuras. Eu achava (...) que eu devia alcançar uma boa qualidade nessas rubricas se o jornal sobrevivesse, eu não sabia. Então, Arte e Comunicação, Os fatos estão aí. (...), esses ‘Os fatos estão aí’ eu fiquei caçando notícias de jornais, de coisas que me contavam para eu poder escrever esses ‘Os fatos tão aí’. Porque se eu quisesse que essa rubrica acontecesse, caso o jornal continuasse, o fato de eu estar fazendo um espelho com a Terzinha Zerbini e que iria cair na mão das mulheres, bem ou mal eu já tinha colocado a possibilidade dessas rubricas, então, eu não podia perder a oportunidade. E como não havia, não existiam parâmetros de comparação, então se eu estou nessa, as mulheres também estão, pouco vão saber apreciar de qualidade, entendeu, não é que eu julgasse, e que eu julgo hoje uma absoluta indecência jornalística, eu acho que não é, tem até algumas coisas boas, mas é absolutamente frágil” (LOPES, 2001b).

Como arte educadora Joana dispensa uma atenção especial para a discussão sobre a educação. Ao longo das edições é possível verificar que a seção Educação ganha uma amplitude trazendo temáticas e educadores de referência como Ana Maria Poppovic. É a educação pensada no sentido de contribuir para a mudança, para a construção de uma consciência acerca da realidade. Para Joana a educação é a base da formação da menina sendo o ponto de partida para construção do imaginário, do condicionamento e da naturalização das identidades de gênero.

“Era sempre uma matéria que eu, no coletivo, eu estava sempre buscando, entende, eu não deixava passar um número que isso não fosse discutido, pelo menos discutido, se esse coletivo dissesse ‘não, nesse número não, tem que passar, vai ter outra coisa,’ mas estava lá a Educação (...)” (LOPES, 2001b).

Trazendo a discussão da exclusão da mulher, sua posição como “passageira de terceira classe” - referindo-se a uma expressão utilizada por consultores da Unesco durante um encontro em Assunção, no Paraguai, - o jornal aborda o tema através de uma entrevista com a embaixatriz boliviana Esmeralda Arboleda Cuevas e a romancista e médica chinesa Han Suyin. A expressão foi utilizada como chamada de capa para a matéria interna da seção

Rosa dos Ventos dedicada ao feminismo internacional e reflete a discussão presente no movimento feminista. Até mesmo as mulheres da esquerda sentiram na pele o preconceito e o peso da tradição patriarcal dentro dos partidos e organizações clandestinas³⁸.

A dupla moral burguesa, outro tema importante do movimento feminista, é revertido em imagens na edição do zero. Nas páginas 14 e 15, Joana coloca em prática seu conceito de foto reportagem. Num flagrante inesperado a caminho do trabalho matinal na Folha de Londrina a jornalista vê diante de si, no meio de um bosque, no centro da cidade, uma mulher, Maria Feliciano, sentada sob uma frondosa árvore e tendo seus pés pintados pelo companheiro (anexo 2 e 3). As fotos fazem parte de um ensaio de Chico Rezende, fotógrafo oficial do Brasil Mulher, que foi chamado às pressas por Joana na Folha de Londrina para registrar a cena.

Misturando realidade e ficção, num texto redigido na primeira pessoa como uma carta, Joana reforça o que as imagens dizem por si mesmas. Outras tantas Marias Felicianas perambulavam pela cidade acompanhadas de maridos e filhos que saem das fazendas de café da região norte do Paraná dizimadas pela geada de 1975. A “geada negra” além de castigar os cafezais comprometeu a economia agrícola paranaense.

A cena foi transposta para o teatro 25 anos depois quando Joana montou o espetáculo Othelo, de William Shakespeare com seus alunos da Universidade de Bolonha para retratar toda a ambiguidade da relação entre Desdêmona e o personagem principal.

“Quando eu flagrei isso aqui era absolutamente a síntese, entende, quer dizer, eu acho que não se consegue no texto, não consegui grandes coisas nesse texto (...). Mas (...) eu acho que isso aqui é uma síntese numa relação, da ambiguidade da relação, da dupla moral, que o mesmo que pinta as unhas para que ela fique bem feminina é o mesmo que mata, entende? Então, ‘Ah mas a vida é assim, o ser humano é assim, perigosamente é assim, o ser humano é um ser perigoso e é assim’. Mas acho que a socialização da gente também pode contribuir para algumas mudanças, né? Então, esta carta aqui que é um texto que eu faço, isso não tem absolutamente nada de real: ‘Sou roceira, não sei lê nem escreve e quem tá escrevendo para mim é a repórter que veio conversar comigo. Quero que ela escreva o que tem direito.’. Essa, essa maneira de falar, ela falava com ele e eu ouvi o texto dela, eu ouvi, então, eu trouxe como um texto imaginário que ela pudesse dizer, porque todas essas coisas que ‘eu quero pedir que não engane a gente’ tudo isso nós vemos na boca deles, porque se você olhar a Folha de Londrina na época as declarações, porque eles eram todos mendigos andando pela cidade, desesperados por causa da geada, essa fala aqui não é falsa. Todas as informações que constam daqui, esta carta ela não escreve, eu escrevo no nome dela, mas o que está escrito aqui é do conteúdo da época. Essa foto foi quando ela me viu, ela nos viu, ela disse, ela fez assim. Ela disse: ‘vou fazer uma coisa’, aí que eu perguntei seu nome, ela disse Maria Feliciano e a idade dela. Foi bem nessa foto aqui. Eu acho isso aqui uma

³⁸ Annete Goldberg em sua dissertação de Mestrado, afirma que mesmo dentro das organizações de esquerda as mulheres sofreram exclusão. No caso das exiladas, por exemplo, ela colhe relatos de muitas mulheres as quais afirmavam que cabiam à elas trabalharem para garantir a seus companheiros suporte financeiro para que eles permanecessem na militância (Goldberg, 1987).

maravilha” (LOPES, 2001b).

Joana vai utilizar o recurso da foto reportagem em outros momentos do Brasil Mulher. Do ponto de vista editorial as fotos tem uma importância ímpar no jornal, basta deter-se diante das nove capas criadas para os números que Joana editou. As fotografias, naquele momento, são recursos que muitas vezes podem informar o que o texto tem que calar.

Os méritos não são apenas resultado de uma competência editorial, mas também da sensibilidade do fotógrafo Chico Rezende que influenciou gerações de profissionais londrinenses. A parceria entre Joana e Rezende se constrói no trabalho diário na redação da Folha de Londrina. Para Joana, a sensibilidade do fotógrafo em relação à temática do jornal e seu profissionalismo ficam evidentes logo na foto da capa do número zero que se torna uma referência do Brasil Mulher.

“O Chico sempre foi apaixonadíssimo pelas mulheres e ele fazia foto dentro do ideal da beleza, das gatas, não se falava gatas na época, mas assim das gatinhas, das gatonas, das, enfim, ele tinha delírios estéticos o tempo todo. E aí eu conversando com ele eu disse: ‘olha Chico, eu queria que você delirasse, continuasse com estes seus delírios estéticos’, que era uma expressão do Füllgraf³⁹, ‘delira esteticamente mas você venha para outros conteúdos para outras situações que a gente precisa’. Ele dizia para mim ‘se você fala para mim você vai para o inferno, vem comigo para o inferno, eu vou com você’. E então era um grande companheiro, né, grande sensibilidade que está aqui nessas fotos (...) essa foto do número zero, nós tavamos andando na Vila Fraternidade, lá no Pindorama, e ele flagra isso lá. E eu que pedi para ele ‘Olha Chico se você andar por aí e se você achar uma mulher, sabe, não uma mulher ideal uma mulher real, uma coisa bonita e real, você flagra pra mim’, ele me veio com isso (mostra a capa do número zero) que eu não sei, eu acho divino, acho maravilhosa. Imagina, é uma menina com esse barrigão de grávida ela não tinha mais que catorze anos, brincando com outra criança a leitura que a gente tem desta foto é de tal maneira o que existe de lindo, o que existe de cruel, esta foto para mim é um poema, uma obra de arte” (LOPES, 2001b).

Edição Número Um – Dezembro de 1975

“Pílulas, ora pílulas”

A edição número um também enfatiza a utilização da foto como recurso de contar uma história. A foto reportagem de dona Gumercinda, uma brasileira de mais de 100 anos, gesticulando, com seus cabelos brancos que escapam do lenço amarrado à cabeça, suas rugas. A foto da mulher falante na capa (figura 2) se fecha como num círculo narrativo com a imagem da contracapa de dona Gumercinda tricotando. A legenda aponta uma atitude reflexiva “D. Gumercinda: ouve, fala e pensa 113 anos de Brasil”.

³⁹ Frederick Füllgraf jornalista alemão amigo de Joana Lopes.

Se na capa do número zero o Brasil Mulher traz a adolescente grávida, neste caso o jornal representa, por um lado, a força do povo brasileiro, sua resistência, persistência e, por outro, a exclusão da mulher pobre da terceira idade. Estas fotos estão ligadas, segundo Joana, à chamada de capa “O brasileiro sobretudo um forte”.

Joana conta que o fotógrafo Chico Rezende trazia as fotos para ela analisar se “tinha conteúdo narrativo e aí escolhia, como se monta um texto eu montava as capas, entende, quer dizer a narração existia” (LOPES, 2001b).

Ela comenta que esta forma de tratar a fotografia como informação e o espaço destinado às imagens no jornal eram questionados por colegas jornalistas de outros tablóides alternativos.

“Então, eles sempre foram muito delicados comigo, mas só faltava dizer assim ‘vai aprender a fazer jornal porque você está viajando, você é uma viajante de fazer uma coisa dessa’. Discretamente Bernardo Kucinski, quando eu fui lá no Movimento buscar as fotos para publicar, não sei se foi ele, eu não tenho certeza se foi ele, mas alguém lá comentou que eu publicava fotos inteiras na capa e que eu perdia informação e tinham muitos lances de artista e que esquecia as regras básicas de fazer um jornal. Eu acho que o tempo está dando essa resposta, entendeu, que não necessariamente para ser um jornal de conteúdo político e de posição ele necessariamente é algo sem imaginação, eu acho que o imaginário da mulher é rico e ela não pode fazer, não pode negar esse imaginário em qualquer situação profissional que ela se meta porque a derivante disso é a criadora de fatos (...)” (LOPES, 2001b).

A chamada de capa mais significativa, entretanto, é “Pare de tomar a pílula” sobre a distribuição em larga escala de anticoncepcionais através da Sociedade Civil de Bem Estar Social no Brasil, entidade americana conhecida pela sigla Benfam, para as mulheres brasileiras especialmente do Norte e Nordeste do país. A BENFAM teve uma atuação muito significativa através de um projeto de planejamento familiar do governo militar sendo alvo de críticas não só das feministas, mas de setores da igreja e da esquerda de uma maneira em geral.

A matéria, que ocupa as páginas de espelho e se intitula “Pílulas, ora, pílulas”, discute os efeitos colaterais da pílula anticoncepcional e questiona outros meios



Figura 2: Capa Brasil Mulher, n. 1

eficazes para a contracepção que não colocassem em risco a saúde da mulher. Grande parte do texto refere-se a uma entrevista com o médico Mário Vitor de Assis Pacheco, docente de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que analisa os efeitos colaterais da pílula anticoncepcional.

Entre os problemas causados pela pílula estão atrofia dos ovários, envelhecimento e menopausa precoces. Segundo a matéria, por este motivo a sociedade patriarcal ainda não lançou a pílula do homem. O médico entrevistado ressalta que para a prescrição da pílula não se leva em conta as diferenças como idade e constituição física peculiares a cada mulher.

Em um trecho da matéria, publicada sob a rubrica Ciência, o jornal afirma que:

“A visão ‘caseira’ da mulher sobre a pílula e o controle da natalidade é sempre obscura. Foi-lhe impingida a tarefa de entregar-se corpo e alma aos laboratórios farmacêuticos, tarefa que lhe causa insegurança e cujas reais conseqüências ela desconhece. A sociedade atual incumbiu a mulher de controlar a capacidade de alimentação e a distribuição de renda no mundo” (Brasil Mulher, n.1, p.6).

Para o tablóide, a sociedade patriarcal impinge à mulher a responsabilidade de cuidar do controle da natalidade. O jornal acaba por aconselhar as leitoras a jogarem fora as pílulas porque são uma armadilha perigosa do patriarcado.

A questão da natalidade e seus desdobramentos como os programas de contracepção, as pílulas anticoncepcionais e a atuação da BENFAM e do governo militar vão repercutir em outras edições. A abordagem do assunto neste número não foi uma tarefa fácil. Segundo Joana, a pauta teve que ser defendida dentro do grupo porque houve restrições em relação ao tema. Muitas mulheres do grupo não estavam preparadas para discutir estas questões o que refletia o tabu em relação à sexualidade e ao corpo.

Joana ressalta que nos países europeus a abertura para a discussão sobre a questão da mulher era maior porque não estavam sob um regime de exceção e a questão política da discussão sobre o indivíduo era premente.

“Essa matéria foi proposta pela própria Lila Figueiredo, foi uma que batalhou por essa matéria, e essa matéria não foi que ela foi fácil passar no coletivo, não foi não. (...) Esta ilustração é da Lila, traço característico dela. E eu finalmente falei “Pílulas, ora pílulas”, esta matéria deu uma discussão no coletivo de horas” (LOPES, 2001b).

Outra matéria de capa é “Maria Salário Mínimo” assinada por Marina D Andréa que passa a integrar a equipe de redação. A temática do trabalho feminino começa a ser tocada aos poucos pelos jornais alternativos. Antes de surgirem os jornais alternativos

feministas, publicações como o Opinião já haviam feito matérias sobre o assunto. Muitas destas matérias eram assinadas por feministas que depois iriam criar e participar da imprensa alternativa feminista. Os problemas da relação mulher – mercado de trabalho começam a ser apontados pelos jornais feministas: salários menores que os dos homens, dupla jornada de trabalho, falta de estabilidade durante a gravidez, a questão polêmica do trabalho noturno etc.

A matéria aponta que a participação das mulheres nos sindicatos é mínima, inclusive, porque há preconceito por parte dos homens, os quais consideram que elas tomam seus lugares no mercado de trabalho.

“As taxas de participação do trabalho feminino variam conforme os limites ou crises do próprio desenvolvimento do país. Desta forma, o número de mulheres que trabalham em um país pode variar conforme o impulso dado a um ou outro setor da economia, sendo então redefinidas a maneira de ver e empregar as atividades femininas” (Brasil Mulher, n. 1, p.8).

Sob a vigência do AI-5, o jornal faz uma entrevista com Luis Inácio da Silva, o Lula, que começava a reorganizar o movimento sindical. Lula enfatiza a docilidade da mulher nas relações de trabalho. A matéria traz ainda dados de pesquisas de Paul Singer e Eva Blay. O trabalho feminino é um dos principais temas abordados nas pesquisas acadêmicas na linha dos estudos feministas e de gênero que começam a ser desenvolvidas nas universidades.

É interessante notar que muitos direitos trabalhistas das mulheres ainda não foram conquistados, mesmo que a inserção destas no mercado de trabalho seja significativa. A estabilidade no emprego no período da gravidez e os quatro meses de licença após o parto são um exemplo. Assim como a discussão do trabalho noturno que vai estar presente em muitas edições.

A proposta da diagramação é jogar com esta ambiguidade em que, ao mesmo tempo que a mulher se insere no mercado de trabalho, valendo apenas um salário mínimo, é barrada como se fosse uma intrusa. Na página oito, num quadrado preto, o título da matéria “Maria Salário Mínimo” e na seguinte, no canto inferior, a frase “Proibida a entrada de pessoas estranhas” (anexo 4 e 5).

“(…) eu pautei essa matéria com a Marina e ela partiu para fazer com tudo e era difícil fazer, chegar lá, não foi uma matéria fácil, não, convidar o Lula, não tinha a projeção (...) ele olhava as mulheres com desconfiança (...), eu acho que ela foi competente, (...) e eu pelo que eu saiba é a primeira vez que o nome do Lula rolou e rolou, inclusive, fora do país porque este jornal ia também para outros países, dos exilados, ia para a mão desse pessoal muito” (LOPES, 2001b).

Outra matéria importante é a entrevista com a boliviana Domitila de Chungara que organizou as mulheres dos mineiros coordenando um movimento em torno de

melhores condições de trabalho e salário. Ela é um ícone das mulheres dos movimentos sociais que lutaram naquele momento histórico contra as ditaduras questionando a estrutura da sociedade que cria os excluídos. Por suas atividades ela deixa o país e vai com a família para a Europa. Na chamada de capa o jornal frisa que é preciso que as mulheres conheçam Domitila.

O jornal também dedica espaço para rechaçar a polêmica matéria publicada no tablóide Opinião, na edição de 24/10/75, na qual o editorial do número zero e o próprio Brasil Mulher são alvos de críticas. Para responder a estas críticas Joana edita cartas recebidas de leitores, colaboradores, feministas e textos assinados que se referem à jornalista e à polêmica.

O editorial se concentra no ano Internacional da Mulher e ressalta que as ações propostas pela Organização das Nações Unidas foram bem recebidas pelas latino-americanas.⁴⁰ Então este editorial é um líbelo pela luta emancipatória, libertária que inclui toda a humanidade – homens e mulheres - e defende a posição do Brasil Mulher, se referindo ao editorial do número zero, sem atacar o Opinião. O texto também faz críticas às revistas femininas.

Neste número se faz referência à Sociedade Brasil Mulher criada, segundo Joana, antes da edição do número zero para dar suporte à publicação.

“(...) agora chega o ano de 75 do Ano Internacional da Mulher e fica claro, o que eu estou falando para você é sempre no nome próprio, esse grupo, ele é um grupo frágil como grupo. Ele também vai se engajar na medida que vai caminhando e vai se desengajar na medida que vai caminhando também. Diferente do Nós, de algumas mulheres afinadas com o princípio da luta da mulher se reúnem e vão. Aqui o que reuniu foi a opinião política, então, (...), eu não vejo muita diferença em termos políticos do que aconteceu na formação do grupo do Brasil do que aconteceu em outros jornais alternativos da época” (LOPES, 2001b).

O número um marca a ampliação do grupo e a entrada de mulheres ligadas à várias tendências da esquerda e aos partidos que estão na clandestinidade. Através do relato de Joana dá para perceber que este fato é saudado por ela como uma forma de se ampliar as discussões dentro do Brasil Mulher, “arejar” o debate sobre as questões femininas.

Mas, por outro lado, a ampliação do grupo irá significar a ruptura definitiva com Terezinha Zerbini que passa a não participar mais efetivamente do jornal. Seu nome,

⁴⁰ “Cabe aqui observar que enquanto essa iniciativa estava sendo apontada pelos movimentos de liberação das mulheres em sociedades liberais avançadas como uma tentativa capitalista e imperialista de ‘recuperar’ e neutralizar os conteúdos mais globalmente contestatários do feminismo, transformando-o num mero movimento de emancipação em luta pela integração feminina no desenvolvimento econômico e social dos países ‘subdesenvolvidos’, no Brasil ela abriu um campo de possibilidades há muito restrito e limitado pelo regime autoritário” (Goldberg, 1987, p. 95).

entretanto, irá figurar no Conselho Editorial até o número seis.

As posturas divergentes em relação à anistia levaram a esta ruptura. Enquanto, Terezinha defendia a restrição da concessão de anistia para exilados e presos que participaram de atos considerados terroristas pelo regime, a maioria do grupo considerava que a anistia deveria ser irrestrita.

“Então do zero para o um tem uma modificação social muito grande no jornal. Então tinha representante do PC (Partido Comunista), do PC do B (Partido Comunista do Brasil), tinha da AP (Ação Popular)⁴¹, tinha todas as forças da esquerda, tinha gente do Centro Cristão, tinha gente de todos os lados representados e da Terezinha Zerbini. (...) quando ela viu que existia uma articulação, ela não esperava, ela nunca tinha conseguido de fato uma reunião de uma maneira tão ampla com grupos de mulheres e movimento social. Ela tinha uma penetração mais no âmbito da burguesia, ela estava lutando para se inserir, para abrir e de fato o Brasil Mulher é que fez isso. Ele foi cunha, porque quando ela viu estava uma representação enorme ali, mas em função da credibilidade que o jornal deu. O jornal tem isso, né? Olha tem um jornal, né, quer dizer, empresta uma força, dá uma força, a gente passa de peso contra para peso médio. Aí, ela viu uma reunião importante de representações de mulheres que podiam trabalhar para a campanha da anistia via jornal, mas aí fica muito claro que aquela reunião, que aquele grupo de mulheres, aquele coletivo tão amplo ia querer uma anistia irrestrita porque a esquerda estava em peso nisso e a anistia era irrestrita e não ia fazer o jogo de maneira nenhuma do centro esquerda (...)” (LOPES, 2001b).

⁴¹ Partido Comunista Brasileiro : “Fundado em março de 1922, em Niterói, RJ, sob o impacto do sucesso da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia. (...) O surgimento do PCB marca o declínio do movimento operário no anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na direção das lutas operárias. (...) Após o golpe de 1964, a direção do PCB se divide na avaliação do golpe. Um setor expressivo, com nomes como Carlos Marighella, Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, e a maioria dos dirigentes mais jovens alinham-se em torno da análise da autocrítica do comportamento do partido, antes e durante o golpe militar. (...) O PCB foi o único partido que teve seu aparelho orgânico preservado quase intacto após o AI-5, que arrasou as organizações guerrilheiras, e considerou-se fortalecido ‘moralmente’ com a derrota dos grupos que se lançaram à luta armada. Mas, à medida que o aparelho repressivo do regime militar teve assegurado seu controle sobre a ação das organizações armadas e dos grupos marxistas tidos como mais radicais, volta-se para a aplicação de um plano de aniquilamento do PCB. No triênio 74/76 é vítima de feroz repressão” (COLLING, 1997, p.137-138).

Partido Comunista do Brasil : “O PC do B sempre reivindicou ser continuador autêntico do partido fundador em 1922, apontando a data de 1962 como um mero momento de ‘reorganização’. Teve até 1964 uma linha de atuação marcada por uma postura à esquerda do PCB. No campo da estratégia, o PC do B desfechou intransigente crítica à linha pacífica do PCB. (...) Adota a fórmula maoísta do ‘cerco das cidades pelo campo’. (...) De 1968 em diante o PC do B conseguiu desenvolver um trabalho de aproximação com a Ação Popular – AP. Em 1972 absorve a parcela majoritária da AP, estabelecendo vínculos com inúmeros trabalhos da Pastoral Popular. (...) Desde 1966, o PC do B dedicava-se à implantação de quadros partidários numa área ao sul do Pará, Araguaia, eleita para o futuro embrião do Exército Popular Guerrilheiro. (...) Para dar combate ao Exército, o PC do B constituiu as Forças Guerrilheiras do Araguaia (...). Em seu desfecho em 1974, os militares esmagaram o agrupamento guerrilheiro. Em 1978 o PC do B desvincula-se publicamente do PC chinês e do maoísmo, mantendo a partir daí ligações com a Albânia (...)” (COLLING, 1997, p.139-140).

Ação Popular : “O espírito da ‘Revolução Cultural’ provocou uma campanha de proletarização dos militantes da AP, que consistia em deslocar para o trabalho em fábricas, ou para o meio rural, centenas de membros da organização, numa tentativa de transformar sua composição social, marcadamente de classe média. (...) Em 1971, quando já era adiantado o processo de aproximação da AP com o PC do B, a organização modifica seus estatutos e passa a se intitular Ação Popular Marxista – Leninista do Brasil. A unificação acontece após acirrada luta interna que dividiu os dirigentes da AP. Uma grande parcela da organização incorpora-se ao PC do B, e outro setor mantém a AP como organização independente. De 1973 em diante, o grupo que rejeitou a incorporação passa a ser conhecido como AP Socialista (...)” (COLLING, 1997, p.141-142)

A postura de manter Terezinha Zerbini no Conselho Editorial, segundo, Joana era uma estratégia política pois o Brasil Mulher continua tocando nas questões da anistia. Por outro lado, é intrigante esta postura, porque Joana conta que Terezinha fazia questão de negar qualquer ligação com o grupo. Terezinha referia-se à Joana como “terrorista”. Após o rompimento, a ilustradora Lila Figueiredo, que pertencia ao grupo fundador do Movimento Feminino pela Anistia liderado por Zerbini, permaneceu no jornal.

“Então, praticamente o Brasil Mulher com a saída da Terezinha Zerbini, que o Movimento Feminino pela Anistia era ela, nem tinha o grupo e o que aglutinou e criou o grupo foi o Brasil Mulher, nós não perdemos mulher nenhuma, só ganhamos. (...) O fato me mostrou mesmo com a debilidade do zero que eu estava correta, eu não devia ter feito um boletim e sim um jornal e aí começava o desenrolar de um jornal independente. Se o Zero estava atrelado, e ele nasce por isso, e ele está atrelado ali, no um já não está mais. No um mostra que ele devia ser um jornal, aí definiu a minha posição. Porque eu não tinha que passar uma pauta por ela, eu tinha que discutir uma pauta de jornal com jornalistas do jornal e com o coletivo das mulheres. E aí mudou e mudou o rumo. E como ela não quis continuar com a gente e ela fez questão de dizer que a gente tinha se tornado feminista (...). Porque ela imaginou que - algumas mulheres chamavam ela de ‘generalá’, - ela ia fazer a pauta, porque ela queria fazer a pauta e eu digo ‘não dona Terezinha não é assim, não vai fazer a pauta, nós vamos fazer essa pauta em conjunto com a participação do Movimento pela Anistia’. Mas era uma mulher excessivamente autoritária né, (...) e eu falei ‘não, nós vamos decidir isso numa pauta de editor, de reunião que é normal’. E essa era uma posição serena, não era uma posição de briga, uma posição que era normal que é assim, não tem outra, não tem outro objetivo senão fazer o jornal em conjunto como sempre estava habituada a fazer, né. E é assim que entendo um jornal, é realmente um esforço coletivo, mesmo que hoje em dia seja menos ou mais ele sempre é de uma maneira um esforço coletivo. Isso ela não conseguia entender. E muito menos (...), que a gente não estava ali para obedecer as ordens. Tudo isto este conjunto de coisas determinou não o fechamento do jornal, mas a saída dela. Porque eu disse ‘não quem deu esse nome do jornal fui eu, eu estou assinando o jornal como editora’, porque corria o risco dela levar o nome do jornal junto como sendo criadora do jornal, como algumas entrevistas ela deu falando do Brasil Mulher como fundadora, como criadora, isso não é verdade, isso não é verdade. Ela não levou porque tinha grupo e eu disse ‘não, a senhora não vai levar o Brasil Mulher. O Brasil pertence a um grupo de mulheres e a um outro tanto de mulheres que chegaram’. Então ela resolveu fazer o Maria Quitéria⁴² e não apareceu mais no Brasil Mulher” (LOPES, 2001b).

⁴² “Maria Quitéria foi lançado em maio de 1977 e como porta – voz do MFA. (...) O jornal, mini-tablóide, era totalmente voltado à temática da anistia” (KUCINSKI, 1991, p. 81).

Edição número dois – 1976

Mulheres em movimento

O grande episódio referente ao número dois do Brasil Mulher é a publicação das fotos produzidas pelo jornal Movimento para a edição de número 45 cujo tema central era “O trabalho da Mulher no Brasil” e que foi censurada. A foto de capa do Brasil Mulher (figura 3) é um flagrante de uma moça banhada por uma luz muito clara com a mão tampando a boca, desolada. A chamada principal "O Movimento, das mulheres, foi proibido" anuncia a matéria interna.



Figura 3: Capa Brasil Mulher, n. 2

A foto de capa remete à violência, ao abandono. A mulher flagrada estava perdida na rodoviária de Londrina e foi vista por Joana e Chico Rezende. Joana trabalha a informação da foto e da chamada principal da capa de forma ambígua referindo-se à censura à edição do jornal Movimento que trata das mulheres e como isto fere o movimento das mulheres.

Algumas fotos das matérias censuradas são publicadas neste número sob o título “Você, Mulher” grande, no alto das páginas duplas da edição (anexo 6 e 7). O jornal também publica uma entrevista com Raimundo Pereira, editor do Movimento, que traz dados levantados pela reportagem do tablóide sobre a relação mulheres e trabalho. Para o Brasil Mulher, que publicou Maria Salário Mínimo na edição anterior, esta matéria significa um aprofundamento do tema.

Joana lembra que, ao apresentar a proposta de publicar o material censurado para o grupo, tinha a consciência de que a responsabilidade da publicação cairia sobre ela e a diretora da Sociedade Brasil Mulher, Laís Oreb. Por conta disso, ela é chamada na Polícia Federal para esclarecimentos e a edição número dois do Brasil Mulher é recolhida das bancas. Foi a primeira vez que o jornal sofreu uma censura explícita. “E foi aí que as mulheres da Federação Alemã, da Federação Americana, de vários lugares do mundo mandaram cartas ao governo brasileiro (...) eu estava realmente ameaçada” (LOPES, 2001b).

Ela conta o seu hilariante encontro com um delegado da polícia federal que pedia explicações sobre a edição do Brasil Mulher.

“E eu entrei num gabinete, isso foi o início da história respondendo a um delegado da polícia federal sobre o Brasil Mulher. Ele tinha uns números na mesa dele. E era um homem absolutamente ridículo, horroroso, e o pior que quando eu estou olhando e tinha um advogado comigo, tinha, Doutor Juarez, e que tinha dito para que eu não abrisse a boca. E quando eu estou olhando para a cara do delegado da polícia federal, muito seriamente, eu olhei na mesa dele e vi uma fotografia dele numa pescaria com um barrigão e com um short para baixo da barriga e um peixe. Gente eu parecia que ia ter um ataque de riso do mais violento! Eu pedi licença, eu juro para você, eu mijava nas calças. A cara do cara com aquele short medonho com um peixe e eu sentada ali falando do Brasil Mulher e o cara me ameaçando de prisão. Sabe, foi completamente louco” (LOPES,2001b).

Joana avalia, entretanto, que os militares subestimavam o movimento feminista e o movimento de mulheres por isto a censura era mais amena. Para ela esta inferiorização estaria ligada a uma visão cultural masculina própria da sociedade patriarcal. Se de um lado refletia este olhar enviesado pela tradição cultural, de outro era conveniente para o movimento, dando possibilidade às mulheres seguirem adiante podendo ousar. Outro fator importante, na opinião de Joana, era que 1975 tinha sido instituído o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas e isto conferia uma certa dose de “proteção”.

“Então eu acho que uma série de fatores protegiam a gente, mas até um limite. Quando eu começo a publicar as matérias do Movimento e enfrento eles e digo assim ‘ora, vocês não me deixam publicar, mas eu publico’. Como? (...) Porque, enquanto, eles viam o Brasil Mulher enquanto uma manifestação das mulheres (...)era uma coisa, quando eles começaram a perceber a ligação das mulheres com partidos políticos, com seus companheiros como eles sempre apontam os militantes homens, aí a coisa complicava” (LOPES, 2001b).

A foto de capa também se relaciona com outra chamada: “Mulheres domesticadas pelas leis brasileiras”. É preciso lembrar que ao longo dos anos 70 há discussões importantes em relação a avanços de direitos na legislação brasileira para as mulheres como a Lei do Divórcio e a proposta de revisão do Código Civil⁴³. O jornal também anuncia a matéria do próximo número que irá dar continuidade à discussão sobre o controle da natalidade

Nas páginas 10 e 11, na seção Rosa dos Ventos, a ilustradora do Brasil Mulher, Lila Figueiredo, conta as histórias do jornal, a sua fundação, as reuniões de pauta e as façanhas para conseguir imprimi-lo. Com um traço delicado e detalhista traduz, inclusive,

⁴³ Apesar de haver um projeto de Lei tramitando no Congresso desde 1975 as alterações no Código Civil, instituído em 1916, foram aprovadas somente no ano passado. No dia 10 de janeiro de 2002 o presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, sancionou o novo Código que deverá entrar em vigor dentro de um ano. Com o novo Código a maioria civil passa de 21 para 18 anos, o homem recém casado não pode mais devolver a mulher alegando que ela não era virgem, estabelece a igualdade de direitos entre os cônjuges e as mães solteiras passam a formar família com seus filhos.

os embates políticos internos com Terezinha Zerbin.

“Isso é quadrinho bom, ela conta as histórias das dificuldades de edição. Porque aí nessa altura eu já estava correndo com o jornal debaixo do braço, sabe, porque não podia mais entrar na Folha de Londrina. (...) além da questão da anistia tinha a questão das mulheres, tinha a organização do grupo de mulheres, então, foi acumulando, o balaio ficou cada vez mais pesado de subversão” (LOPES, 2001b).

O editorial se refere explicitamente ao feminismo e ao Movimento de Libertação da Mulher, que é mundial. É interessante verificar o avanço em direção às discussões mais específicas do movimento feminista. Joana conta que havia dificuldades internas em avançar também pela presença de Terezinha Zerbin. Um dado importante é que em 1976 o jornal alternativo feminista Nós Mulheres foi lançado fortalecendo o movimento.

“O Nós Mulheres era um bloco de mulheres privilegiadas, elas, era um bloco homogêneo de feministas era uma influência francesa das Ediciones des Femmes, intelectuais, o Brasil Mulher era aberto, tinha jornalista, tinha isso, tinha aquilo, tinha professora. Se destinava a um outro movimento, era um movimento aberto e como movimento aberto tinha uma tarefa política que era a tarefa política imediata que estava, que era nossa. Então, se você vê a abordagem política dos dois jornais você vai ver que a diferença política é notória. Se nós perdíamos de um lado em matérias, em editorias, em matérias de fundo, com peso devido e que realmente as mulheres mereciam, por outro lado, a gente ganhava na atualidade” (LOPES, 2001b).

Se havia diferenças de estratégias o editorial do Brasil Mulher procura enfatizar, entretanto, o fortalecimento do movimento feministas naquele momento.

“O Brasil está pouco a pouco, timidamente, entrando para o grupo dos países onde o feminismo – Movimento de Libertação da Mulher – se afirma e se organiza. A nossa atual circunstância e o nosso estágio de compreensão com relação ao feminismo, exige que compreendendo a opressão, a partir de suas próprias relações com a sociedade, e motivadas para levar esta compreensão a outras mulheres, a mulher brasileira o faça sem temores, questionando para esclarecer que ser feminista é ser participante: é ir além das simples obrigações e direitos de cidadã conformada com alguns favores legais. É entender que a cadeia sem quebra de elos que há séculos oprime a mulher dos pés à cabeça poderá ser quebrada. É sobretudo não negar que a opressão existe ainda que contribua para sua atenuação os bens materiais, um status garantido na sociedade e até mesmo uma profissão liberal” (Brasil Mulher, n. 2, p.2).

E no editorial, o grupo do Brasil Mulher assume uma postura radical em relação à necessidade premente das mulheres se engajarem nas lutas feministas.

“Cada mulher que se recuse a compreender e aceitar a verdade é uma inimiga de todas as mulheres que fazem dupla jornada de trabalho, que trabalham com os filhos pendurados nas cadeiras, que sofrem discriminação salarial, que recebem ‘cantada’ a que muitas vezes são obrigadas aceitar diante da insegurança de perder o ganho para sua sobrevivência. É preciso que partamos sabendo que poucas de nós estão preparadas, que é preciso aprender muito estudando e discutindo, com mulheres e homens, para destruir com nossa ação os condicionamentos e as estruturas que se formaram à nossa volta como muros de pedra” (Brasil Mulher, n. 2, p.2).

Edição número três – 1976

Mulheres fora do lar

Esta edição traz estampada na capa (figura 4) uma senhora com um filho no colo, uma matuta, cigarrinho no dedo, olhando francamente para a câmara. A chamada principal refere-se ao movimento de mulheres: “Discussão do custo de vida na boca de 4 mil pessoas”.

Na página dois o jornal publica uma carta assinada por uma organização de mulheres da periferia da capital paulista endereçada ao presidente da república questionando a situação econômica do país. A ação das mulheres do movimento da carestia é o destaque das páginas centrais do jornal. A matéria, sob a rubrica Economia Brasileira, traz dados do Departamento Sindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) e discute pontos sobre o trabalho feminino.

É interessante que através das declarações dos entrevistados vai se costurando um discurso de questionamento ao regime, sua política baseada no “milagre econômico”, a censura, a cassação de mandatos, a restrição da liberdade. Joana vai desenhando este panorama através dos depoimentos com maestria. Esta sutilidade que lhe é peculiar já era marca registrada em seus questionamentos ao regime na coluna “Lance Livre” na Folha de Londrina.

O movimento de mulheres tem uma grande força neste momento, inclusive, desde o início dos anos 70 antes da organização efetiva dos grupos feministas.. São grupos que trazem o questionamento da realidade em si, mas não se aprofundam na discussão e nas estratégias de interferir em mudanças na condição da mulher.

A luta das mulheres é destacada, na seção Rosa dos Ventos, com uma matéria sobre a participação feminina na Colônia Cecília que foi uma experiência anarquista no sul do Brasil.

Como anunciado na edição anterior, o Brasil Mulher traz um novo enfoque sobre o controle da natalidade. A chamada de capa propõe uma reflexão : “Devemos jogar



Figura 4: Capa Brasil Mulher, n. 3

nossas pílulas fora?”. As matérias do Brasil Mulher sobre o assunto têm um caráter de informação, pois as mulheres desconheciam seu corpo.

Discutir as questões ligadas a sexualidade ainda era tabu na sociedade brasileira e isso se reflete obviamente no grupo do Brasil Mulher. Nos anos 70, as revistas femininas ou qualquer veículo da imprensa não podiam publicar o nome dos órgãos sexuais tanto masculinos quanto femininos.

“Desde os anos 50 até meados de 70, a censura interna das editoras e a censura governamental permitiam avanços extremamente vagarosos no tratamento da questão sexual. Não se podia, por exemplo, nomear as partes do aparelho genital feminino, mesmo pelos nomes científicos; só era possível descrevê-los. Havia problemas para publicar desenhos, ainda que esquemáticos; fotos eram praticamente proibidas” (BUITONI, 1986, p.66-67).

Na matéria interna “Pílulas : solução ou problema?” é possível perceber a ampliação da discussão sobre o tema da pílula, do controle da natalidade e, principalmente, de outras formas de contracepção. O jornal volta a questionar a forma que a pílula é prescrita pelos médicos e seu uso indiscriminado. A matéria traz novamente à cena a discussão de qual a melhor forma de utilizá-la em benefício da mulher, respeitando a sua liberdade de escolha.

Também é abordada a questão do aborto clandestino ou caseiro. Num box, o jornal informa sobre as pílulas que não funcionam ou que produzem efeitos colaterais. Através de depoimentos de maridos e casais, o jornal mostra como o uso da pílula ainda está culturalmente relacionado com a libertinagem e a traição. Sem dúvida um traço machista da sociedade brasileira. Alguns entrevistados chegam a afirmar que não aceitam e não permitem que suas mulheres façam uso de anticoncepcionais para evitar a possibilidade de serem traídos.

O editorial discute a questão do espaço doméstico destinado à mulher, a questão do trabalho fora do lar e a dupla jornada. Enfatiza também a discussão sobre quando a mão de obra feminina começou a ser valorizada e a mulher incentivada a trabalhar. Isto ocorre, invariavelmente, devido ao aumento da demanda de produção ou à ausência da força

de trabalho masculina como nos períodos de guerra, por exemplo.⁴⁴

Além do fator econômico, ressalta o fator cultural que acaba por estabelecer a norma de que lugar da mulher é apenas em casa levando a outra afirmação presente na sociedade como a de que o casamento “ainda é emprego para muitas mulheres”. A falta de reivindicação da mulher no trabalho e a formação de grupos de auto consciência no mundo todo também é outro ponto levantado pelo editorial.

Na página dois, junto ao editorial, são publicadas, em seqüência, como forma de publicidade do próprio veículo, as capas das edições passadas. No lugar da capa da edição seguinte à número três é destinado um quadrado preto com uma interrogação e as frases que convocam as leitoras: “Como será o próximo número? Ele depende unicamente de você”.

Edição número quatro – 1976

Os nossos estão sem terra

A capa desta edição (figura 5) é uma ilustração da silhueta de duas crianças contra a luz. A chamada grande “Os nossos estão sem terra” relaciona-se com a menor logo abaixo que contrapõe “Nossos professores estão sem escolas”. Este jornal introduz em sua pauta o assunto dos sem terra que irá se repetir em outras edições.

A matéria das páginas de espelho informam sobre os conflitos no Pará entre posseiros e o proprietário americano que distribui anticoncepcionais para as mulheres, despejo de posseiros no oeste do Paraná, além dos vários casos de padres



Figura 5: Capa Brasil Mulher, n. 4

⁴⁴ Na coleção História das Mulheres, especialmente no volume V que se refere ao século XX, há inúmeros artigos que abordam a questão da convocação da mão de obra feminina em determinados períodos da história em que era preciso uma força de trabalho extra, além da masculina. Os períodos das duas grandes guerras mundiais é um exemplo de aumento de solicitação da mão de obra feminina, pois os homens estão nos fronts assumindo uma postura de guerreiros e defensores que lhes é impingida também culturalmente. “A guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores” (THÉBAUD, 1991, p.49).

perseguidos por tentar denunciar os crimes nos latifúndios e apoiar os posseiros como Dom Pedro Casaldáliga.

Em um box o jornal entrevista o presidente da Associação Nacional de Reforma Agrária, José Gomes da Silva, que ressalta o problema da “superposição” dos títulos de propriedades recorrente no Sudoeste do Paraná e na Amazônia. Critica também a postura do governo em reunir no mesmo órgão a questão da colonização e da terra numa tentativa de diluir a questão da reforma agrária.

“Esta medida bloqueou qualquer tentativa de Reforma Agrária porque a entidade não vai deixar de lado a colonização da Amazônia com todo o seu apelo nacionalista e sabor popular, para enfrentar uma tarefa difícil e com uma série de complicações políticas, como é a da Reforma Agrária. Colocar a Reforma Agrária junto com a colonização significa simplesmente não fazer Reforma Agrária” (Brasil Mulher, n. 4, p.9).

Há uma imagem dos anos 70, relacionada ao regime militar, que faz parte do imaginário dos brasileiros: desbravadores de áreas ainda inóspitas do Norte do Brasil e no estado do Mato Grosso. A concentração de terras e o início da ação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o projeto Jari que teve apoio irrestrito do governo militar, a construção da Transamazônica e a tentativa de publicização da Amazônia através do programa de televisão, transmitido pela Rede Globo, “Amaral Neto, o Repórter”.

O assunto está conectado com o editorial que critica a estrutura agrícola arcaica brasileira, a concentração de terra e a instalação de empresas capitalistas na Amazônia. São casos de trabalho escravo que foram denunciados naquela época. Os proprietários contratam os trabalhadores que antes mesmo de ganharem os seus salários acumulam dívidas referentes à alimentação e até às ferramentas que usam. Este tipo de “contrato”, que reproduz o trabalho escravo, ainda é detectado em fazendas pelo país.

O jornal também faz referência a um documento da Igreja condenando o latifúndio, a mecanização e a transformação de muitas áreas agrícolas em pastagens. Estes fatores vão provocar fatalmente o êxodo rural que é temática presente na discussão sobre a agricultura nos anos 80. Outras chamadas de capa relacionam-se com o tema e remetem para a matéria sobre a história das portuguesas que participam de acampamentos e organizações de reforma agrária.

A exclusão da mulher da arena social e do trabalho é discutida na matéria “Mulher brasileira quer o seu lugar”, que também é chamada de capa. Com base em dois trabalhos apresentados na 28ª reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) o jornal retorna à discussão sobre o ingresso das mulheres ao mercado de trabalho e

aponta o machismo, entendido como normas culturais impostas aos homens como um dos fatores essenciais para determinar-se o “lugar” da mulher por meio de uma “ideologia da feminilidade”.

Em relação ainda à reunião da 28ª SBPC o jornal noticia que durante o evento os pesquisadores discutiram a cassação dos professores universitários e ratificaram a premência de anistia ampla e irrestrita. Sob a rubrica Anistia a matéria informa ainda sobre a moção tirada na reunião que defende o fim do “atestado Ideológico”, do Decreto 477 e a volta dos professores afastados.

A matéria “Nascer ou não nascer?” refere-se ao programa de planejamento familiar do governo federal que opta por não utilizar mais o termo “controle da natalidade” para não ligar o seu projeto à BENFAM que distribuiu pílulas indiscriminadamente e fez esterilizações em massa no Norte e Nordeste. A principal crítica ao projeto do governo é a utilização do planejamento familiar para mascarar a discussão sobre a equalização da riqueza. Então, em suma, o projeto não seria destinado para dar liberdade de escolha à mulher, mas para servir como mais um instrumento do sistema patriarcal.

Outros temas destacados na edição referem-se à experiência de uma cooperativa na seção Economia Brasileira, uma entrevista com a editora da Ediciones des Femmes na Arte e Comunicação e o anúncio da chegada do jornal Nós Mulheres financiado pela atriz Ruth Escobar, no Brasil Correio.

Joana analisa a edição e ressalta a idéia de publicar as capas incentivando a participação das leitoras.

“(…) continua a discussão da questão da concepção, né, da questão da maternidade, continua a discussão sobre a terra, a discussão social, e aqui eu invento essas coisas de ficar publicando as capas para fazer o feedback (...). Tem uma aí que eu publico todas as capas. E isso acabou sendo adotado agora no caso de alguns rubricam as capas passadas, né. Este tipo de coisa não era comum no jornalismo, nos alternativos (...) este anúncio é muito sintomático da maneira de ver a comunicação, de ver a relação do jornal como um todo, eu falava que ‘atinge o quinto número que está sendo feito com o dinheiro da sua venda, com a força de trabalho de homens e mulheres’ (...) ‘participe do próximo número’ (...) Divulgue a imprensa democrática’, é um negócio incisivo” (LOPES, 2001b).

Edição número cinco – 1976

Terra e Creche: direitos da mulher

Muito significativa a imagem da capa (figura 6): uma mãe com uma criança no colo que está protegida por uma manta cobrindo a cabeça, como numa imagem de santa,

de criança de procissão de dia santo. Abaixo a chamada “Elas são a metade do céu”. A matéria interna relativa a esta chamada centra-se na visão de Mao Tsé Tung, que morreu em 1976, sobre a questão das mulheres.

Na verdade, o título da matéria foi extraído da declaração de uma camponesa chinesa que participava da Revolução Cultural, argumentando que as mulheres tinham direito a participar das atividades políticas e de todas as decisões porque, citando Mao, “representamos a metade do céu”.⁴⁵



Figura 6: Capa Brasil Mulher, n. 5

As páginas centrais são dedicadas ao relato da história de uma pequena agricultora que juntamente com seu marido, comprou uma propriedade rural em São Jerônimo da Serra, interior do Paraná, cujo dono tinha uma dívida junto ao Instituto Brasileiro do Café. O acordo da compra foi feito através do Banco do Estado do Paraná e com um financiamento junto à instituição financeira para plantio. Os novos proprietários poderiam pagar a terra que haviam comprado assim que colhessem a primeira safra.

O financiamento, porém não foi liberado porque a terra não estava em nome dos dois e o avalista do antigo proprietário, o delegado da cidade, tinha grande interesse na propriedade. No decorrer da matéria, a lavradora relata na primeira pessoa a sua peregrinação para resolver a questão, a perseguição à sua família após a morte do marido e as humilhações que sofre e sua prisão por tentar salvar o pedaço de chão.

Em duas edições subsequentes a questão da terra é tema central num momento em que o país vive sob um regime que dizimou as ligas camponesas no início da década de 60. Entretanto, calar as organizações não foi suficiente para que a luta pela terra e

⁴⁵ Até a década de 80 as feministas alinhadas à esquerda consideravam referencial a política de Mao Tsé Tung em relação às mulheres. No livro “La Mitad del Cielo – el movimiento de liberación de las mujeres en China” de Caludie Boyelle (Siglo Vintiuno Editores S.A, 1977), com prefácio de Han Suyin, esta posição é reafirmada. Mas este posicionamento se modifica a partir da denúncia de ações de Mao que contradizem o seu discurso político relacionado às mulheres. O livro Cisnes Selvagens – Três filhas da China, de Jung Chang (Companhia das Letras, 1991) mostra uma outra face da Revolução Cultural e da China maoísta.

as desigualdades no campo fossem extirpadas. Esta questão está presente na clandestinidade das articulações e o seu resultado será certamente o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na década de 80.

Nesta edição o Brasil Mulher introduz na capa uma temática presente não apenas no movimento de mulheres, mas também nas reivindicações do movimento feminista brasileiro: as creches. Logo de início a pergunta: “com quem ficam nossos filhos quando a gente vai trabalhar”. As mulheres obrigadas a se integrar ao mercado de trabalho para “aumentar as riquezas do país” não recebem a contrapartida das empresas que seria a construção de creches como benefício trabalhista para as mães.

A discussão sobre as creches será uma das bandeiras das lutas feministas que se iniciam nos anos 70 e entram pela década de 80. Na verdade, a lei garante o direito à creche, mas o jornal denuncia que muitas empresas preterem a admissão de mulheres devido a esta exigência. Para Joana, este era um dos grandes temas do jornal porque “ela (a mulher) é a responsável, é a que vai tomar conta” (LOPES, 2001b).

Na página 14 a então deputada federal Ivete Vargas – que na capa é chamada de Alzira - relembra a luta pela Anistia no governo de seu tio Getúlio Vargas e analisa a inserção da mulher na política. Para ela a mulher é tratada como “força de reserva” no mercado de trabalho. Apesar da deputada lembrar a trajetória da Federação da Mulher Brasileira, criada na década de 50, ela fala sempre dos trabalhadores, dos patrões, no gênero masculino, mas não se refere especificamente à questão do trabalho feminino e suas particularidades. Não podemos negar a importância desta matéria, publicada após a morte da primeira mulher que assumiu um cargo legislativo, a paulista Bertha Lutz, como registro histórico.

O editorial é dedicado à comemoração de um ano do jornal resgatando a sua história desde Londrina, a criação da Sociedade Brasil Mulher e anunciando a mudança de sede do jornal para a Rua Oscar Freire, em São Paulo.

Edição número seis – 1976

Nós somos as mulheres

Considero o número seis muito simbólico porque mostra a abertura para a discussão sobre o movimento feminista no mundo com textos abordando as lutas das espanholas e das italianas (figura 7). A seção Rosa dos Ventos tinha este caráter de trazer

informações para as mulheres brasileiras sobre as discussões no mundo inteiro e, segundo Joana, a maioria das matérias eram produzidas por ela mesma.

Foram muitas as suas viagens, especialmente à Europa para divulgar o Brasil Mulher. Oficialmente, o jornal mantinha uma correspondente na França. Joana explica que a jornalista londrinense Linda Bulik, que vivia em Paris, constava como correspondente internacional no expediente, mas se tratava apenas de uma questão estratégica. “Na verdade o jornal tinha penetração em Portugal, na França, na Alemanha via grupos de mulheres que tinham um comprometimento político” (LOPES, 2001b).

Os contatos com os grupos de mulheres no exterior se estreitou ainda durante o período em que Joana esteve na França. Joana tinha um companheiro francês e chegou a sair do país na intenção de se fixar na Europa onde poderia prosseguir com a sua militância no movimento feminista através da divulgação do trabalho desenvolvido pelo Brasil Mulher.

“(…) a partir da operação Marumbi ele ficou desesperado com a situação das esquerdas. Era um cara do PC francês, mas na verdade para ele era uma coisa ‘eu não agüento mais ir de um país para outro encarando isso e agora no Brasil toda essa violência e eu vou voltar para França você vai comigo’. Então, nós íamos levar a família toda. Eu pensei, bom, quem sabe eu consigo conciliar as duas coisas. Trabalhar com o Brasil Mulher lá fora, trabalhar num grupo de mulheres e tudo e não abrir mão do casamento que era isso que eu não queria, que acabou acontecendo. (...) ele tinha vindo da África e se ele voltasse voluntariamente para a França o Ministério das Relações Exteriores, era a terceira vez que acontecia isso, ele não poderia mais sair da França. Tinham duas questões essa que ele estava indo de um país para o outro, ditaduras, sofrimentos, e ele não poder sequer trabalhar politicamente no país dele e a outra questão que complicou com o nosso conhecimento e a nossa convivência porque a chancelaria achava que a gente ia casar e eu não ia casar. Complicado de como resolver esta situação matrimonial para a chancelaria, então, a gente teve uma conversa com o chanceler no Rio e ficou decidido que ele voltava. E se voltasse para a França e eu tivesse com ele lá não tinha problemas nenhum, mas eu não podia ser removida junto com ele para outro país então ficou decidido que a gente ia para a França. Então eu ia trabalhar no Brasil Mulher, no movimento das mulheres e ia tentar conciliar a minha vida pessoal com a minha vida política. Então, eu fui para a França com o destino do Brasil Mulher, para organizar e trabalhar tudo que o Brasil Mulher tinha para fazer, tinha que fazer as reuniões, as discussões com as exiladas e paralelamente eu tentava ver,



Figura 7: Capa Brasil Mulher, n. 6

porque ele não ia voltar ele estava indo para ficar, a possibilidade de me radicar no sul da França (...) para depois levar o resto da família. E foi o que eu fiz tentar esta conciliação da vida pessoal e não deu. Eu tive que voltar para trás e ele ficou e eu voltei e continuei aqui. Durante todo esse tempo eu fui trabalhando o Círculo das Mulheres, em Portugal, na Espanha, na França, e organizando para o Brasil Mulher penetrar, ser vendido. Ele ser porta-voz” (LOPES,2001b).

Outra matéria importante é a que relata a história de Elza Segura, 30 anos, moradora em Tamarana, distrito da cidade de Londrina. Ela foi perseguida pelo delegado - acusado de agenciar as prostitutas da cidade- e a chefe da saúde da cidade de Londrina porque morava sozinha com os dois filhos. Assim como ela, outras mulheres divorciadas ou solteiras são vigiadas e denunciadas por falta de pudor pelas “senhoras” do distrito.

A chefe da saúde pública obrigou Elza a se submeter a exames que eram exigidos às prostitutas da cidade e o delegado chega ao ponto de prendê-la. Esta matéria Joana publicou primeiro no dia 22/09/1976, com o título “Ele é o delegado e nós somos as mulheres” na Folha de Londrina. (LOPES, 1976) Através desta matéria o jornal discute o preconceito em relação à mulher que mora sozinha e que, muitas vezes, é comparada à prostituta. Tamarana é uma localidade do interior do país onde a mulher independente ainda é discriminada.

Além disso, a matéria também coloca em questão o poder policial que é um poder masculino. Até hoje as mulheres sofrem discriminação por parte dos policiais homens quando, por exemplo, procuram uma delegacia para prestar queixa de violência.

“Eu estava saindo do jornal e esta mulher me procurou, ela me abordou. (...) Foi isso, foi no café, no bar, alguém deve ter falado para ela, da minha atitude social, política, alguma coisa do tipo. Essa mulher me abordou e veio contar esta história. E aí eu comecei a trabalhar a história. (...) Absurda. Absurda. Impressionante. (...) É uma história assim que dá um filme (...) é um roteiro, enfim. E aí eu comecei a perseguir a história, até ir para a justiça. (...) Mas, foi importante junto à justiça porque ela acabou conseguindo um passe livre que ela não tinha, né. E chamou a atenção para a situação das mulheres ali naquela área” (LOPES, 2001b).

Comunicação do Povo de Deus é a matéria das páginas 8 e 9 divulgando o documento da Igreja brasileira. É importante ressaltar esta ligação da esquerda com a Igreja e também do movimento de mulheres com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) setor ligado à Igreja Progressista brasileira que se coloca frontalmente contra o regime e a favor dos oprimidos.

A Igreja Progressista toma para si uma atitude de denúncia das torturas, da questão da concentração de terras, de assassinatos de posseiros, de conflitos que são silenciados pelo regime de exceção naquele momento. E estes acontecimentos, com a censura à grande imprensa, ganham espaço nos jornais alternativos. Neste sentido também é

importante frisar que as CEBS tiveram um papel importante na reestruturação do movimento popular, inclusive, do movimento de mulheres.

Joana conta que o Brasil Mulher não tinha ligações com nenhum setor da Igreja, mas a publicação dos documentos oficiais da Confederação Nacional dos Bispos ou divulgados por cardeais de “peso” como Dom Paulo Evaristo Arns ou Dom Héder Câmara eram importantes justamente por ter este caráter de ação de uma entidade “acima de qualquer suspeita” condenando os abusos do regime de exceção.

O tema educação é abordado através da matéria sobre a luta das professoras retomando assunto de edição anterior. O jornal toca novamente nas questões do movimento de mulheres com uma matéria sobre a reivindicação de melhorias no transporte em um bairro paulista.

Edição Especial - Abril de 1977

Brasil Mulher e Nós Mulheres

Esta edição foi elaborada em conjunto com o grupo do Nós Mulheres e é alusivo ao Dia Internacional da Mulher. Considero a foto da capa (figura 8) uma das mais bonitas publicadas na primeira página do Brasil Mulher: uma senhora de cerca de 60 anos gesticulando, com o braço fazendo um grande arco, como se contasse algo numa situação cotidiana. Especialmente nesta edição o jornal abre espaço para os depoimentos de mulheres individualmente e através dos grupos espalhados pelo país.

A chamada abaixo da foto resume a idéia da edição conjunta “Ou lutamos unidas ou morremos de fome - Depoimentos. Reportagens. Manifestos”. O editorial é assinado pelos dois jornais e reafirma a proposta da luta pela libertação da mulher relacionada a luta pelos direitos humanos. “Nós acreditamos que a luta pela emancipação da mulher faz parte da luta pela libertação do Homem. Portanto, deve ser levada não só por mulheres, mas



Figura 8: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, abril de 1977

sim por Mulheres e Homens” (Brasil Mulher, n. especial / abr.77, p. 2).

O texto do editorial também remete à reflexão sobre a construção das identidades de gênero e como as normas culturais estabelecem o que é ser mulher e ser homem. É esta tradição cultural que resulta na exclusão da mulher da esfera social e seu confinamento ao espaço doméstico da casa e dos filhos.

Segundo o editorial, mesmo que a “revolução industrial” tenha requisitado o trabalho feminino, as garantias nos termos das leis trabalhistas são desiguais em relação aos direitos dos homens. O editorial tem uma linguagem clara, quase didática, explicando num dos trechos o que é dupla jornada de trabalho.

As representantes dos dois jornais questionam as leitoras: “Como resolver estes problemas, já que sofremos as conseqüências de uma sociedade que nos limita e impede uma participação maior nas atividades mais gerais?”. Apontam a seguir três “pontos que consideramos importantes para a mulher conquistar”: “maior participação no trabalho produtivo fora de casa”; “maior participação na luta pelas soluções dos problemas de nossa comunidade”; e “maior participação na luta pela solução dos problemas gerais da sociedade” (Brasil Mulher, n. especial / abr.77, p. 2).

Os dois jornais apresentam-se como porta-vozes das mulheres e afirmam que estão em frentes de lutas comuns mesmo com formas de encaminhamento diversas. No editorial o grupo deixa claro:

“Os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres se propõem a ser tribunas abertas para essa luta. Lançamos este comunicado como proposta inicial para ser refletida e desenvolvida. Assim estaremos contribuindo para aumentar o grau de participação de Homens e Mulheres na luta particular da emancipação feminina, ao mesmo tempo que lutamos e trabalhamos pela transformação da sociedade” (Brasil Mulher, Edição Especial / abr.77, p.2).

Joana afirma que os dois grupos mantinham um diálogo de troca de experiências. E que admirava os avanços do Nós Mulheres por discutirem abertamente questões como sexualidade e aborto.

“Porque havia uma proximidade, nós tínhamos coisas para ganhar com elas e elas tinham coisas para ganhar com a gente. Então havia uma troca, mas não de união e não era uma coisa homogênea não, assim todo mundo que se interessava pela temática do Nós Mulheres e por aquelas mulheres, eu, particularmente, me interessava muito. E o fato de ter ido com o jornal para o exterior e ter visto o avanço daquelas mulheres e comparando com o discurso do Nós Mulheres eu via que elas eram mulheres que estavam enfrentando as questões específicas das mulheres (...) com mais clareza do que nós. Mas nós tínhamos uma bandeira política que nós estávamos levando para frente com uma frente ampla de discussão e que era uma coisa que eu queria aprofundar cada vez mais. Mas eu ia cautelosamente tentando avançar, porque tinha que avançar em grupo porque não podia eu avançar autoritariamente como editora. (...) Então eu vejo o Nós Mulheres como um espaço

muito específico do ponto de vista da luta feminista, claramente é o jornal que é específico, de um grupo consciente de mulheres que pega na mão e vai. Então, essa reação, as pessoas dizem o Brasil Mulher não era um jornal de mulheres eu digo ‘ah não, essa não, o problema não é esse’. A questão é na formação inicial destes grupos, é na informação dessas pessoas, e o Brasil Mulher é um jornal que nasceu no interior do Brasil e o Nós Mulheres nasceu no Rio e São Paulo com mulheres com o pé na Europa, entende, é muito diferente. Se você vê o grupo de mulheres do Brasil Mulher se você analisa cada história de vida, cada situação e pega as histórias de mulheres do Nós Mulheres, do grupo inicial você vê a diferença, no nível da informação, conhecimento teórico, da opção, é muito diferente” (LOPES, 2001b).

Soma-se a este editorial uma moção em conjunto clamando pela democracia no país e uma carta das trabalhadoras do setor bancário. Na matéria da página dois, o jornal traz um panorama do que pensam e como estão organizados os grupos espalhados em diversos estados brasileiros. As mulheres discutem seus problemas, a aceitação do movimento pela sociedade e pela própria imprensa.

A matéria “Ou lutamos unidas ou morremos de fome” refere-se ao evento realizado na Fundação Getúlio Vargas promovido pelos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres. Na introdução do texto uma referência à história de como foi instituído o Dia Internacional da Mulher e ao trabalho da alemã Clara Zetkin. O jornal abre espaço para que as mulheres falem sobre sua condição de vida, sua realidade, sobre as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho e para sobreviver à economia recessiva. O destaque é para o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo movimento de mulheres, principalmente, da periferia e o encontro ocorrido na Zona Leste de São Paulo. Na última página o jornal faz uma relação entre a importância do dia 8 de março e o dia 1º de maio. Estas duas datas referem-se à luta por condições de trabalho e salários mais justos.

Edição número sete - Junho de 1977

A trajetória de uma crise

A edição número sete traz na capa (figura 9) uma mulher na cozinha lavando pratos, aludindo ao lugar destinado pela sociedade patriarcal à mulher e à dupla jornada de trabalho. Uma modificação no expediente já denuncia a crise interna por que passava o grupo do Brasil Mulher. O



Figura 9: Capa Brasil Mulher, n. 7

nome de Terezinha Zerbini não consta mais do Conselho Editorial e Joana não figura como editora passando a integrar a equipe de redação. A diretoria da Sociedade Brasil Mulher sofreu modificações e Ana Maria de Cerqueira Leite assume a direção da entidade.

Segundo Joana, o racha interno ocorreu no ápice de uma crise provocada pelos desacordos de orientação com as diversas legendas que integravam o grupo do Brasil Mulher.

“Inicialmente foi muito difícil com o Partido Comunista. (...) Depois estava muito difícil entre as duas linhas da AP, também foi muito difícil. Então, estas diversas frações e, principalmente, com a fração do PC do B que tendia a puxar cada vez mais para as lutas gerais. (...) Mas, no tempo histórico as lutas também tinham avançado a gente tinha cumprido, estava cumprindo o papel da tarefa política pela anistia. E aí outras lutas foram chamando, a redemocratização estava lançada também e as tarefas foram puxando para vários lugares, então, existia uma coincidência também, não uma coincidência, na verdade, mas uma confluência de momento da história. (...) quando eu saio do Brasil Mulher com o grupo fundador é uma luta política interna entendeu. Tanto que você vai ver uma diferença muito grande do tempo que eu era editora para o tempo para o momento que ele saiu da mão, que eu deixo de ser editora do jornal. (...) E o jornal, ele caminha para o fim porque ele sai da mão de jornalistas e ele vai ficar na mão de mulheres que tinham as bandeiras de partido para defender. Não sabiam fazer jornal, tinham dificuldade de fazer jornal e tudo se tornou muito mais difícil porque o que sustentava o Brasil Mulher, o que sempre sustentou o Brasil Mulher foi a força da própria mulher, isso não é retórica não, isso é verdade, era o trabalho dado, era o esforço para vender o jornal” (LOPES, 2001b).

As chamadas em destaque são “A luta dos professores dos estudantes e de todos nós”, “Trabalhar à noite quem ganha com isso” e “Denúncias do Lar Nacional”. Na página de espelho uma matéria sobre o 1º de maio enfoca as manifestações dos trabalhadores e traz um cronograma das atividades do movimento estudantil neste Dia do Trabalho. O jornal aponta como o governo tenta desarticular a programação conjunta que os dois segmentos preparavam. O editorial refere-se a prisões de estudantes e trabalhadores às vésperas das manifestações e defende que a luta das mulheres esteja ligada às lutas gerais da sociedade. Este discurso é um indício de que o jornal politicamente está mudando seus rumos.

O Brasil Mulher publica a carta da Pastoral do Mundo do Trabalho da Arquidiocese de São Paulo. Na carta da Pastoral são apontados os principais problemas que devem ser levados em conta neste 1º de maio : baixos salários, não participação dos lucros, falta de estabilidade no emprego, demissões e a fragilidade das entidades sindicais sufocadas pelo regime. Ao final a pastoral, convoca os trabalhadores a fortalecerem seu sindicato. “Pequenos grupos na empresa, nos bairros, nossa presença nos sindicatos irão, aos poucos, quebrando a indiferença, a desconfiança, o medo” (Brasil Mulher, n. 7, p.8).

Na seção “Os fatos estão aí” há notas sobre o movimento de mulheres e o anúncio divulgando os grupos espalhados pelo país nos mesmos moldes como era feita a

publicização dos jornais da chamada “imprensa democrática”.

Uma história em quadrinhos chamada “Queremos Creche”, mostrando as agruras de uma mãe em busca de um lugar para deixar o filho enquanto trabalha, retoma o assunto da edição passada. O jornal também publica uma matéria sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito criada no Congresso Nacional que buscava fazer uma radiografia e discutir a condição da mulher no país. Esta informação também é divulgada em outros jornais alternativos da época como o Movimento.

O planejamento familiar volta à pauta com uma charge de Lila Figueiredo que traduz de que ponto de vista o governo militar e a BENFAM elaboravam o programa de controle da natalidade. Na charge três médicos conversam em frente a uma mulher grávida discutindo seu caso. Para eles, a gravidez da paciente, que procurou ajuda da BENFAM por acreditar que cuidassem do “bem estar”, se resume a um erro do projeto de esterilização e controle da natalidade desenvolvido pela entidade. Um dos médicos lamenta “e milhões foram gastos em anticoncepcionais para diminuir a população de baixa renda” (Brasil Mulher, n.7, p.7).

A discussão sobre a legislação trabalhista brasileira volta às páginas do Brasil Mulher através da matéria “Trabalhar à noite quem ganha com isto?”. A questão do trabalho noturno é recorrente. Seguindo na mesma linha na seção Rosa dos Ventos o jornal entrevista a presidente do sindicato das domésticas portuguesas.

Uma nova seção chamada “BM Serviços” afirma estar aberta às leitoras para esclarecer dúvidas sobre saúde, educação e legislação trabalhista. Na penúltima página o Brasil Mulher publica textos recebidos das leitoras e incentiva a colaboração afirmando que a “página continua à disposição de vocês para que nela expressem toda a sua criatividade” (Brasil Mulher, n.7, p.15).

Edição número oito – agosto de 1977

A saída do grupo fundador

Esta é a última edição da qual o grupo de Joana participa. Na página dois, ao alto do lado esquerdo, é publicada uma pequena nota informando que uma parte do grupo do Brasil Mulher desligou-se do jornal.

“Nota: Em assembléia geral do dia 21.06.77 da Sociedade Brasil Mulher, desligou-se da mesma um grupo de pessoas que participa da elaboração deste nº 8 e que por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente” (Brasil Mulher, n.8, p.2).

Pode-se verificar, principalmente, a partir do número sete, modificações na estrutura editorial do jornal que passa a não utilizar com frequência as rubricas criadas por Joana. Mesmo algumas seções sendo móveis, até o número seis se mantém a estrutura inicial do jornal.

A saída do jornal é traumática e as mulheres que participaram do grupo fundador amargam um “luto”. Joana conta as dificuldades que o grupo enfrentou até o racha interno.

“E esse grupo se divide dentro do jornal e este grupo original sai para fundar a Nova Mulher Editora. Era o mesmo grupo que saiu do Brasil Mulher, Lila, eu, Miriam Paglia Costa, era o mesmo grupo de jornalistas e enfim, artistas, que saíram de lá. Mas tinha uma coisa muito pesada, esse grupo era um grupo que sustentou o Brasil Mulher, que fundou o Brasil Mulher, deu sangue pelo Brasil Mulher, (...) não eram mulheres ponta de lança de partido político e eram mulheres que aprendiam a militar na experiência do Brasil Mulher, então elas tinham uma afetividade, um laço muito profundo com o Brasil Mulher. E era luto verdadeiro, luto grande, luto que as mulheres tinham e não é que elas penalizassem as mulheres que ficaram, não, elas penalizavam muito mais uma conjuntura política de falta de visão mesmo dos partidos políticos que (...) tinham feito a cabeça e tinham total participação das mulheres que queriam que aquilo fosse ponta de lança de partido político como está aqui provado” (LOPES, 2001b)

Quando a crise interna foi se aprofundando Joana e seu grupo propuseram a convocação de uma assembléia da Sociedade Brasil Mulher que resultou na eleição de uma nova diretoria antes do prazo estipulado.

“E o que nós vimos foi uma política que para nós não interessava de jeito nenhum e a gente até rotulava como uma política de negociação, uma política masculina que não nos interessava, a gente queria uma outra coisa. E nessa nós não íamos entrar, e nessa nós não íamos perder uma eleição, porque íamos perder claro, (...) com essas mulheres que foram buscar mulheres em vários lugares que apareceram para a assembléia e na votação esse grupo ia perder, porque nós não ficamos indo buscar fulano e nem pagando passagem para vir votar, nem para fazer uma assembléia. (...)”



Figura 10: Capa Brasil Mulher, n. 8

Mas, no decorrer do processo eu percebi muito claramente que o que eu estava pensando que era uma atitude democrática e justa era um equívoco meu. Que a assembléia sim tinha que ser chamada, mas que eu tivesse consciência de que tudo estava organizado de uma maneira que não era aquela que eu pensava, não era, de forma nenhuma, tanto que o outro lado procurou fazer um acordo comigo. Não era bom perder minha figura, entende, não era bom perder a fundadora do Brasil Mulher, então era bom que eu ficasse no outro grupo para manter a fachada e eu percebi isso, eu percebi com muita clareza, eu digo não, e não havia nenhum argumento pseudo político que justificasse a minha permanência porque eu via que aquilo era o fim” (LOPES, 2001b).

A capa (figura 10) traz o retrato da miséria no país : uma mulher sentada rodeada de filhos tendo atrás de si uma montanha de entulho e lixo. As chamadas são as seguintes: “Mulheres Lideram Associação de Favelados no Rio”, “Cacilda : a professora bóia-fria”, “Pílulas: o risco que correm 80 mil mulheres”, “Nessas casas: forno, fogão e fábrica”.

O editorial critica o programa do governo de prevenção à gravidez de alto risco. Para o jornal este programa mascara a intenção de controlar a natalidade no país.

“Se o objetivo desse programa fosse evitar a morte de mães e filhos durante a gravidez ou logo após o parto, o caminho a ser seguido seria o aumento da assistência médica gratuita à população. Porque o que põe em risco a saúde da mulher não é a gravidez mas sim as péssimas condições de vida, falta de assistência médica e a miséria” (Brasil Mulher, n.8, p. 2).

O Brasil Mulher se posiciona contrário ao programa e defende o respeito ao direito da mulher decidir sobre ter ou não filhos. O jornal critica a posição do governo de não apresentar outras opções de contraceptivos e nem levar em conta os riscos do uso da pílula discutido tantas vezes no tablóide.

A discussão sobre o assunto tem continuidade em matéria interna intitulada “Pílulas: o risco que correm 80 mil mulheres”. Os entrevistados representam vários setores da sociedade entre eles Dom Aloisio Loischeider, presidente da CNBB, secretários estaduais de saúde, presidente da Associação Médica do Rio de Janeiro e até deputados da ARENA. Todos que questionam o programa e a real necessidade do Brasil controlar a natalidade. O Brasil Mulher indaga qual o destino que o governo militar irá dar à BENFAM que vem assessorando os governos estaduais no Nordeste do país e abarrotou os estoques dos municípios de pílulas anticoncepcionais.

A matéria das páginas centrais é sobre as mulheres operárias e está ligada à outra matéria “Nossas casas: forno, fogão e fábrica” que discute a questão das mulheres que prestam serviços às fábricas, trabalhando em casa. O jornal alerta para o risco deste tipo de serviço, muitas vezes, realizado sem o instrumental adequado e com o manuseio de produtos

tóxicos. Outra matéria de destaque é sobre as mulheres que dirigem a Associação de Moradores da favela da Rocinha no Rio de Janeiro que atualmente é considerada um modelo de organização.

4.2. Segunda fase – as ingerências políticas e o fim de um ciclo

Edição número nove – outubro de 1977

Custo de vida e movimento sindical entram em pauta

A partir desta edição o grupo de Joana Lopes já não participa mais da elaboração do jornal. A capa (figura 11) traz a foto de uma mulher na feira diante de uma banca de frutas e duas chamadas “Carestia – A questão do custo de vida está em debate” e “Eleições no sindicato – Quem ganha são sempre os mesmos homens”. A referência ao movimento do custo de vida e à reorganização do movimento sindical, é constante a partir deste número.



Figura 11: Capa Brasil Mulher, n. 9

O tema trabalho ganha destaque certamente em decorrência da atuação do PC do B à frente do jornal. Segundo Joana Lopes, é o núcleo do PC do B que assume a direção do grupo. Os partidos comunistas ligados umbilicalmente à imprensa operária, mesmo na ilegalidade, vão contribuir para a retomada da temática do operariado.⁴⁶

Esta centralidade temática é clara no editorial que aborda a revogação da legislação que proíbe o trabalho noturno. O questionamento principal é a quem interessa se beneficiar da mão de obra mais barata da mulher. No editorial o jornal critica e reflete sobre a

⁴⁶ Em seu livro *Imprensa Operária no Brasil*, Maria Nazareth Ferreira, analisa como a imprensa operária, que no começo do século XX é ligada aos anarquista e apartidária, passa a ser instrumento do PCB. “Essa nova liderança acreditava que só a partir da organização partidária a classe trabalhadora poderia triunfar sobre a burguesia: se o partido é a direção do proletariado, o jornal é o seu instrumento privilegiado de propaganda e conscientização” (FERREIRA, 1988, p. 31-32).

política econômica brasileira de arrocho salarial e inflação. “É próprio do sistema, em determinadas conjunturas, recorrer ao trabalho da mulher para diminuir custos de produção e aumentar taxas de lucros” (Brasil Mulher, n. 9, p. 2).

A partir de uma perspectiva marxista discute o trabalho doméstico e a “reprodução da força de trabalho”. Esta questão da reprodução da força de trabalho é uma temática debatida por feministas que fazem uma revisão da teoria marxista a partir das décadas de 60/70.

A resistência em relação à participação das mulheres dentro dos sindicatos por parte das diretorias essencialmente masculinas é uma discussão presente em praticamente todas as edições seguintes.⁴⁷ Este é o foco da matéria da página três. O assistencialismo, o peleguismo e o paternalismo que rondam os sindicatos após o golpe militar de 1964 são alvo de críticas e apontados como os principais entraves para o avanço da reorganização do movimento sindical. Na opinião do jornal é preciso extinguir este tipo de conduta para que os sindicatos representem realmente o trabalhador e abram caminho para a participação da mulher.

Na matéria sobre o movimento do custo de vida as mulheres entrevistadas, na sua maioria donas de casa, questionam a realidade econômica brasileira, a dificuldade de sobrevivência num país que mascara a política comprometida com o Fundo Monetário Internacional propalando um falso “milagre econômico” sem referir-se à condição da mulher. Uma das matérias com o título “Afinal, o que é inflação?” fomenta o debate sobre o que realmente provoca a inflação, o grande fantasma que rondava a população durante todo o regime militar, e cujo vilão para o governo eram os aumentos salariais.

Há matérias ainda sobre a luta entre posseiros e latifundiários, a disputa entre pequenos proprietários e usineiros que estão dominando o Nordeste apropriando-se de grandes extensões de terra para plantar cana, a cantora Mercedes Sosa, a má remuneração das professoras primárias, o afastamento de uma juíza que denunciou irregularidades no Ministério Público, a absolvição do delegado Fleury acusado de atrocidades, o indiciamento de Ruy Mesquita, diretor do Jornal da Tarde, e as atividades da Comissão de Justiça e Paz na luta pela anistia.

A seção Rosa dos Ventos é resgatada trazendo notas sobre o movimento

⁴⁷ Esta questão está presente dentro do movimento sindical desde as suas origens no século XIX como explicita André Michel: “O antifeminismo atingia também os sindicalistas masculinos, preocupados antes de tudo em proibir que as mulheres tivessem acesso ao mercado de trabalho a fim de limitar a concorrência” (MICHEL, 1982, p.57).

feminista e de mulheres no mundo. Duas notícias interessantes se referem ao jornal soviético “A Classe Operária e o Mundo Contemporâneo”, que condena o feminismo ocidental por centrar o seu “inimigo” no homem e não no capitalismo, e a matéria publicada pelo Jornal da Tarde afirmando que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Mulher, instalada pelo Congresso Nacional, concluiu que a mulher brasileira sofre discriminação oficial e oficiosa e que o movimento de mulheres não tem nada a ver com feminismo.

O jornal discute a representação das mulheres nos jornais a partir de dados de uma pesquisa realizada por oito jornalistas de Brasília que analisaram alguns veículos da grande imprensa brasileira. A conclusão é de que, na maioria das vezes, os jornais utilizam a mulher como objeto de beleza. Segundo as pesquisadoras, as mulheres ganham espaço nos jornais da grande imprensa quando são autoras ou vítimas de um crime.

Num trecho da matéria destaca-se que “Zenaide Azeredo que pesquisou o jornal carioca O Dia constatou que quando se trata de explorar o sangue o da mulher tem maior valor comercial para a venda de jornais” (Brasil Mulher, n. 9, p.10). Em um box o jornal faz uma retrospectiva dos assassinatos de mulheres que chocaram o país nos anos 70 como a da menina Araceli e de Cláudia Lessing Rodrigues. “Nesses casos, começa-se por discutir o comportamento da vítima para ‘justificar’ e desculpar suas mortes violentas” (Brasil Mulher, n. 9, p.10). Neste sentido, a pesquisa levanta a questão da violência contra a mulher, tema que será aprofundado nos anos 80.

A matéria sobre os direitos da criança traz na íntegra a Declaração dos Direitos da Criança. Na seção BM Serviços o jornal informa sobre vacinação infantil, publica uma tabela das safras de frutas e legumes e uma pequena matéria sobre Clube de Mães. A poesia “Corinthians meu amor” publicada na seção Arte e Comunicação, mantida nesta edição, é alvo de críticas em um documento interno do Brasil Mulher por não contribuir para as discussões específicas da mulher.

A história em quadrinhos, publicada na contracapa, relata a vida dura de uma mulher que tem dupla jornada de trabalho e luta pela sua sobrevivência. Os quadrinhos assim como as charges, marca registrada dos jornais sindicais que surgem na década de 80, são largamente utilizados, principalmente, a partir desta fase do jornal.

No expediente aparecem, aos poucos, cartunistas, artistas gráficos e fotógrafos importantes no cenário nacional, entre eles, Henfil, André Bocatto e a fotógrafa Rosa Gauditano. É possível notar que a diagramação sofreu alterações como, por exemplo, a centralização dos títulos e olhos especificamente no número nove. Apesar da saída de Joana Lopes ainda consta no expediente o seu endereço em Londrina como a sede da Sociedade

Brasil Mulher.

Edição número dez – dezembro de 1977

Buscando novas diretrizes

A capa (figura 12) em preto e branco produzida evidentemente através de uma colagem remete à influência do Pop Art⁴⁸. A imagem é de uma mulher que se destaca, como se estivesse dando um grito, em meio a uma colagem de produtos doméstico, entre os quais. shampoo, cera, absorvente OB, adoçante etc. É a sociedade de consumo expressa ali. A mulher, representada como uma consumidora, rodeada por aqueles produtos tenta desvencilhar-se saltando para fora da ilustração.



Figura 12: Capa Brasil Mulher, n. 10

As chamadas de capa são apenas quatro com o mesmo destaque: “Quem, foi Girse”, “Sexualidade da Mulher”, “Congresso das Metalúrgicas” e “Esse chão aqui é meu – Os lotes clandestinos”.

As fotos utilizadas com frequência tanto na capa quanto nas páginas internas nesta segunda fase do jornal são substituídas, muitas vezes, por ilustrações e charges. Através das charges e ilustrações se detecta uma nova padronização gráfica. Um dos colaboradores do jornal, o cartunista Laerte, por exemplo, chegou a editar um caderno de ilustrações reunindo grande parte de seu trabalho na imprensa alternativa para que os jornais sindicais utilizassem em suas edições.

O editorial comemora os três anos do jornal lembrando sua trajetória, enfatizando seu caráter de mobilização e conscientização das mulheres. “O jornal apareceu com o objetivo de propagandear essas lutas para o setor feminino da população, como uma iniciativa pioneira, dentro das imprensa independente e combativa do país”. O texto também

⁴⁸ “A expressão ‘Pop art’ refere-se a um movimento estilístico na arte ocidental que ocorreu aproximadamente entre 1956 a 1966, na Inglaterra e Estados Unidos. Durante este período produziram-se na Europa movimentos paralelos” (WILSON, 1975, p.4). A relação com este movimento se deve ao fato de considerar que a ilustração desta capa vale-se da linguagem próxima à da Pop art seja pela sua referência à publicidade ou pela utilização de colagens.

traz uma auto crítica do grupo que permaneceu no jornal: “Embora ainda não tivesse consciência da problemática específica da mulher, a sua preocupação de mobilizar as mulheres para as questões gerais teve um caráter positivo” (Brasil Mulher, n.10, p. 2).

Joana comenta em sua entrevista que havia uma discriminação do grupo das mulheres ligadas aos partidos políticos e às organizações clandestinas com a equipe de redação.

“(...) o jornal vai praticamente desaparecer por falta de mulheres jornalistas, que não sabiam fazer jornal não tinham agilidade. Ora, estas mulheres ditas sem tradição política que eram mulheres que estavam descobrindo o pensamento da esquerda, essas mulheres eram trabalhadeiras, elas tocavam um jornal, elas varavam noite comigo, elas iam, trabalhavam, elas não tinham a retórica da esquerda, mas eram mulheres muito lutadoras e estavam descobrindo uma nova condição de mulher, estavam descobrindo um caminho pela frente. O jornal praticamente criou uma perspectiva para elas não só uma perspectiva profissional, porque muitas são profissionais, mas criou uma perspectiva política, criou uma perspectiva de vida, do que era a coisa da mulher, do que era a luta, e o que que era a luta democrática no país porque elas chegaram recém formadas no jornal do jornalismo” (LOPES, .2001b).

Também, neste editorial, o grupo deixa claro que houve uma ruptura e assume uma nova linha editorial.

“Percebemos que o jornal, embora dirigido para a mulher, não estava levantando seus problemas específicos: salários inferiores aos dos homens mesmo quando executam trabalho idêntico; dificuldade de acesso à especialização profissional, com barreiras ao ingresso em determinadas carreiras; falta de meios que possibilitem a mulher deixar o lar para o trabalho como: inexistência de creches, refeitórios nas fábricas, lavanderias coletivas, sua responsabilidade total nas tarefas domésticas, etc. É dentro deste quadro que se colocam as preocupações centrais do jornal Brasil Mulher hoje. (...)”

Compreendendo que as reivindicações específicas da mulher se inserem nas lutas mais gerais dos trabalhadores brasileiros, o Brasil Mulher tem se proposto a divulgar e apoiar as mobilizações femininas, pois tem claro que a sua participação é fundamental na construção de uma sociedade mais justa” (Brasil Mulher, n.10, p. 2).

Na página três a matéria é sobre o 1º Congresso da Mulher Trabalhadora e retorna aos temas básicos já apontados no número nove, como trabalho noturno e a dificuldade das mulheres participarem nos sindicatos. No box da matéria, as mulheres entrevistadas admitem que a não participação deve-se ao preconceito por parte dos “companheiros” de categoria, ao medo de “se meter” em atividades consideradas “masculinas” e “subversivas” e à dupla jornada de trabalho que amplia o leque de afazeres femininos.

Os Congressos voltados às trabalhadoras começam a ser realizados com mais frequência e em diversas categorias como o próprio Brasil Mulher anuncia no decorrer das edições. Além dos congressos profissionais, destacam-se outros eventos que buscavam,

nos anos 70 e 80, uma autonomia para o movimento e discutir as questões da mulher de forma específica.

A partir desta edição as páginas de espelho voltam a ser destinadas a uma grande reportagem. A matéria deste número instiga as leitoras trazendo questões ligadas à sexualidade, à construção das identidades de gênero estabelecidas pela cultura de cada sociedade, frigidez, relações sexuais, a relação com o marido, virgindade etc.

Na página cinco o jornal conta a história de Girse, dirigente do Clube de Mães de seu bairro que sempre lutou por sua comunidade e morreu doente depois de uma vida difícil pela sobrevivência. É uma matéria que procura justamente retratar as mulheres brasileiras da periferia das grandes cidades. Para Dulcília Buitoni, esta matéria enfoca a mulher sob outra perspectiva e, portanto, significa uma ruptura na imprensa voltada às mulheres na época.

“A matéria ainda se inscreve na esfera do dever: Girse é apresentada como um exemplo a ser seguido. Mas não um exemplo que se destaca pelo seu individualismo, pelas suas idiossincrasias, como nos perfis apresentados pela grande imprensa de personalidades ou artistas. Não se trata de um dever individual, mas de um dever coletivo. O que importa, na personagem focalizada, é o seu trabalho para com os outros, a sua atuação comunitária. Há um estímulo para que surjam outras Girse, um ser mais ‘coletivo’ do que ‘individual’. O modelo sugerido distancia-se muito mais dos outros comumente oferecidos pela imprensa feminina” (BUITONI, 1981 p. 120).

A matéria da página seis dá o tom da repressão dos militares às manifestações estudantis. A história de duas estudantes feridas gravemente durante a repressão policial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e que sofreram queimaduras decorrentes de bombas jogadas contra os manifestantes. O comandante da operação foi o coronel Erasmo Dias, atualmente deputado estadual por São Paulo, que integrava a “linha dura” do regime.

Na página sete uma notícia sobre a greve de fome de presos políticos como forma de protesto. O jornal irá noticiar a partir de então vários casos de presos que estão recolhidos em presídios pelo país e que utilizam este recurso como forma de pressão para conseguirem transferências, pela decretação da anistia e o retorno das liberdades democráticas ao país.

Edição número onze – março de 1978

Mulher e trabalho

Esta edição é dedicada ao 1º Congresso da Mulher Metalúrgica que é a chamada principal ocupando praticamente toda a capa. (figura 13) Outras chamadas menores são “A rainha do lar”, “Dia Internacional da Mulher” e “Mulher na oposição do Rio”. No expediente dois nomes chamam a atenção : o da jornalista Adélia Borges⁴⁹ que figura como diretora responsável do jornal e da pesquisadora Beth Lobo⁵⁰, uma das colaboradoras da edição.



Figura 13: Capa Brasil Mulher, n. 11

O tema do editorial é a nova emenda da Consolidação das Leis Trabalhistas que regulamenta o trabalho feminino noturno e as horas extras para as mulheres assinada pelo presidente Ernesto Geisel. O jornal analisa criticamente outras determinações da emenda.

“(...) em relação a alguns direitos adquiridos, mencionados na CLT, o novo projeto apresenta um retrocesso. Quanto à estabilidade da trabalhadora gestante, os sindicatos já vinham, através de dissídios salariais conseguindo uma estabilidade maior do que a prevista no projeto: garantia-se o emprego da gestante até sessenta dias após o seu retorno ao trabalho” (Brasil Mulher, n.11, p.2).

Segundo o jornal Brasil Mulher, as trabalhadoras não são favoráveis nem ao horário noturno nem às horas extras como ficou claro no 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. De acordo com o jornal, as mulheres reunidas argumentaram que se “os salários fossem justos” ninguém precisaria trabalhar à noite e nem fazer horas extras. O editorial também chama a atenção das leitoras para o próximo Dia Internacional da Mulher em que todos os grupos paulistas irão realizar eventos conjuntos pelo terceiro ano consecutivo.

Grande parte das páginas internas são dedicadas às notícias sobre o

⁴⁹ Adélia Borges foi também editora do jornal alternativo feminista *Mulherio* ligado à Fundação Carlos Chagas na década de 80.

⁵⁰ Elizabeth Souza-Lobo, uma das mais importantes pesquisadoras no campo dos estudos de gênero a partir da década de 70. Seu livro “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência” é referência para a área.

Congresso realizado em São Bernardo do Campo reunindo metalúrgicas. Na matéria “Antes e depois: operárias demitidas!” o jornal denuncia o caso das operárias despedidas da fábrica porque participaram do evento. Entrevistado, Lula, então presidente do sindicato dos metalúrgicos, mostra-se pouco interessado em priorizar a discussão sobre as demissões e assumir uma postura de defesa destas mulheres frente às empresas.

A matéria sobre a abertura do Congresso intitula-se “Na mesa nenhuma mulher” e mostra como a mulher e a sua temática são ainda discriminadas pelos sindicatos. O título refere-se ao fato de que no Congresso, voltado às metalúrgicas, nenhuma mulher foi convidada a compor a mesa de abertura do evento.

De acordo com o jornal, o debate sobre a criação de departamentos femininos dentro dos sindicatos foi polêmica, recebendo parecer contrário de Lula o qual alegava que a medida dividiria a categoria. O jornal critica que a questão da autonomia do movimento das mulheres foi excluída do temário do Congresso.

O Brasil Mulher também publica o resultado de uma pesquisa realizada junto às participantes do evento para a qual dedica três páginas, incluindo as de espelho. Foram abordados temas como salários desiguais, dupla jornada, discriminação tanto dos patrões como dos companheiros de trabalho, virgindade e aborto.

Na seção “Os fatos estão aí” anuncia-se o lançamento do Comitê Brasileiro pela Anistia, no Rio de Janeiro. No Brasil Correio, o jornal publica uma carta enviada pelo Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris que critica o editorial publicado no número especial de abril de 1977 elaborado ainda com Joana Lopes na equipe em conjunto com o grupo do jornal Nós Mulheres. A crítica se centra na afirmação constante de que a luta das mulheres está ligada à luta pela liberdade do indivíduo.

“Compreendemos a libertação da mulher ligada à de todos os indivíduos. Mas será que não cabe à mulher um papel particular nessa luta? (...) Que só ela sofrendo uma opressão específica saberá reivindicar seus verdadeiros direitos? (...) Questões que nos dizem respeito como contracepção, aborto, tarefas domésticas, podem fazer parte de uma mesma reivindicação de homens e mulheres?” (Brasil Mulher, n. 11, p.14).

Edição número doze – maio de 1978

O jornal da mulher trabalhadora

O número doze é bem sintomático de como estava se dando a reorganização sindical no país. A capa (figura 14) vermelha é produzida a partir da colagem de imagens de multidão remetendo-se à idéia de movimento, organização, muito representativa para um período em que a oposição está ganhando força.

O destaque das chamadas é para as manifestações das comemorações do 1º de Maio, a luta por direito à greve e à liberdade sindical. Na contracapa o jornal publica uma carta dramática, assinada por um grupo de operários, que relata o suicídio de uma trabalhadora despedida da fábrica onde trabalhava. Outros assuntos abordados são o movimento do custo de vida, anticoncepcionais e trabalho feminino noturno.

No editorial volta a destacar que o jornal está de “cara nova”. No cabeçalho do cupom de assinatura o jornal auto intitula-se o “ ‘nanico’ da mulher trabalhadora” reforçando a nova postura. Na maior parte dos textos o jornal se refere à sua leitora, a mulher, como trabalhadora.

“Continua preocupada com a luta pela libertação da mulher, especialmente a mulher trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona de casa da periferia, que faz o impossível com o salário do marido. É com esta personagem que esta edição abre: na página ao lado nove donas de casa da periferia de São Paulo falam de seus problemas e de como têm agido para superá-los” (Brasil Mulher, n.12, p.2).

A temática se repete dentro da linha adotada pelo novo grupo, enfatizando o movimento do custo de vida com depoimentos que traduzem a efervescência política, a insatisfação com a crise econômica e com a inflação.

A matéria sobre o dia 8 de março mostra como o movimento feminista está se ampliando pelo país ressaltando o trabalho das pioneiras na luta das mulheres. O jornal publica um encarte com um resumo das conclusões e encaminhamentos do encontro realizado

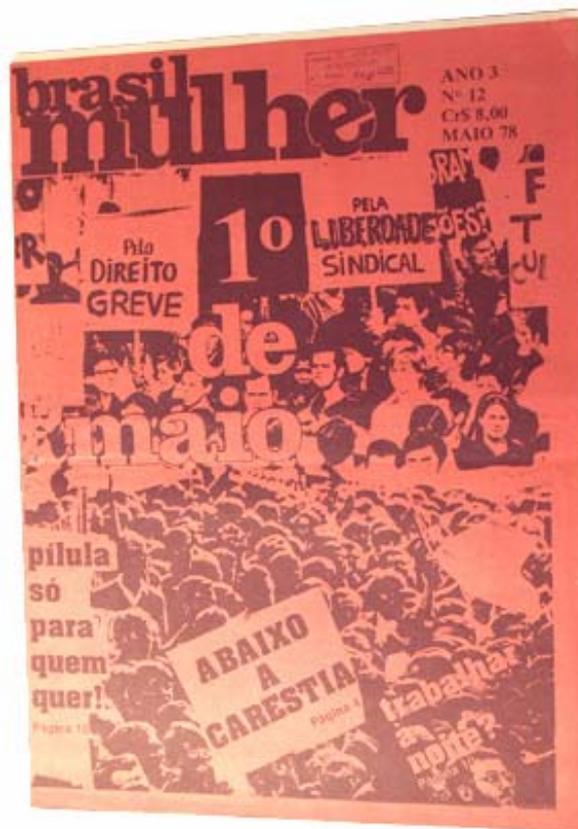


Figura 14: Capa Brasil Mulher, n. 12

em São Paulo.

No preâmbulo do texto do encarte é feito um resgate da trajetória da luta das mulheres desde o início da industrialização, o incidente de 1857 que deu origem ao Dia Internacional da Mulher, a organização das mulheres no Brasil, os encontros pelo país afora desde 1976 e a unificação dos grupos para as comemorações neste março de 1978.

Dentro da história do movimento feminista brasileiro é possível notar de que forma os grupos vão se estruturando e como, através dos Congressos trabalham em conjunto. Estes congressos são extintos em razão da ingerência dos partidos e organizações que estão na clandestinidade e buscam espaço no movimento feminista para direcionar as discussões atendendo aos interesses da luta geral contra o regime.

O documento enumera as reivindicações imediatas como a revisão da legislação em relação ao casamento para que mulheres tenham iguais direitos na relação, oposição ao programa de gravidez de alto risco do governo o qual deveria investir em programas de apoio à gestação, organização das mulheres nas lutas específicas para assim contribuírem para as lutas gerais, melhorias nas áreas básicas de saúde, educação, transporte, habitação e segurança, a equação do desemprego, e finaliza avaliando a participação política da mulher na sociedade.

É interessante notar, através do discurso dos grupos, que há uma conscientização sobre suas especificidades. Podemos constatar isto através do texto do jogral das mulheres da Zona Oeste em que se toca na questão da diferença, da tradição cultural que pesa sobre a mulher, inferioridade e dependência do marido, trabalho doméstico, dupla jornada, as desigualdades no trabalho, mulher tratada como objeto. Outras notícias dão conta da passeata das feministas francesas no dia 8 de março e do trabalho praticamente escravo das mulheres que quebram castanhas no Norte do país.

O programa de gravidez de alto risco é o mote para retornar à questão do controle da natalidade. O jornal critica o posicionamento do futuro presidente João Batista Figueiredo que apóia a distribuição de anticoncepcionais no Nordeste. O Brasil Mulher volta a defender o direito da mulher em optar ou não pelos métodos contraceptivos e, acima de tudo, buscar seu prazer sexual.

Edição número treze – julho de 1978

Às vésperas da anistia

A discussão em torno de um projeto de anistia ampla e irrestrita torna-se inevitável a partir de 1978. A capa (figura 15) desta edição reflete este momento histórico: uma mulher de costas contra a luz em frente a uma grade da qual se destaca a ilustração de uma pomba azul voando. A referência à idéia de liberdade é nítida e reforçada pela palavra Anistia logo abaixo.

O Comitê Brasileiro pela Anistia é criado ainda em 1978. O próximo presidente, general João Batista de Figueiredo, pressionado pelos acontecimentos e pela reorganização da sociedade civil irá promulgar a lei de anistia aos exilados e cassados pelo regime militar.

A anistia ganha espaço nas páginas centrais com a matéria “Filho desta raça não deve nascer” que se referia ao brado dos torturadores enquanto agrediam as mulheres grávidas nos porões da repressão. Nesta matéria o Brasil Mulher publica o depoimento de presas que tiveram filhos quando estavam encarceradas. Elas relatam a via crucis para conseguir sobreviver às agressões e fazer o parto. A violência deixou marcas no corpo e na alma destas crianças. O jornal também publica cartas, desenhos e testemunhos de filhos de presos políticos.

Na seção “Os fatos estão aí” uma nota informa sobre o fim da censura prévia e a instituição da censura interna ou auto censura nas redações. As greves, que ganharam força com a retomada do movimento sindical, são o tema central do editorial. A insatisfação da população se aprofundava e o país tornava-se uma “panela de pressão”. O jornal frisa que a temática da mulher, não apenas a questão das desigualdades salariais, está efetivamente fazendo parte da pauta do movimento sindical. “Destas vezes, a crise que envolve o governo autoritário é profunda: pressionado de todos os lados, vê-se forçado a mudar, é levado a fazer concessões e não pode reprimir tanto quanto quer” (Brasil Mulher, n. 13, p.2).

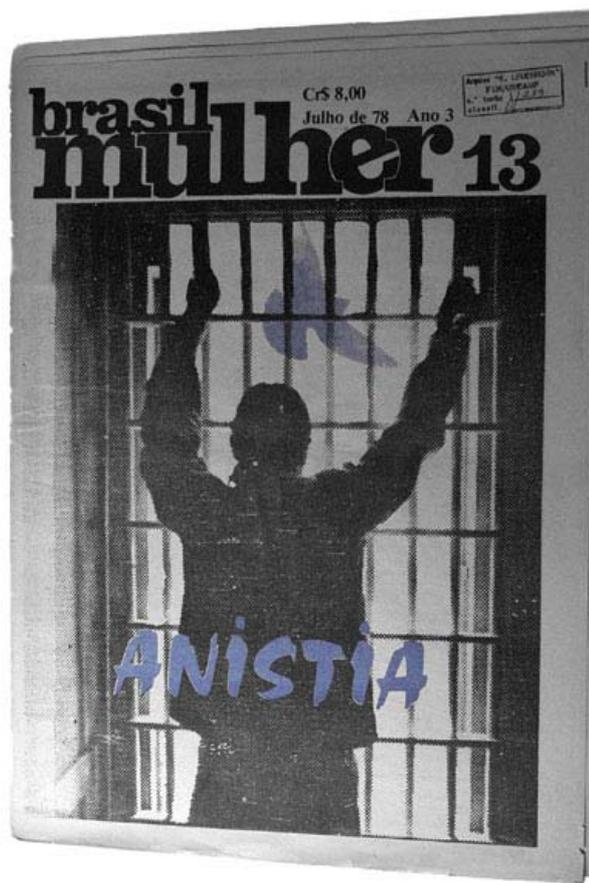


Figura 15: Capa Brasil Mulher, n. 13

Nesta edição o jornal aborda de forma direta um assunto polêmico : o aborto. O enfoque principal é o aborto clandestino e a discussão de como a sociedade patriarcal, não respeita o direito da mulher decidir sobre seu próprio corpo.

Este assunto já havia sido abordado no número três. Mas nesta matéria aprofunda-se o questionamento sobre a proibição da prática do aborto no Brasil e a criação, a partir disso, de uma rentável rede de “aborteiros” e clínicas especializadas. O jornal denuncia que as mulheres ao procurarem os hospitais públicos para fazerem a curetagem após o aborto são submetidas ao procedimento “a frio”, ou seja, sem anestesia como se fosse uma punição por terem cometido um ato criminoso.

Envolvido por um aro de pecado, o aborto é um assunto que encontra resistência na sociedade até hoje. O Brasil Mulher ressalta que o projeto de lei enviado pelo deputado emedebista João Menezes, em tramitação desde 1975 na Câmara dos deputados, propõe a legalização do aborto apenas para os casos de violência sexual.

Na seção Rosa dos Ventos se faz um contraponto com a conquista da legalização do aborto pelas mulheres italianas. “Foi pela luta e organização dessa mulheres – (de organizações feministas de toda a Europa) - que os governos dos diferentes países se viram pressionados a legalizarem o aborto” (Brasil Mulher, nº 13, p.5).

Na página quinze é publicada uma carta do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris criticando a falta de posicionamento mais definido do jornal em relação ao controle da natalidade. As matérias sobre o assunto publicadas nos números quatro, seis e sete – ainda editados por Joana Lopes - são o alvo de críticas das exiladas.

Segundo a carta, no número quatro o texto sobre a Benfam é jornalístico e faltam palavras de ordem contra a entidade, o conselho de “jogar as pílulas fora”, na sexta edição, é classificado de “irresponsável”, e na edição de número sete as questões centrais como o papel da Benfam, o controle forçado da natalidade e o projeto do governo de prevenção à gravidez de alto risco são desconsiderados para se discutir a má distribuição da riqueza distanciando-se da especificidade das questões da mulher.

“Ora, as questões chaves a mulher deve discutir o seu corpo? Deve ter o direito de não ter filhos se não quiser? Deve ter acesso à contracepção e ao aborto livres? Deve reivindicar gratuidade desses meios? São todas questões não respondidas e, o que é pior, nem sequer colocadas” (Brasil Mulher, n.13, p.15).

O assunto é arrematado com uma história em quadrinhos publicada na contracapa em que funcionários do governo tentam distribuir anticoncepcionais em um bairro e se deparam com a resistência de um grupo de mulheres conscientes e organizadas.

O jornal inicia uma série didática em quatro edições dando explicações sobre o corpo feminino, especificamente, sobre os órgãos sexuais. O tabu em relação à sexualidade ainda rondava e as mulheres desconheciam seu corpo e o funcionamento dos órgãos sexuais.

Edição número quatorze – novembro de 1978

Eleições e Constituinte em pauta

As eleições ganham destaque nesta edição. (figura 16) A partir de 1978 a oposição avança e inicia-se a derrocada do regime militar. No editorial o Brasil Mulher destaca que a mudança não depende apenas do trabalho dos parlamentares, mas principalmente da organização do movimento popular lutando contra a ditadura e pelas liberdades democráticas. “Nesta conjuntura, onde a mulher trabalhadora já vem lutando por seus direitos, é fundamental que ela se integre, participando ativamente do movimento operário e popular na luta pelo fim do regime militar” (Brasil Mulher, n.14, p.2).

A oposição e o combate ao regime militar também são assuntos importantes nas páginas de espelho e o jornal convoca abertamente seus leitores a apoiarem e votarem no MDB. Na página doze publica uma ilustração na qual um eleitor deposita na urna uma cédula com a sigla do MDB e a frase logo abaixo: “Dá-lhe povo!”.

Começa-se a reivindicar a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. O assunto foi debatido no Congresso Nacional pela Anistia, em São Paulo, cujos grupos de trabalho buscavam iniciar um levantamento e a contagem de desaparecidos e mortos pela repressão.

A revista de mulheres que trabalham em fábricas é o foco da matéria da página três que noticia a passeata das operárias da De Millus às quais foram submetidas a todo o tipo de humilhação. A contracapa traz mais uma edição da série “Nosso corpo” com explicações sobre a menstruação, a ovulação e o ciclo menstrual com uma tabelinha para



Figura 16: Capa Brasil Mulher, n. 14

calcular o período de fertilidade.

Edição Especial – março de 1979

A mulher em debate

A edição deste número especial é em conjunto com outros grupos de mulheres e feministas, produzido especialmente para o I Congresso da Mulher Paulista, e pretende fazer um balanço da caminhada do movimento.

Um perfil de mulher se destaca na imagem da capa (figura 17) logo abaixo de uma mão em punho com a frase em diagonal “a liberdade mulher tem que ter”. A mão em punho é muito significativa

para a época: as contestações, o movimento popular que retoma sua força, as greves, a reorganização do movimento sindical. O país está em efervescência.

O Movimento do Custo de Vida e a Anistia volta às páginas do jornal. Na matéria sobre a anistia salienta-se os resultados do Congresso realizado em São Paulo no qual sugeriu-se a unificação das campanhas pela anistia e pela emancipação da mulher. O ponto de convergência seria a questão das presas políticas, a violência sexual e as torturas perpetradas contra as mulheres e o problema das crianças que nasceram nas prisões e ficaram com seqüelas por causa da violência a que as mães foram submetidas.

Através de depoimentos de diversas mulheres o jornal discute a contracepção, o prazer sexual, as relações conjugais e critica, em outra matéria, novamente o programa federal de prevenção à gravidez de alto risco.



Figura 17: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, março de 1979

Edição número quinze – abril de 1979

Reflexões sobre o I Congresso da Mulher Paulista

O jornal se concentra em divulgar o resultado do I Congresso da Mulher Paulista, que contou com a participação de 900 mulheres, através de um encarte especial destacando os principais pontos abordados : creches, equiparação salarial e luta contra o programa de prevenção à gravidez de alto risco. De acordo com o Brasil Mulher, os grupos debateram o trabalho doméstico, a discriminação no trabalho e a profissionalização, a falta de creches e a participação política da mulher.



Figura 18: Capa Brasil Mulher, n. 15

A foto de capa (figura 18) inteira traz uma senhora negra de microfone em punho gesticulando. Os assuntos de capa concentram-se no ano internacional da criança e na greve das trabalhadoras da Pirelli.

O editorial tradicionalmente publicado na página dois foi substituído pela seção “Mulher e Debate” que tinha como objetivo ser um canal aberto para todos os grupos que discutiam a questão da mulher. Na estréia publicam um resumo do Programa da Sociedade Brasil Mulher aprovado na última assembléia.

No segundo parágrafo do texto a Sociedade Brasil Mulher defende que “a luta pela emancipação da mulher está diretamente associada à luta pela transformação da sociedade”. (Brasil Mulher, n.15, p.2). E esclarece o seu posicionamento, a partir da teoria marxista, em relação à emancipação das mulheres:

“A Sociedade defende que a emancipação da mulher não se fará antes da libertação dos setores mais explorados da sociedade; mas a mulher tem que começar desde já a sua luta, pois há séculos são oprimidas, desde a divisão da sociedade em classes” (Brasil Mulher, n. 15, p.2)

A entidade reafirma seu entendimento de que o feminismo está atrelado à luta de classes e que seu público alvo são as mulheres trabalhadoras. Nas páginas centrais o jornal analisa o artigo 389 da Consolidação das Leis Trabalhistas que determina a construção

de creches nas empresas com mais de 30 trabalhadoras, acima de 16 anos, para o período de amamentação. Segundo o jornal, na prática, a lei não funciona e não estende o direito para aquelas mães que não estejam no período de amamentação.

O Brasil Mulher também atravessa as fronteiras e mostra como as iranianas estão empenhadas em conquistar seus direitos após a queda do governo do Xá Reza Pahlev e a ascensão ao poder do Aiatolá Komehni. A terceira parte da série “Nosso Corpo” ensina o que é e como se usa o DIU.

Edição número dezesseis – setembro de 1979

A crise do movimento feminista

Mulheres em ação.

Através desta frase podemos traduzir a foto de capa (figura 19) do número dezesseis do Brasil Mulher: mulheres numa platéia batendo palmas e uma delas em primeiro plano com um cigarro no canto da boca numa atitude um tanto masculina para os padrões da época. Sob a foto, a chamada de capa “Metalúrgicas decidem”. Outras chamadas retomam assuntos dos números anteriores como novas denúncias de ex-prisioneiras políticas vítimas de violência sexual e entrevistas com duas comandantes da Nicarágua que integraram o exército sandinista na derrubada de Somoza.

Na seção “Mulher e Debate” as integrantes da Associação das Mulheres falam de seu trabalho, iniciado após o desmembramento do grupo do jornal Nós Mulheres, voltado à elaboração de boletins dirigidos às trabalhadoras da periferia e cadernos temáticos que objetivam ampliar o debate feminista.

“Existe um outro tipo de atividade, também fundamental para a Associação, que é o trabalho realizado internamente. Nós, enquanto grupo feminista, temos que desenvolver a consciência da opressão que sofremos, buscando juntas o caminho da libertação e para isso precisamos refletir sobre a especificidade de nossa condição.” (Brasil Mulher, n. 16, p.2)



Figura 19: Capa Brasil Mulher, n. 16

A autonomia do movimento feminista, tanto em relação ao governo quanto aos partidos políticos e organizações de esquerda, também é tema nesta página. A questão é fundamental para o movimento. A absorção dos principais temas das feministas pelos partidos políticos é estratégica para as legendas para ampliarem a gama de eleitores. Mas, esta inclusão será aparente porque as questões mais polêmicas e mais específicas continuarão a serem preteridas.

Este é o prenúncio da crise interna que irá atingir o movimento feminista fruto das ingerências das legendas. O jornal lembra que os partidos políticos já interferiam no próprio movimento sindical. Mas admite que há uma resistência e uma dificuldade dos movimentos sociais compreenderem a necessidade de autonomia do movimento feminista.

Outro debate importante para o movimento feminista surge no texto intitulado “Movimento de mulheres ou movimento feminista?”. O jornal salienta as diferenças entre movimento de mulheres e movimento feminista.

“Fazem parte do movimento de mulheres, tanto os agrupamentos femininos que ainda não se colocam a questão da própria emancipação e cuja origem se prende a reivindicações gerais quanto os grupos feministas que se constituem em função desse objetivo de emancipação, a partir de concepções que nem sempre se assemelham.

Como todo movimento social, o movimento de mulheres não é um bloco monolítico, mas sim uma realidade dinâmica que refletirá o estágio em que se encontra a luta das mulheres numa sociedade.(...)

Acreditamos que o surgimento de um amplo movimento de mulheres no Brasil, no seio do qual as feministas venham a ser o seu setor mais conseqüente, será resultado de um esforço conjunto, no sentido de buscar a unidade, mas tendo em mente que existem pontos que interessam à grande maioria das mulheres, esta identidade não será possível em todos os momentos. A unidade do movimento de mulheres, do nosso ponto de vista, não pode ser formal, mas deve revelar as diferenças e se concretizar apesar delas” (Brasil Mulher, n. 16, p.2).

O debate em torno da autonomia do movimento feminista e suas diferenças com o movimento de mulheres vai contribuir para aprofundar a crise que se torna mais clara a cada Congresso. Isto vai resultar no desmantelamento do movimento feminista e do próprio Brasil Mulher.

Na seção “Os Fatos estão aí” são publicadas as primeiras notícias sobre anistiados como a paulista Elza Monerat e o lançamento do primeiro centro de atendimento à mulher no Rio de Janeiro. Estes centros irão ampliar-se pelo resto do país. O mais conhecido e atuante foi o SOS em São Paulo que ao longo dos anos 80 prestava atendimento jurídico, assistencial ou psicológico especialmente às mulheres vítimas de violência.

O jornal também dedica uma página para analisar a representação da mulher nas artes e em especial na televisão. Destaca-se um texto assinado por Joana Lopes, que

inclusive figura na equipe de redação do expediente desta edição, intitulado “Malu – doirada” analisando o seriado Malu Mulher da Rede Globo exibido no fim dos anos 70 e começo dos anos 80. Joana constrói seu texto a partir do depoimento de uma telespectadora.

“Malu é assim uma mistura de heroína antiga com moderna, ambas idealizações de mulher, conveniente à submissão, à exploração em que a sociedade patriarcal mantém a mulher. Malu uma heroína nova que dá ibope, porque a movimentação das mulheres pela sua emancipação não pode ser esquecida pela sociedade de consumo que a todo instante procura capitalizar uma luta digna e revertê-la para folhetins que enchem os bolso dos meios de comunicação, que o que menos desejam é a libertação das mulheres” (Brasil Mulher, n.16, p.16).

A partir dos anos 80, a temática do movimento feminista vai ser absorvida pelos meios de comunicação de massa seja através de colunas que feministas assinam em jornais da grande imprensa ou através de programas de televisão como o “TV Mulher”, da Rede Globo.

Edição Especial – 8 de março de 1980

E o Brasil Mulher se despede

Esta é a última edição do jornal Brasil Mulher e é elaborada com a participação de Joana Lopes. Na capa (figura 20) uma foto típica da época em que Joana editava o jornal: uma mulher trabalhadora da indústria têxtil empenhada em seu ofício ocupa a página inteira. Logo abaixo à direita um símbolo do movimento feminista.

O retorno de Joana Lopes ao jornal deixou rugas entre ela e o grupo que participou da fundação do Brasil Mulher. Sua volta, como ela relata, deu-se em meio à crise do próprio movimento feminista que se debatia na busca pela autonomia em relação aos movimentos sociais gerais e aos partidos políticos. Ela conta que estava participando do II Congresso da Mulher Paulista quando foi procurada por integrantes do jornal.

“E eu fui a esse congresso, mas não tinha representação nenhuma, estava participando, mas como todas as mulheres estavam. (...) os acontecimentos políticos nesse congresso foram gravíssimos com a invasão de partido político, as mulheres



Figura 20: Capa Brasil Mulher, Edição Especial, 8 de março de 1980

apanharam e o Brasil Mulher chegou uma hora (...) se reuniu e junto com outras mulheres. Eu estava sentada bem no fim e elas passaram pelo corredor e ela (uma professora da área da Física da Universidade de São Paulo que ela não lembra o nome) me viu e falou ‘por favor, venha com a gente, venha aqui, agora’. Então a gente foi para uma sala e eu ajudei elas a escreverem a carta que o Brasil Mulher leu. E para mim estava muito claro que aquilo tudo era fruto, de estar acontecendo aquilo era exatamente o que eu tinha previsto, entende, exatamente aquilo que nós não queríamos que tivesse acontecido. No momento que a gente deixa o Brasil Mulher foi exatamente por aquela questão e o encaminhamento histórico estava ali. E ela ainda disse para mim ‘era tudo que você estava prevendo, né, que podia acontecer’ eu disse ‘exatamente’, ‘você quer vir com a gente mesmo assim’ ‘vou’ e fiz, está lá. E aí eu as ajudei a redigirem a carta. Foi um manifesto que elas leram ali tinham representantes do Nós Mulheres, representantes do movimento popular, representantes de vários grupos que leram esta carta condenando a atuação das organizações de esquerda que se intrometiam e estavam forçando, desagregando o movimento das mulheres. E a partir deste momento então eu fui procurada outras vezes porque o BM estava em dissolução, ia terminar e se eu podia ajudar a fazer o último número do jornal e eu achei que era justo eu ajudar a fechar o jornal. Era até uma coisa que é mesmo bom fiz o zero, faço o último. Elas estavam com dificuldade de editora, não tinham, estavam desorganizadas como jornalistas e aí encerra o jornal. É, foi isso. Termina melancolicamente assim” (LOPES, 2001b).

A década de 80 foi marcada pela luta da constituinte, pela volta dos presos políticos e exilados à ativa, a campanha pelas eleições diretas e as primeiras eleições amplas após 1964.

Na Assembléia Constituinte a bancada feminina colaborou com um pacote de leis relacionadas à mulher que foram resultado das propostas encaminhadas por grupos e organizações feministas e também pelo movimento de mulheres. A luta pela legalização do aborto foi dura e as forças conservadoras presentes no Congresso Constituinte impediram qualquer avanço neste sentido.

O jornal retorna à polêmica do aborto logo na página dois. O título da matéria é “Aborto: direito de toda mulher”. É abordada a questão da desinformação da mulher sobre seu corpo. Segundo o jornal, a sociedade brasileira ainda é muito arraigada à idéia de que à mulher é destinado o papel de esposa e mãe. Estes dois fatores seriam os entraves para que a discussão sobre o aborto avance.

Para o jornal, o projeto de legalização do aborto do deputado João Menezes é discriminatório, pois não considera que a legalização do aborto é uma questão de direito de escolha da mulher. Esta restrição leva muitas mulheres brasileiras a colocarem em risco sua vida buscando método abortivos caseiros ou procurando clínicas clandestinas.

“A discussão que atualmente se dá em torno do aborto, levantada inicialmente pelos grupos feministas, tende hoje a ser manipulado pelos meios de comunicação, que tentam silenciar a opinião de quem tem e deve Ter o direito de decidir sobre o assunto. (...)”

Nós do Brasil Mulher, reivindicamos e lutamos pela legalização do aborto, livre e gratuito, como opção garantida à mulher que desejar realizá-lo, assim como acesso à

informação, obtenção e controle do uso de anticoncepcionais. No entanto, é necessário também que se garantam as condições à maternidade, pois muitas mulheres optam pelo aborto por não terem como criar um ou mais filhos. Assim, lutamos também para que o Estado assuma sua responsabilidade junto aos hospitais públicos, que se criem creches e se amplie o número de escolas, que se melhorem os salários e as condições de vida em geral” (Brasil Mulher, Edição Especial, 8/03/80, p.2).

O jornal também faz um balanço do movimento feminista tanto através das deliberações dos congressos realizados, das lutas encaminhadas por estes congressos em São Paulo como a atuação dos grupos de mulheres no Rio de Janeiro e a luta pela criação dos departamentos femininos nos sindicatos que encontra grande resistência por parte dos homens e das diretorias sindicais.

As mudanças constantes das estratégias editoriais nas derradeiras edições do Brasil Mulher evidenciam a luta interna do próprio movimento feminista. Maria de Moraes Nehring, afirma que os grupos feministas, por conta das ingerências políticas dos partidos, tornaram –se “palco de disputas encarniçadas” reforçando o sectarismo.

Considero que a edição de março de 1980 represente fielmente o retrato do ápice de uma crise que irá fazer mudar os rumos do movimento feminista a partir da década de 80. Para Nehring, o último número do Brasil Mulher significa também o fim de um ciclo. “Assim, o que termina junto com o Brasil Mulher, é também o período de tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas” (Nehring, 1981, p.202).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória é um instrumento eficaz na luta contra a opressão. Provocar a rememoração, resgatar as lembranças, recompor os fatos, redesenhar trajetórias são exercícios de resistir. Fazer emergir nestas páginas a história do jornal Brasil Mulher e de Joana Lopes, trajetórias que se imbricam, se entranham, se confundem e se afastam ao mesmo tempo, é uma maneira de refletir sobre as questões das identidades de gênero, das diferenças, da violência contra a mulher – simbólica e física – cada dia mais banalizada pelos meios de comunicação.

Referir-se aos jornais alternativos feministas é fazer exercício de não esquecer e questionar novamente o sistema patriarcal – suas normas, suas estruturas, suas armadilhas. Por mais avanços que tenhamos conquistado através das leis e das mudanças culturais nas últimas três décadas, ainda lutamos contra velhos problemas. A discriminação salarial e de gênero no trabalho, a violência doméstica que tem mobilizado governos no sentido de buscar a adoção de políticas públicas, a padronização estética a que as mulheres são submetidas, principalmente, através das imagens e dos discursos da mídia ancorados à idéia da fragilidade e inferioridade femininas, ainda estão presentes em nossa sociedade.

Não há questionamento por parte da mídia em relação à esta padronização cultural feminina. Os discursos que se contrapõem à idéia da inferioridade feminina, da padronização corporal, do “lugar” da mulher na sociedade são apresentados sempre como exceção.

O Brasil Mulher, em suas páginas, ao longo das vinte edições, em cinco anos de existência e resistência, registrou o desenrolar de um momento histórico do país a partir do olhar das mulheres e do pensamento feminista.

A luta das mulheres, naquele momento, se dá duplamente contra o poder masculino: questionando o sistema patriarcal e opondo-se a um regime autoritário com fortes traços de totalitarismo. Por esta razão Joana Lopes fala da necessidade de uma tarefa imediata como forma de aliar a luta das mulheres à luta contra a opressão política que impunha um silêncio ao país.

A diversidade de questões abarcadas pelo jornal como a discussão sobre a contracepção, sobre o aborto, as mudanças no Código Civil, a reorganização sindical, a redemocratização do país são abordadas sempre sob uma ótica feminista.

Portanto, o Brasil Mulher, antes de ser alternativo em sua definição dentro

da imprensa brasileira, é feminista na perspectiva de seu lugar de observação, de fala, de onde se gesta o discurso. A inserção do Brasil Mulher na imprensa alternativa refere-se ao contexto histórico de resistência, de estar à margem, de não fazer parte da grande imprensa, e à seu formato e técnicas empreendidas para a elaboração do jornal assemelhadas aos outros tablóides da época.

A manutenção financeira do jornal baseada na auto-gestão de recursos através de assinatura e venda nas bancas é um ponto em comum entre a imprensa alternativa feminista e os jornais alternativos. A ingerência das legendas e organizações clandestinas é também uma característica recorrente na trajetória dos alternativos.

A contribuição do Brasil Mulher para a constituição de uma imprensa denominada alternativa feminista é essencialmente no sentido filosófico, de trazer para as suas páginas uma temática diferenciada. O alinhamento ao pensamento feminista também influenciou na forma de produzir este jornal tanto quando nos referimos ao projeto gráfico, às pautas ou à linguagem. Na mesma medida há um forte traço da marca pessoal de Joana Lopes, editora do jornal do número 0 até o número 8, a qual molda a proposta do Brasil Mulher calcada na sua experiência como jornalista, militante, artista e na sua atitude como mulher. Os questionamentos sobre a condição da mulher são inerentes à personalidade de Joana Lopes e repercutem ainda em seu trabalho como docente na área de artes na UNICAMP.

O Brasil Mulher representou para uma geração de mulheres jornalistas, muitas remanescentes dos recém criados cursos de Comunicação Social, a possibilidade de atuar como profissionais de forma crítica.

Um dos aspectos editoriais do Brasil Mulher é que, especialmente durante o período que Joana Lopes está à frente do jornal, há uma unidade temática em cada edição. Pode-se notar que os jornais eram elaborados dentro de uma lógica em que o assunto principal de cada mês se desdobrava em matérias, entrevistas, notas, ilustrações, cartas.

O Brasil Mulher questionou a imprensa feminina que efetivamente se consolidou na década de 70. As mulheres que aparecem no Brasil Mulher contrapõem-se ao ideal feminino delineado por revistas como Nova e Cláudia, tão distanciado da realidade. Esta idealização se torna cada vez mais subliminar e ao mesmo tempo violenta, sendo explicitada, principalmente, através do discurso da padronização corporal. Isto nos leva a afirmar que uma parcela significativa do temário desenvolvido ao longo das edições do Brasil Mulher e da própria imprensa alternativa feminista ainda é recorrente.

Considero que as ingerências políticas em relação à lutas das mulheres não tenha cessado com o Brasil Mulher nem com o fim do ciclo dos jornais alternativos feministas

após a extinção do jornal Mulherio. Na década de 80, a partir da redemocratização do país, os partidos políticos vão incorporar temas específicos do movimento feminista em seus programas por motivos estritamente eleitoreiros. No caso dos conselhos estaduais da condição feminina, na sua grande maioria, os interesses políticos irão se sobrepor aos interesses das mulheres.

A cada eleição presidencial ou mesmo nas disputas municipais, mulheres sem tradição na discussão sobre as questões feministas ancoram-se ao discurso da igualdade e da diferença enviesada pela ótica neoliberal e calcada no argumento das ações afirmativas apenas para forjar uma imagem de ousadia. O discurso de que a mulher é uma administradora nata, porque tem experiência no setor doméstico restrito à casa e aos filhos, reforça, na verdade, a discriminação e a naturalização do lugar da mulher.

A mídia também se apropria de forma equivocada da temática das mulheres. Nas matérias sobre o dia da mulher, por exemplo, o destaque sempre é dado às trabalhadoras que atuam em áreas profissionais tradicionalmente masculinas ou fazem esportes radicais que são associados aos homens. Nos telejornais, programas de variedades ou suplementos dedicados ao público feminino pode-se deparar com uma matéria sobre pesquisa recente com índices estarrecedores de violência contra a mulher seguida pelo relato de um desfile para a escolha de novas top models. A mensagem subliminar é clara: refletir sobre o assunto sem desestruturar nem mudar as normas da sociedade patriarcal.

Para a mídia é mais palatável discutir a questão da igualdade legislativa, do ponto de vista do feminismo liberal, do que aprofundar o debate sob a ótica da diferença - que traz as especificidades das mulheres negras, asiáticas, islâmicas, lésbicas, gordas, da terceira idade, daquelas exploradas pelo tráfico internacional de drogas, pelo tráfico de órgãos e pela prostituição internacional – ou da subjetividade.

Afinal, esta reflexão colocaria em risco a estrutura da sociedade patriarcal e apontaria para a possibilidade de um outro paradigma social. Se caso o Brasil Mulher fosse editado novamente teria à disposição de suas editoras um leque variado de pautas e questões urgentes a serem aprofundadas.

Avançamos certamente, mas há ainda antigas questões que insistem em nos instigar respostas e novos debates que se fazem prementes. O posicionamento frente à condição das mulheres orientais, especialmente aquelas que vivem sob o Islã, a exclusão das mulheres que enfrentam a fome nos países devastados por guerras étnicas intermináveis, os altos índices de violência contra as mulheres e as meninas no Brasil. Mesmo que estas reflexões surjam na troca de informações na rede mundial de computadores, o trabalho a ser

feito deve se concentrar na realidade do dia a dia. Porque, acima de tudo, é preciso dar voz e o direito à palavra a muitas mulheres que em pleno século XXI – a tão propalada era da informação - estão fadadas a calar-se apenas.

BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. Feminismos Latinoamericanos. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.265-284, 1998.

ALVES, Branca Moreira ; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo?** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984,

ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas: Transformações do espaço público**. Campinas: Unicamp, 2000

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASLAN, Odette. **O ator no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES. **Movimento de Mulheres no Brasil**. São Paulo, 1979.

BAMBERGER, Joan. O Mito do Matriarcado: Porque os Homens Dominavam as Sociedades Primitivas? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist ; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura, a sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Maria Bueno. **Outras Palavras, Outras Imagens: Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80**. 1992. 143 p. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

BORGES, Adélia. Mulherio, jornal feminista. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, n.8, p.125-133, nov. 1982.

BRASIL MULHER, Londrina, n.0, 9 out. 1975

BRASIL MULHER, Londrina, n.1, dez. 1975

BRASIL MULHER, Londrina, n.2, 1976

BRASIL MULHER, Londrina, n.3, 1976

BRASIL MULHER, Londrina, n.4, 1976

BRASIL MULHER, Londrina, n.5, 1976

BRASIL MULHER, Londrina, n.6, 1976

BRASIL MULHER, Londrina, Edição Especial, Abr. 1977

BRASIL MULHER, Londrina, n.7, jun. 1977

BRASIL MULHER, Londrina, n.8, ago. 1977

BRASIL MULHER, São Paulo, n.9, out. 1977

BRASIL MULHER, São Paulo, n.10, dez. 1977

BRASIL MULHER, São Paulo, n.11, mar. 1978

BRASIL MULHER, São Paulo, n.12, maio 1978

BRASIL MULHER, São Paulo, n.13, jul. 1978

BRASIL MULHER, São Paulo, n.14, nov. 1978

BRASIL MULHER, São Paulo, Edição Especial, março de 1979

BRASIL MULHER, São Paulo, n.15, abr. 1979

BRASIL MULHER, São Paulo, n.16, set. 1979

BRASIL MULHER, São Paulo, edição especial, 8 mar. 1980

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de Papel** : A representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

_____. **Imprensa Feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

BULIK, Linda. Arte. **Folha de Londrina**, Londrina, 5 jan. 1974. p.6.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

BRAZIL, Érico Vital ; SCHUMAHER, Schuma (Org.). **Dicionário Mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, Enio. **História e Formação do Ator**. São Paulo: Ática, 1989.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COTT, Nancy F. A mulher moderna: O estilo americano dos anos vinte. In: DUBY, G. ; PERROT, M. (Org.). **História das Mulheres no Ocidente** : Século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.96-113.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, G. ; PERROT, M. (Org.). **História das Mulheres no Ocidente**: Século XX. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p.368-407.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Levanta Sacode a Poeira e Dá a Volta Por Cima**. 1991. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social / Habilitação em Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 1991.

ELUF, Luiza Nagib. 3 questões sobre feminismo : Luzia Nagib Eluf responde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out. 2000. **Mais!**, p.3

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, Militância e Memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Maria Nazare. **A imprensa Operaria no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FESTA, Regina. Mulher e Comunicação Alternativa: um Processo de Resistência em Explosão. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, n.8, p.17-28, nov. 1982.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. **XII Bienal de São Paulo**: Catálogo. São Paulo, out.-nov., 1973

GALLEGO, Juana. **Mujeres de papel- De ! Holla ! a Vogue**: La prensa feminina en la actualidad. Barcelona: Icaria, 1990.

GARCIA, Silvana. Cartas Brasileiras uma vivência militante de teatro-educação. **AR'TE**, ano 2, n.5, p.17-20, 1983.

GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo**: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1987. 217 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós –modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos** : O Breve Século XX 1914-1991. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução : Feminismo em Tempos Pós-modernos. In: _____. (Org.). **Tendência e Impasses**: O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1994.

KUCINSKI, Bernardo. A aventura alternativa : O jornalismo de oposição dos anos 70. In: _____. **A síndrome da antena parabólica** : ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998a.

_____. A Síndrome da Antena Parabólica. In: _____. **A Síndrome da Antena Parabólica** : ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998b.

_____. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LOPES, Joana. **Pega Teatro**. São Paulo: Centro de Teatro e Educação Popular, 1981.

_____. Paineis : A experiência do jornal Brasil Mulher (Londrina 1975) e da imprensa feminina no Brasil. In: ENCONTRO DE JORNALISMO ALTERNATIVO, 1987, Londrina. Gravação.

_____. **Jornal Brasil Mulher**. Londrina, 20 de outubro de 1999. Entrevista concedida à Karen Silvia Debértolis.

_____. **Jornal Brasil Mulher**. São Paulo, 7 de maio de 2001a. Entrevista concedida à Karen Silvia Debértolis.

_____. **Jornal Brasil Mulher**. Serra de São Lourenço, São Paulo, 11 e 12 de maio de 2001b. Entrevista concedida a Karen Silvia Debértolis.

_____. **Jornal Brasil Mulher**. São Paulo, 25 de outubro de 2001c. Entrevista concedida à Karen Silvia Debértolis.

_____. **Memorial Descritivo**. Campinas: UNICAMP, [199-]. Fotocópia.

_____. A Formação do Ator com a Representação: “**Buscavida o Homem Amarelo**”. In: **SEMANA DE ARTE, 2., Londrina, 1993. Palestra gravada em vídeo**.

LOPES, Joana ; FELISMINO Pedro Paulo. Ele é o delegado e nós somos as mulheres. **Folha de Londrina**, Londrina, 22 set. 1976. p.12.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero: história e educação- construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.101-132, jul./dez. 1995.

MACHADO, Lia Zanotta. Gênero, um novo paradigma?. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.11, p.107-126, 1998.

_____. Estudos de gênero: para além do jogo entre intelectuais e Feministas. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MARRE, Jacques León. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.89-141, jan/jul.,1991.

MATOS, Izilda S. de. Gênero e História: percursos e possibilidades. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

_____. **Por uma história da mulher**. Bauru: EDUSC, 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MICHEL, Andrée. **O feminismo uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raísa (Org.). **Gênero sem fronteiras**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

MURARO, Rose Marie. **Memórias de uma mulher impossível**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2000.

_____. 3 questões sobre feminismo : Rose Marie Muraro responde. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 out., 2000. Mais!, p.3.

_____. Breve Introdução Histórica. In: KRAMER, H. ; SPRENGER, J. **O Martelo das Feiticeiras**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1991.

NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. **Família e Feminismo**: Reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres. 1981. 329 p. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

OLIVEIRA, Cassiano Francisco Scherner de. **Utopia e desencanto**: trajetória de vida e rememoração na imprensa alternativa gaúcha. 2000. 138 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade dos Meios de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRÁ, Jussara Reis ; BRITO, Maria Noemi Castilhos. Movimento de mulheres no sul do Brasil: 1975 a 1987. **Cadernos de Estudos do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.14, p.62,dez, 1988.

PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história** : Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p.163-198.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (Org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

_____. Adeus ao Feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, n. 3/ 4, p.11-43, 1995/1996.

REVISTA DA MOSTRA REGIONAL NACIONAL UNIVERSITÁRIA. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, Núcleo I, 1999. 54 p.

RUBIM, Lindinalva Silva Oliveira. A Imprensa Feminista no Brasil. **Revista de Cultura e Comunicação**, Salvador, n. 4, p.39, ago., 1985.

SARDÀ, Amparo Moreno. En torno a la comprensión histórica de la cultura de masas (II). Paradigmas para una história de la comunicación social (no-androcéntrica). In: Análisi 14. **Quaderns de comunicació i cultura**, Barcelona, p. 9-31, 1992.

SCHMIDT, Rita Terezinha. O projeto iluminista e os direitos da mulher. In: APPEL, Myrna B.; BERND, Zilá ; FIGUEIREDO, Rosa H. F. ; PONGE, Robert (Org.). **Caminhos para a liberdade**. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

SCOTT, Joan Wallach. Entrevista com Joan Wallach Scott. **Revista de Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.114-124, 1998. Entrevista concedida a Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmem Rial.

_____. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da história** : Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p.63-95

SECRETARIA ESPECIAL DA MULHER. Centro de Documentação e Pesquisa sobre a Mulher. **Mulheres de Londrina: lutas sociais e políticas de 1970 a 2000**. Londrina: Prefeitura do Município de Londrina, 2000. 103 p.

SHAPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. **A Escrita da história** : Novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p.39-62.

SILVA, Armando Sérgio da. **Oficina: do teatro ao Te – Ato**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SODRÉ, Muniz. Conceito de minoria. In: CONGRESSO INTERCOM 2001; CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2001, Campo Grande. Anotações de palestra.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

THÈBAUD, Françoise. A Grande Guerra : O Triunfo da divisão sexual. In: DUBY, G. ; PERROT, M. (Org.). **História das Mulheres no Ocidente: Século XX**. Porto: Alumbamento, 1999. p.47-93.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **II Semana de Arte** : Catálogo. Londrina: Centro Acadêmico do Curso de Educação Artística/UEL, out., 1993.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

WEBER, Maria Helena. **Ditadura & Coerção (Redes de comunicação e coerção no Brasil (1969/1974))**. 1994. 204p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

WILSON, Simon. **A Arte Pop**. Barcelona: Editora Labor do Brasil, 1975

ANEXOS

Anexo 1 - Editorial, Brasil Mulher n. 0, p.2

Brasil Mulher - 01/71 - pag. 2

BRASIL MULHER:

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres.

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao debil mental.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de

50; mulheres que desejam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos, são obrigadas a levarem uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas como seres que pensam: a prostituição aumenta constantemente e é a única saída para as moças que chegam do interior para a cidade. E finalmente porque o homem já desceu na Lua e, portanto, nada mais lógico que reivindicar uma vida mais justa aqui neste planeta Terra.

Queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude.

Finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio à batalhas, o Brasil vê surgir.

Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente da participação daqueles que com ela se identificarem.

BRASIL MULHER

Editora: Joana Lopes
Fotografia Chico de Rezende
Pesquisa Rosane Silva, Edézina Leal,
Rose Serra, Neusa Cordoni.

Composto e impresso na Folha de Londrina — PR.

Anexo 2 - Questão só de peso e de medida, Brasil Mulher n. 0, p.14



QUESTÃO SÓ DE PESO E DE MEDIDA

O QUE DÁ PRA RIR DÁ PRA CHORAR... DEPOIS QUE A GEADA PASSOU E MATOU TUDO QUE É PÉ DE PLANTA O TRABALHO ACABOU... O JEITO E MATAR O TEMPO ENQUANTO... EU SOU VAIDOSA E O FRANCISCO É MUITO JEITOSO...

Anexo 3 - Carta, Brasil Mulher n. 0, p.15

Brasil Mulher - 9/10/75 - pag. 15

CARTA

"Sou roceira, não sei lê nem escrevê e quem tô escrevendo prá mim é a reporti que veio conversá cumigo. Quero que ela escreva tudo bem direito porque se ela mi enganã Deus castiga ela".

Sô quero pedir para as autoridades para não enganar a nós que trabalhamos na roça, plantamos e colhemos café, algodão, arroz, feijão, mais o café e, o algodão que nesse sul tem de perder de vista, e mais coisas que a gente nunca mais vê depois que colhe, porque os caminhões levam tudo pra tão longe que a gente num sabe que é que é feito.

Quero que a repoter diga para as autoridades que depois que eu vim de Minas, no caminhão do Seu Alonso, a minha vida piorou muito. Piorou ainda mais. Hoje, sô faço trabalhar, quando tem trabalho. E não tenho mais nem o vestido de ir à missa. Sô tenho farrapo e aqui quem tem cabedal, comenta dos outros e são capazes de nem deixar a gente entrar na igreja.

Eu quero que o jornal fale para todo mundo lá de Minas, das Alagoas, de Pernambuco, e de outras terras das gentes desgraçadas que estão aqui que nem

nós, para não cair na conversa que aqui no sul é a terra da bonança, que chove dinheiro do céu e que tem tanta criação que os capados entram pela porta da cozinha.

Quero que o jornal diga para eles que é melhor ser pobre na terra da gente, pobre respeitado que ganha bom dia das pessoas, porque aqui a gente é chamada de vagabundo e anda sem destino com a mala na cabeça, indo de uma fazenda para outra, "caçando" trabalho ou, em cima dos caminhões que levam o pessoal que nem "gado animal".

E depois de tudo, ainda dá um tempo ruim, queima tudo, os fazendeiros mandam todo mundo embora, atê família colona que ainda restava...

Maria Feliciano, mineira, 32 anos, de passagem pelo centró da cidade de Londrina, Paraná em agosto de 1975.

Mandaremos o Brasil Mulher ao Presidente Geisel, D. Maria Feliciano. Se ele não tomar providências nós vamos fazer um pouquinho do que a senhora pede: vamos espalhar por aí o seu recado. Dizem que mulher sabe falar, então nós vamos falar muito, usar a boa fama para o que vale a pena ser esclarecido.



Anexo 4 - Precisa-se: Maria Salário Mínimo, Brasil Mulher n.1 , p.8

BRASIL MULHER 8

PRECISA-SE:

Maria Salário Mínimo

As taxas de participação do trabalho feminino variam conforme os limites ou crises de próprio desenvolvimento do país. Desta forma, o número de mulheres que trabalham em um país pode variar conforme a impulso dada a um ou outro setor da economia, sendo então redefinidas a maneira de ver e empregar as atividades femininas. Um exemplo disso é a grande absorção de mulheres nas indústrias têxteis e de alimentos no momento de expansão desses setores, quando então essas atividades passam a ser consideradas mais apropriadas para mulheres. Por outro lado, existem consideradas atividades não manuais e que exigem escolaridade ou especialização que aparecem como Trabalho feminino: a magistratura, enfermagem, comércio e serviços de escritórios.

Assim, verificando as dados disponíveis sobre ocupação feminina no setor industrial, P. Singer e F. R. Madeira destacam que o emprego feminino cresceu entre 1920 e 1940, 53%. Entre 1940 e 1950, aumentou em 83,5%, tendo diminuído entre 1950 e 1960, pois neste período criou a indústria metalúrgica e de fabricação de material de transporte, onde de maneira geral não é aceita a força de trabalho feminina. Entre 1960 e 1970 prossegue o lento crescimento do emprego feminino, pois a indústria têxtil e de alimentos crescem menos que outros setores da indústria. Fica clara, então, que a mão de obra feminina, no Brasil, sofre limitações e oscilações segundo o crescimento, ou mesmo, o enfraquecimento de setores econômicos.

A primeira conclusão a que se chega, demonstrada por pesquisas é que não sendo absorvidas pelo setor industrial, a mulher se emprega em serviços. Segundo P. Singer, na cidade, a metade das mulheres que trabalham, são empregadas domésticas. Para ele, a mulher acaba entrando pela porta dos fundos na divisão social do trabalho, movida pela necessidade: "O que o homem ganha, não dá para viver, para a grande maioria da população. Sempre que uma atividade se torna "feminina" a remuneração cai. É o caso das varredoras (sutilmente chamadas de Margaridas): as empresas já não conseguem empregar homens por salários tão baixos passando a recorrer às mulheres. Isto porque o trabalho feminino é encarado como complementar do trabalho masculino".

Texto e Reportagem de Marina D'Andréa

Maria Salário-Mínimo, na semi-escravidão da tradicional passividade e ignorância feminina, a quem melhor sabe onde está a última fura de cinta. Sua estéril começa e termina em qualquer fábrica. Na realidade, Maria Salário-Mínimo são muitas. Cada uma falando linguagem diferentes, descrevendo imagens distintas, se refere à mesma coisa: pobreza e trabalho.

Essas Marias estão espalhadas nos setores por diversos indústrias: alimentícias, têxteis, metalúrgicas, químicas. Há mulheres trabalhando em ternos, fundeiras, prensas e em diversas outras tipos de máquinas. Que parte da força de trabalho representam na sociedade industrial? Segundo Eva Alterman Blay, "a insuficiência de dados quantitativos decorre da imprecisão que envolve o conceito de trabalho feminino. Estruturam-se obstáculos sociais ao reconhecimento do trabalho, pela falta de ser exercido por uma mulher". A informação foi dada em tese desenvolvida pelo autor, sobre o trabalho qualificado da mulher no indústria paulista.

O Departamento Interindustrial de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — DIEESE, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE, só possuem dados gerais do censo de 1970 em relação a trabalhadores em geral, envolvendo os dois sexos. O SENAI, Serviço Nacional da Indústria, sem nenhuma informação disponível, promete para "fins de 1976" ampla estudo estatístico da população produtiva, analisado por faixa etária, sexo e ocupações desenvolvidas.

Os Estados Unidos são o país que dispõem de uma das mais fortes bibliografias relativo ao trabalho feminino entre os paí-

ses industrializados e economicamente desenvolvidos, afirma ainda Eva Blay. Ela é fruto de estudos realizados por agências governamentais, associações, líderes feministas, e contém cunho reivindicatório.

Entre os problemas enfrentados mais costumeiramente pelo mulher latino-americana está a situação das restrições de ordem sexual, a condição de gestas de trabalho. A mulher, entretanto, insere-se nos brechos da fechada estrutura econômica integrando-se no mercado de trabalho, seja qual for o setor, crescento.

No público, assistimos recentemente, em São Paulo, a aceitação pelo mulher de uma atividade até então exercida exclusivamente por homens: os trabalhos de jardinagem e limpeza pública. As "margaridas", como são chamadas, partem diariamente o pé, muridos de seus instrumentos de trabalho — enxada e ancinhas — para locais relativamente próximos de sua sede, para cumprir seus tarefas.

Sob tal intensa ou chuva trabalham ao relento, sem o conforto de sanitários, sem disponibilidade de água, lanche ou cozinhas. Disse uma "margarida": "queria mesmo é trabalhar na fábrica. Mas, sem leitura não dá". Outras estão satisfeitas: preferem um patrão distante que o encarregado, a "atirar as patras que abusa da gente e num largo do pé".

As margaridas não sabem que mesmo "sem leitura" poderão ser admitidas em certos indústrias. Luis Inácio da Silva, presidente do Sindicato das Metalúrgicas de São Bernardo do Campo garante que a maioria das operárias mal sabe ler. "A exigência mínima é que saibam preencher uma ficha. Nem mesmo a Volkswagen possui contingente significativo de mão-de-obra alfabetizada".

Eugênia, que trabalha numa pequena fábrica de lâmpadas, cujo funcionamento se assemelha aos vigentes em família, depois: "eu vim piolú do Cianó, prometi de trabalhar na fábrica. Num sabia nada não. Só sei copiar mate. Mas eu vim pressa fábrica aqui, vi o povo fazê e aprindi o serviço. Acho que é menos trabalho que nos caso dos dona".

METALÚRGICAS

Brasil Mulher foi a São Bernardo do Campo observar como vive a operária que, anônima, lida a todo com a responsabilidade pela produção moço da indústria carro-chefe da economia nacional e o autotransportista. Sem dados concretos, o Sindicato das Metalúrgicas de São Bernardo estima em cerca de 10 mil operárias e contingente feminino engajado na metalurgia da região. No entanto — e aí se trata de dados concretos, apenas 1.171 são sindicalizados, em total de 29 mil sócios do entidade.

Sobre os causas dessa ausência de participação na vida sindical, o presidente do sindicato explica: as condições de que ocorre com o homem, a mulher, a vida no trabalho. Não se queira, não reivindica, não procura o sindicato nem para reclamar, nem para esclarecer-se. Não existe estímulo para a mulher, existe exploração, diz ele.

Ainda segundo o presidente, a mulher pobre é contratada quando há carência de homens ou quando o empresa quer diminuir sua folha de pagamentos. Na segundo caso, a mulher não vai ao chefe, não pede aumento, não sabe quais são seus direitos, o material, por medo, não procura saber. Quando aceita esse trabalho precário, industrial, é porque está em má situação e não quer perder seu pé.

Comprovadamente, a mulher ganha menos do que o homem para desempenhar as mesmas tarefas, com algumas exceções. Além de todos os vantagens que oferece para o empregador, proporciona ainda outro concentra-se melhor no trabalho. O único problema, para o empresa, é a gravidez, que normalmente causou melhora para demissão, continuou e presidente do sindicato.

"A gestante tem direito, por lei, a 84 dias de licença, durante quatro semanas



Anexo 5 - Precisa-se: Maria Salário Mínimo, Brasil Mulher n.1 , p.9

antes da parto e oito depois, disse ele. Atualmente, o encargo da licença recai sobre o INPS. Mas o que acontece habitualmente, mesmo assim, é ela ser despedida no volta ao trabalho. As razões podem ser qualificadas de "ignôras". Mas podem ser deduzidas ela vai dividir-se entre o filho e a empresa que, via de regra, mesmo sendo de grande parte, não possui heróicas. (A instituição dos heróicos e exigência de lei — N. R.)

A essa altura, com um filho a mais, como fica a situação da desempregada? Os projetos de lei de Nelson Carneiro e Franca Monteiro, que vedam a dispensa da empregada grávida e contem com estabilidade provisória à empregada gestante estão em tramitação no Senado. Qual será seu destino?

SINDICATO

Muitos problemas poderiam ser evitados pela mulher trabalhadora, se ela se sindicalizasse, disse Luiz Inácio da Silva. No entanto, esse é um problema que se apresenta também relativamente ao homem, embora em proporção bem menor, acrescentou. O sindicato é hoje — em consequência dos efeitos das leis atuais que regulamentam as atividades sociais políticas e trabalhistas mais descredita do que tempo foi.

Retirado o poder de barganha da classe operária, antes exercido através do direito de greve, o sindicato apenas pode patrocinar o mínimo indispensável a seus associados. "Consequimos dos escolas, assistência médica, jurídica e de lazer para nossos associados. Outras tentativas, entretanto, como denúncias de irregularidades no trabalho, deficiência de segurança e outros, nem sempre são bem sucedidas, desabafou.

Talvez por ser menos esclarecida do que os elementos de outras classes — disse Lula, como é chamado Luiz Inácio — a operária toma como barômetro do eficiência de seu sindicato o aumento que este obtém ou deixa de conseguir. "É isto, em seguida, a assembleia de metalúrgicos realizada em 1974 é qual compareceram 11 mil sêcos do sindicato, quem mínimo exigida pela legislação. "Isso nos desacredita", explicou Lula. "Apesar de todos os nossos esforços, não conseguimos nada além do aumento decretado pelo governo. "Sem direito à greve, conclui, a trabalhadora perde sua força, não pode barganhar."

O Brasil tornou-se, a custo de achatamento salarial, um país em que a mão-de-obra é das mais baratas do mundo, atraído assim investimentos estrangeiros para aplicação entre nós. Graças ao sacrifício do trabalhador, foi possível colocar produtos brasileiros no mercado internacional, a preços altamente competitivos. Esse depoimento foi dado por Ary Campista, presidente da CNTI, à Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a política salarial do governo, e registrado pelo "Tribuna Sindical" n. 35 de julho de 1975. (1)

O jurista Mozart Victor Russomano, em "O Direito Sindical", explicando os custos de não ser praticada a negociação coletiva nas nações totalitárias, afirma que "o sindicato oprimido, controlado, dirigido ou modelado segundo as programações ou desejos e as ambições do Governo ou do Partido, não tem possibilidade de desenvolver programas eficientes de negociação coletiva. Falta-lhe o alma, que nasce do direito de reivindicação e do poder de barganha, sem os quais as negociações coletivas são infrutíferas".

"A consciência de classe não se forma de um dia para outro, lembrou o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, órgão oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Não temos ainda nenhuma geração industrial. Sempre vão chegando mais pessoas do interior, onde as condições são ainda piores do que aqui, para trabalhar nas fábricas". Como explica o professor Maniz

Bandeira, é o "exército industrial de reserva" do Brasil. Com a alta rotatividade da mão-de-obra, o contingente operário se renova constantemente, sempre substituído por novas levadas que imigram do interior para a cidade, diluindo, retardando o processo de conscientização.

Um dos meios de conscientização e informação utilizado pelo sindicato é a "Tribuna Metalúrgica", seu órgão oficial, com tiragem de 40 mil exemplares em edições mensais distribuídas gratuitamente em várias empresas. "Seria muito bom se todas lessem a "Tribuna", diz um funcionário. Na entanto, segundo os distribuidores, muitas operárias não aceitam o jornal. Outros — até em nível de secretárias — chegam ao ponto de arriá-lo na primeira lata de lixo. Por que?

Existe todo um sistema fiscalizador, repressivo, montado nas fábricas para intimidar as mulheres. Desinformadas, são levadas a acreditar no que dizem os encarregados, chefes de seção ou outros pessoas ligadas ao zelo da produção patronal.

Brasil/Mulher entrevistou algumas operárias quando, para completar o material trazido de casa, dirigiram-se a um cartório de feiras estabelecido na esquina próxima de seu local de trabalho. É que houve impossibilidade de penetração no recinto das fábricas. Em geral, é expressamente proibida a entrada na área de produção. Mesmo durante visitas oficiais, feitas por estabelecimentos de ensino, os estudantes não têm direito a conversas ou dirigir perguntas às Trabalhadoras. Os motivos alegados são do tipo: "elas estão trabalhando, atrapalharia a produção".

No início da entrevista, houve muitas sorrisos, tudo ótimo. Depois, silêncio, reticências. A conversa ia calando quando resmungos se avaliaram e uma moça de 18 anos, serena mas firmemente disse: "acho que isso aí é uma porcaria. Não dá pra ninguém vivê assim. É serviço pesado pra todo mundo. Não tem segurança nenhuma, falta "higienar", falta respeito. Qualquer um chega na gente falando palavrão, convidando pra sair (o jovem tem nível ginásial, lê jornais). Que significa e trabalho? Significa tudo, ué! Sem trabalho a gente não é nada".

Continua: "nossos chefes dá muito "gancho" — quer dizer que se a gente falter sem justificativo, fica três dias sem receber nada. Se reclamar, vai para a rua "sem direito" (acreditam que só têm direito a ganhar os dias trabalhados, quando são despedidas).

É o domínio da medo gerado pelos ameaças, do medo da demissão com ou "sem direito", do medo das acidentes do trabalho — frequentíssimas — da filiação ao sindicato. Medo até de ir ao banheiro.

Segundo informações de funcionárias do sindicato, numa das empresas em que trabalham alguns de seus associados, há um guarda no banheiro, cuja utilidade é a de anotar o número de vezes e o tempo de permanência das funcionárias nesse local. Embora não gere nenhum tipo de punição, a fiscalização cria um ambiente psicológico angustiante.

Muitas mulheres pagam a serviço pesado, aprendendo prensas, fundeiras, máquinas em geral. São obrigadas a atingir um índice de produção que requer grande esforço físico. Na maioria das indústrias, a mulher trabalha nove horas e meia ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Nas chamadas "de grande parte", são permitidos 15 minutos de intervalo pelo manhã e à tarde.

Uma fábrica, que produz parafusos, foi denunciada pelo sindicato às autoridades competentes, por obrigar mulheres e

menores ao trabalho durante os sábados — embora paguem horas extras —, para equilibrar atrasos de produção. Proliferaram ameaças, também: "quem faltar estará sujeito a severas punições". Apesar da denúncia, até agora nada foi feito.

José Roberto Machado e Geraldo Pereira de Lima, funcionários de sindicato desempenham o chamado "trabalho de base" da entidade, promovendo a interligação sindicato-empresa-trabalhador, e atuando como mediadores nos casos de conflito e reivindicações entre operários e empresas.

Eles têm muitas coisas a contar, extraídas de sua vivência diária. Segundo Machado, "as mulheres entram para as indústrias na qualidade de ajudantes com salários correspondentes". Depois, vão apor máquinas. Na entanto, temos muitas sôcias registradas como ajudantes, mas que já estão trabalhando há dois anos como pnestistas. Com o homem é diferente: ele reclama, exige o registro correspondente à sua função real. O homem é mais rebelde, provavelmente. Qualquer empresário pode confirmar. Talvez esse fator seja uma das determinantes da aceitação da mulher no processo de produção.

Temos mais de 327 empresas de grande e média parte em nosso base. E o maioria apresenta esse tipo de problema, além de muitos outros, como ausência de segurança, proteção e higiene. Em contrapartida, há grandes empresas do tipo da Volk e da Mercedes, que pagam melhores salários e oferecem toda o tipo de assistência, convênio com assistência médicas, ambulatório dentro da empresa, serviço social, cooperativa, dentista. Na entanto, são a minoria. Deslumbrados com o que creem ser regalias, mais do que nunca as operárias não se dão conta de seu próprio valor e do imenso lucro que representam para essa grande empresa".

ACIDENTES

"Tem menina aí que vem de dedo cartado (ao serviço), trabalha assim mesmo, e ainda mandam embora. Uma "de menor" cartou feroz dois dedos. Se vacou entra aí dentro, na seção das prensa e dá uma alhada nas menina, toda machucada. "A moça pede pelo amor de Deus que o nome da fábrica onde trabalho seja omitido, pois caso contrário será demitido por falar demais.

Machodinho confirma que realmente, durante dois dias uma moça avisou seus chefes de que a máquina com a qual trabalhava estava "sem pressão". Em nome da produção foi incitado a continuar trabalhando com a máquina defeituosa até acontecer o inevitável — teve os dedos amputados.

"Falta de Segurança?" Waldir, encarregado do Departamento de Pessoal ficou admirado com a pergunta. "É apenas falta de atenção. Já foi até constatado: uma moça machucou-se e passou três meses no seguro. Nem bem voltou, uma hora depois, tomou a cartar-se. Outros, também por falta de cuidado, espirrou ácido na rosto..."

Machodinho conta que somente após denúncia do sindicato, a empresa eleger, entre as próprias encarregadas de pessoal, as mesmas que obrigam as moças a trabalharem sem segurança, as representantes da sua CIPA — Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. E acrescenta: "vai ficar só no papel". Em seu parecer, a CIPA deveria ser composta por elementos eleitos em assembleia do sindicato, e gozar de estabilidade na empresa durante seu período de

gestão. "É mais uma de nossas reivindicações", esclareceu.

De acordo com regulamentação do Ministério do Trabalho a entrar em vigor a partir de janeiro de 1976, todos os empregos com mais de 100 funcionários são obrigados a constituir uma CIPA, informou Machodinho. Se a determinação for cumprida, o Brasil pode perder um campeão, depois de ter ganho a taça em 1974: o mundial de Acidentes de Trabalho.

SEM DIREITOS?

Ser demitida sem direitos é o grande medo das operárias. Embora algumas firmes cheguem a cometer irregularidades graves como a de não depositar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, são raras. Contudo, as moças estão convencidas de que podem ser demitidas "sem direito" e o que mais temem é serem obrigadas a "assinar papel". Machodinho revela ainda que, às vésperas de ser despedida, a funcionária muitas vezes é chamada ao Departamento de Pessoal onde é "convitada" a assinar um acordo de "aviso prévio" de 60 horas. Ora, o aviso prévio, por determinação legal prevê 30 horas de trabalho — equivalente a um mês. Através de acordo lenino, a firma ganha 180 horas de operária que está perdendo o emprego. "Isso ocorre normalmente", avisa Machodinho.

No caso de uma operária — mais esclarecida — fazer o cumprimento integral das obrigações relativas ao aviso prévio, os empregadores a obrigam a receber na Justiça do Trabalho. Pelo lentidão dos sistemas processuais vigentes, a candidata a ver seus direitos serem cumpridos, deve esperar durante meses. Isso, sem contar os frequentes casos do devio do requerente a advogados pagos, e sem falar nos idas e vindas, no desgaste, e talvez no retardamento em encontrar outro emprego. Para evitar tais aborrecimentos, a trabalhadora acaba simplesmente se demitindo. Os pedidos de demissão chegam em massa.

De um lado, a Justiça do Trabalho, o CIPA, o Sindicato, o FGTS, o aviso prévio, as disposições legais para proteção do trabalhador. De outro, o desejo de lucro. Como resolver?

PROIBIDA A ENTRADA DE PESSOAS ESTRANHAS

Anexo 6 - Você, mulher, Brasil Mulher n.2, p.8

Brasil Mulher II

VOCE,

Encontro com Raimundo

"A realização da edição especial de 'Movimento' foi muito importante para o próprio pessoal da redação. O processo pelo qual passamos, do conselho de redação à realização do detalhamento da pauta - diz Raimundo Pereira - foi importante no ponto de, uma madrugada quando eu escrevia um artigo sobre família patriarcal, a uma hora da manhã, precisar de uma ampla consulta. Não é que eu não tivesse conhecimento do tema mulher como uma grande questão. Como jornalista, eu já estava sensibilizado, mas agora, através desse trabalho, não só eu, mas todo mundo aqui no Movimento passou a ter uma visão mais clara e de conjunto, da terrível realidade da mulher, e particularmente, da mulher brasileira".

B.M. Por que Movimento se preocupou com uma edição especial sobre a mulher?

Raimundo conta que o primeiro número do jornal saiu na época da inauguração do Ano Internacional da Mulher no México. "A nossa preocupação foi crescendo e tínhamos ideia de manter sempre o assunto nas páginas do jornal. Adélia Borges começou a redigir notas com o tema e, em fins de janeiro, o Conselho de Redação recebeu uma pauta preparada por mim, Sérgio Buarque e Adélia, sobre o trabalho da mulher".

Todas as sucursais estiveram presentes e as pessoas foram se juntando para a realização do trabalho, que se baseou nos seguintes pontos:

- 1 - traçar um quadro do que é o trabalho da mulher no Brasil hoje, em setores significativos que foram identificados e em seguida ouvidos.
- 2 - discutir os efeitos dessa situação sobre a mulher, o homem e o país, partindo de fato que a mulher está restrita ao mundo doméstico das panelas e telenovelas, deixando de lado uma força produtiva essencial ao desenvolvimento da economia.
- 3 - A luta existente no país, no sentido de incentivar o trabalho produtivo, considerando aí a participação de grupos feministas questionando, também, se apenas o trabalho é suficiente para retirar a mulher do estado atual, além de outras formas de participação.
- 4 - debater o trabalho da mulher ligado às suas reivindicações essenciais para dar cumprimento a esta tarefa, ou seja, existência de creches, restaurantes populares e outros serviços que libertem a mulher dos encargos domésticos como obrigação individual tornando-os serviços de ordem social.

A matéria, que consistiu de 50 artigos, apresentava depoimentos realizados nas fábricas, no campo, mulheres em serviços burocráticos, entre outros.

"Nossas teses - prossegue Raimundo - era informar as pessoas sobre algumas coisas importantes. Que o trabalho doméstico é limitado e o país que não libera a força produtiva da mulher perde muito. Mostraríamos concretamente que isto é uma grande perda. Mostraríamos também a discriminação salarial que existe entre homens e mulheres, segundo estatísticas do IBGE: de zero a um salário mínimo, existem 39,4% de homens contra 54,8% de mulheres (1973)".

A edição especial censurada de "Movimento" trouxe informações valiosas e novas perspectivas sobre o problema da mulher, a todos os que participaram dela. "Ninguém tira o conhecimento que adquirimos - diz Raimundo. A censura não conseguiu destruir o conhecimento que conquistamos, estudando e analisando a vida e o trabalho da mulher brasileira, em diversas partes do país.



Essa pode cair a censura

CARTA ABERTA

Exmo. Sr. Presidente da República Federativa do Brasil
General Ernesto Geisel.

Nós, mulheres preocupadas com a situação da mulher na sociedade brasileira, entrevistadas em discussão amplamente e em agir no sentido de modificá-la, vimos através desta manifestar nosso repúdio à violência censurada exercida sobre a Edição Especial que o jornal "Movimento" pretendia lançar em seu número 45, sobre um tema tão sério: "O Trabalho da Mulher no Brasil", e reivindicar a liberação, na íntegra, do material censurado.

A preparação dessa Edição envolveu esforços de dezenas de pessoas em todo o país - jornalistas, grupos de estudos, movimentos feministas e feministas, e a população feminista em geral, através de seus depoimentos. Grupos de pessoas se debateram sobre as estatísticas do IBGE, em busca de um quadro exato sobre o trabalho feminino nos diversos setores de atividades, enquanto reporteres percorriam o país em busca do retrato das condições de vida das trabalhadoras - desde as professoras no interior de Minas Gerais, até as vendedoras de rua em Salvador, passando pelas "boas-féias", pelas secretárias, pelas empregadas domésticas, trabalhadoras na indústria e muitas outras.

A matéria final - que resultou em 305 laudas mostrou alguns pontos essenciais: a dupla jornada de trabalho da mulher (trabalho e luta de casa); a função econômica de seu trabalho doméstico, sua condição de força industrial de reserva, e chamada para o trabalho remunerado em épocas de crise; as diversas discriminações salariais, abandonadas pelas mulheres em função do baixo salário; a remuneração inferior à do homem pelo mesmo trabalho; a falta de infra-estrutura social que possibilita melhores condições para o exercício de suas funções (creches, restaurantes populares, etc.); e sua mobilização sempre visando modificar sua situação concreta.

No entanto, o amplo acesso a essas informações nos foi violentamente negado. A redação do jornal "Movimento" nos informou que, de 305 laudas de texto enviadas ao Departamento de Polícia Federal para consulta prévia, 287 laudas foram vetadas. Das 18 laudas restantes, 38 foram vetadas. De 13 de-

zenhas e vinhetas, 6 foram vetadas. E, finalmente, de 12 tabelas com estatísticas do IBGE sobre trabalho feminino, 10 foram vetadas.

Nesse ponto, é necessário ressaltar que a censura específica com relação ao tema "Mulher" vem se manifestando também em outros setores, tais como: livros de Rose Marie Maurer, peças de teatro e até mesmo pesquisas sobre a situação da mulher brasileira que constam na Bibliografia realizada pela Fundação Carlos Chagas, e vetada nesta Edição do jornal "Movimento".

Desta forma, consideramos absurdo o fato de a mulher poder sofrer esta situação e não poder ser informada a respeito dela. Fazemos, portanto, possibilidades de ter uma perspectiva abrangente e não apenas individual de nossa realidade, sendo-nos também negada a tentativa de mudança da atual situação. Mudança esta que o próprio governo brasileiro reconheceu necessária e anunciou, ao assinar em julho de 1973, no México - o "Plano de Ação Mundial", proposto pela ONU, que prevê o Ano Internacional da Mulher por uma década. Este plano consiste em aquecimento de todos os problemas de mulher no mundo, visando uma estratégia global para que os objetivos de desenvolvimento, qualidade de vida, fossem atingidos. Para tanto, é evidente a necessidade de discussão aberta e o acesso à informação e à cultura compartilhada de todos, conforme teve, do momento jurado, Doutor Pomes de Melo, representando na Conferência Nacional dos Ombudsman do Brasil, em junho de 1974.

Em face do exposto, a rejeição em nosso direito de cidadania, por estarmos extremamente contra o cerceamento de informações no país, reivindicamos ampla liberdade de expressão e a total liberação do material censurado em 6 de maio de 1974.

MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA
SOCIEDADE BRASILEIRA MULHERES
GRUPO NÓS MULHERES
E OUTROS

Anexo 7 - Você, mulher, Brasil Mulher n.2, p.9

Brasil Mulher 9

MULHER



Essas não podem.



Essas também não podem.

MOVIMENTO

Do Conselho de Redação do semanário. "Movimento" para o público, os jornalistas e as autoridades.

A imprensa impedia a circulação do número 43 do jornal **Movimento** que era dedicada ao tema "O Trabalho da Mulher no Brasil" e que seria às bancas no dia 10. Os números de encerra a esta edição especial são os mais elevados da história do jornal.

Material enviado para a imprensa	Material vetado	Porcentagem de material vetado em relação ao total
TEXTO 280 folhas	283 folhas	99%
FOTOS 49	52	84%
DESENHOS 11	6	46%
TABELAS 12	10	83%

Foram vetados, mais especificamente, entre outros assuntos:

- o resumo de um estudo da ONU sobre a mão-de-obra feminina em todo o mundo;

- o depoimento de um casal que não quer ter empregada doméstica porque acha a profissão humilhante para quem emprega e para quem é empregada;

- entrevistas com juízes e professoras do Pará que são acusadas nos quadros judiciais do Estado e estão ameaçadas de perder esta posição porque os baixos salários que ganhavam recentemente foram aumentados, tornando-se atractivos para os homens;

- sobre análise da indústria cultural voltada para a mulher: as telenovelas e a televisão;

- um quadro da situação das creches para filhos das mulheres que trabalham, que são obrigadas por lei (para empresas com mais de 30 empregadas) e praticamente não existem;

- entrevistas com as líderes dos principais movimentos feministas brasileiros;

- um levantamento das limitações e virtudes de legislação que regulamentam o trabalho feminino no país, com a discussão sobre a convergência ou não da legislação de trabalho mineira para a mulher;

- artigos dos economistas e sociólogos Verena Marinho-Aleij, Maria Moraes e Cláudio de Oliveira sobre o valor do trabalho feminino e o seu papel nas lutas das mulheres por mais independência e participação na vida social e política;

- um levantamento da participação feminina na vida sindical brasileira;

- três dezenas de depoimentos de mulheres que trabalham, professoras primárias de Curitiba, Minas Gerais, lavadeiras de Juazeiro, Bahia; operária da linha de montagem de uma indústria de cosméticos paulista; esticadora de Machado, sul de Minas; cultivadora de fumo, Amapá; Alagoas; motorista de taxi, São Paulo; pescadoras de Recife, Alagoas; mãe e filha bilançistas, Paragominas, Minas; cozinheira de Curitiba, Brasil; operária da Volkswagen, São Paulo; secretária, Rio de Janeiro; e jornalista de São Paulo, entre outras;

- uma listagem de 55 livros e estudos sobre o tema "Trabalho da Mulher no Brasil", preparados pela Fundação Carlos Chagas de São Paulo;

A edição vetada corresponde ao maior esforço jornalístico concentrado que o jornal **Movimento** já fez até agora: 12 pessoas - 63 mulheres e 19 homens de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Brest trabalharam ao longo de 40 dias para produzir esta edição. Este amplo trabalho teve um duplo resultado: por um lado, forneceu um quadro do que é a vida do país através dos depoimentos de sua população mais sofrida, as mulheres; e, de outro, mostrou a extraordinária energia que o país desperta por manter, na prática, 82 por cento da força de trabalho feminina em tarefas que a economia considera "economicamente improdutivas".

Das 8,2 milhões de mulheres consideradas "economicamente ativas", 2 milhões são empregadas domésticas e um milhão são trabalhadoras de estado. Em todas as profissões, mesmo nas consideradas "femininas", as tarefas superiores é dificultado: no magistério primário, as

mulheres são 95 por cento; no ensino médio, elas são 60 por cento; no ensino superior, são 50 por cento; e apenas 13 por cento dos professores nas universidades são mulheres, segundo dados do MEC de 1971.

Não há creches para as mulheres que trabalham; não se requer o direito de trabalho da gestante; as mulheres identificam motivos que os dois homens para o mesmo trabalho; não estão presentes de forma efetiva nem na vida sindical nem na vida política; e de um modo geral são chamadas ao trabalho produtivo apenas em períodos de crise, quando há carência de mão-de-obra masculina em razão dos baixos salários oferecidos. E, finalmente, sempre que exercem o trabalho considerado produtivo, continuam exercendo também as tarefas domésticas, sofrendo assim os efeitos de "dupla jornada de trabalho", que correspondem a muitas vezes a períodos ininterruptos de 16 horas diárias, equivalentes aos sacrifícios femininos do início da Revolução Industrial do século XIX.

A quem seria o esta divulgação dessas verdades apuradas através de estudos, depoimentos e estatísticas do próprio governo? Em vez de constituir evidentemente uma forma de a Polícia que se constitui cada vez mais na guardião da verdade no país, sempre a discussão profunda e honesta dos grandes problemas que atingem a nossa população trabalhadora. Este nosso relato circunstanciado é uma demonstração do absurdo da tese de que a censura existe para evitar uma imprensa irresponsável. Através dele não conseguimos a opinião pública para poder o governo e decidido que ele agora não tem futuro. E para dizer que, dentro dos nossos limites editoriais, de descrever as condições de vida do povo brasileiro e acompanhar as suas lutas por mais liberdade, não são desastrosos. Logo, desde que o, especialmente agora sobre **Movimento**. Como dir o poeta: se eles cantam um verso, escrevem outros.

Raimundo Rodrigues Pereira
p/ Conselho de Redação